

**REVISTA
DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E
HISTÓRIA MILITAR
DO
BRASIL**



ANO 85 N° 118 1° SEM. 2026

ISSN 0020-3890

EXPEDIENTE

O IGHMB foi fundado em 7 de novembro de 1936. Órgão Consultivo Oficial dos Assuntos de Geografia e História Militar reconhecido pelo Decreto nº 27.512, de 26 Nov 1949, e Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro pela Lei nº 2.217, de 28 Ago 1973.

Representante do Brasil na Comissão
Internacional de História Militar

Presidente do IGHMB

Gen Bda Márcio Tadeu Bettega Bergo

Diretor e editor da Revista do IGHMB

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

1º Secretário do IGHMB

Cel Cláudio Luiz de Oliveira

Conselho Editorial

Cel Prof. Dr. Carlos Roberto Carvalho Daróz

Ten Cel Prof. Dr. Giovanni Latfalla

Dr. Daniel Mata Roque

Prof. Dr. Johny Santana de Araújo

Sede no Clube Militar

Av. Rio Branco, 251 – Centro

20040-009 Rio de Janeiro-RJ

Brasil

ighmb.org.br

revista@ighmb.org.br



SUMÁRIO

3 – Editorial

7 – O bloqueio da Venezuela (1902-1903, 1908)

Cel Cesar Augusto Araripe Lacerda

31 – Almirante Sir Graham Eden Hammond e o Tratado de Aliança e Amizade entre Brasil e Portugal de 1825

CA Guilherme Mattos de Abreu

51 – A Maçonaria no processo de Independência do Brasil

Cel PM Flávio Antônio Silva Augusto

88 – Tannenberg - estratégia, cultura e memória

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

113 – A Estética da Obediência: Ordem Unida e a construção da identidade militar

Cap PM Jamicel Francisco Rocha da Silva

133 – Ensaio interpretativo sobre uma guerra assimétrica

Armando Alexandre dos Santos

144 – Flavio Renato Vegecio y su Aporte sobre el Arte Militar

Cel Carlos María Fraquelli

162 – Resenha – Barbudos, sujos e fatigados

Daniel Mata Roque

A Revista do IGHMB é um periódico científico para difusão acadêmica, não possui fins lucrativos e não pode ser comercializada. Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

O uso de imagens (fotos, desenhos, mapas etc) deverá observar rigorosamente as prescrições da legislação referente aos direitos autorais, e as respectivas fontes citadas. No caso de imagens protegidas, os autores deverão possuir as respectivas permissões de uso, entregando uma cópia para arquivo do IGHMB.

Estão autorizadas as transcrições integrais ou parciais das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Por imposição do espaço, a redação do artigo poderá receber pequena modificação, sem alterar o seu entendimento e a sua compreensão.

Editorial

No presente ano *A Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil* completa 85 anos de existência, figurando entre os periódicos científicos mais longevos do país dedicados à história militar. Ao longo de sua trajetória, a Revista consolidou-se como espaço plural de reflexão historiográfica, acolhendo pesquisas que articulam dimensões operacionais, políticas, culturais e memorialísticas da guerra.

Com satisfação, registramos que, na última avaliação quadrienal da CAPES (2021–2024), nossa Revista ascendeu à categoria **B2**, resultado do empenho contínuo da editoria, da qualificação do corpo editorial, do rigor metodológico do processo de avaliação, e, sobretudo, da qualidade dos artigos publicados. Tal reconhecimento reafirma nosso compromisso com a excelência acadêmica e

com a ampliação do diálogo entre historiadores militares, cientistas sociais e profissionais das Forças Armadas.

A presente edição espelha essa diversidade temática e metodológica.

Abrimos o volume com um instigante estudo sobre a instabilidade política venezuelana no século XIX, focalizando a trajetória do caudilho Cipriano Castro. O artigo examina a sucessão de guerras civis, quarteladas e motins que marcaram a consolidação republicana na Venezuela, evidenciando como a figura do caudilho, frequentemente autoproclamado general sem formação militar formal, tornou-se elemento estruturante da cultura política regional. Ao analisar o governo de Castro e o conflito com potências europeias, o autor contribui para a compreensão comparada dos processos de milita-



rização política na América Latina.

No campo das relações internacionais do Império, destacamos o estudo baseado nos diários do almirante britânico Graham Eden Hamond. O artigo ilumina aspectos da vida social e política do Brasil nas primeiras décadas do século XIX, ao mesmo tempo em que evidencia as estratégias de inserção britânica no Atlântico Sul. A análise do Tratado de Aliança e Amizade entre Brasil e Portugal, bem como da atuação do Esquadrão do Atlântico Sul, oferece valiosa perspectiva sobre diplomacia naval, poder marítimo e interesses imperiais.

A Independência do Brasil é revisitada sob a ótica da sociabilidade política em artigo dedicado ao papel da Maçonaria. Ao enfatizar a atuação de José Bonifácio e Joaquim Gonçalves Ledo, o estudo sustenta que a articulação maçônica foi

decisiva para a consecução do 7 de setembro de 1822 e para a manutenção da unidade territorial brasileira, inserindo o debate no cruzamento entre história política e história das instituições.

No plano da história militar europeia, publicamos o artigo “Tannenberg, estratégia, cultura e memória”, dedicado à

Batalha de Tannenberg (1914), ocorrida no início da Primeira Guerra Mundial. Dialogando com a historiografia clássica e com a teoria da memória coletiva, o autor demonstra como

um episódio operacional foi progressivamente ressignificado em mito fundador da identidade belicista alemã. Ao articular estratégia, cultura e memória, o estudo amplia o campo da história militar para além da narrativa estritamente tática, aproximando-o das reflexões da história cultural da guerra.





Ainda no âmbito teórico, artigo sobre a Ordem Unida examina a formação militar como prática estética e disciplinar. Fundamentado em *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault, e dialogando com a sociologia militar de Samuel P. Huntington, o texto problematiza os mecanismos de docilização dos corpos e, simultaneamente, reafirma a profissionalização militar como processo baseado em expertise, senso de corporação e responsabilidade institucional.

A dimensão contemporânea dos conflitos é explorada no ensaio sobre a Guerra do Vietnã, interpretada à luz do conceito de assimetria. Inserido no contexto da Guerra Fria, o estudo evidencia como fatores geográficos, estratégicos e psicológicos foram determinantes para a erosão da vontade política norte-americana, ressaltando a

centralidade da dimensão moral nas guerras assimétricas.

No caminho da internacionalização, registramos com satisfação a contribuição de pesquisador argentino dedicada ao tratado *Epitoma Rei Militaris*, de Flávio Renato Vegécio. O artigo examina o compêndio como ponte entre a tradição militar romana e os manuais modernos, destacando sua estrutura, método e permanência na cultura estratégica ocidental da Antiguidade Tardia ao Renascimento.

Encerramos a edição com a resenha do livro *Barbudos, sujos e fatigados*, de César Campiani Maximiano, pesquisador recentemente falecido. A obra é fruto de mais de duas décadas de pesquisa e de extenso trabalho com história oral, e constitui-se em marco na historiografia sobre a Força Expedicionária Brasileira. Ao conjugar análise crítica, documentação primária





e debate historiográfico, Maximiano ofereceu contribuição incontornável ao estudo da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. A partida do Dr. Campiani é sentida por toda a comunidade acadêmica, mas seu legado permanece vivo na solidez de sua produção intelectual. A resenha de sua principal obra é uma homenagem do IGHMB.

Assim, ao celebrarmos os 85 anos de nossa Revista, reafirmamos que a história militar não se limita ao estudo das batalhas, mas abrange instituições, ideias, culturas políticas, memórias e identidades. A pluralidade temática desta edição demonstra que o campo está em permanente renovação, dialogando com novas abordagens sem abdicar do rigor documental e da reflexão crítica.

Que esta edição seja, portanto, não apenas comemoração, mas um convite à continuidade da pesquisa, ao aprofundamento teórico e à consolidação da história militar como

domínio essencial das ciências histórico-militares no Brasil.

Desejamos, pois, uma leitura proveitosa e inspiradora.

Carlos Daróz – Coronel
Doutor em História
Editor da Revista do IGHMB

O bloqueio da Venezuela (1902-1903, 1908)

Cesar Augusto Araripe Lacerda ^a

Resumo: A história da Venezuela é pontuada por grandes crises e muitas guerras. No século XIX, a república foi proclamada, assumida e perdida por três vezes, só se consolidando na quarta tentativa, em 1^o de janeiro de 1830, quando se separou da Gran Colômbia. No espaço temporal que começa nessa data e segue até o ano de 1903, a Venezuela sofreu 166 movimentos revolucionários, sendo 39 guerras civis e 127 quarteladas, motins e assemelhados. Estas convulsões fizeram surgir um grande número de pequenos e grandes caudilhos que se autodenominavam generais, embora não tivessem qualquer formação militar, e que, na maioria dos casos, eram tão analfabetos quanto os soldados que comandavam. Este texto focaliza o mais célebre caudilho, Cipriano Castro, cujo desastrado governo levou o país a entrar em conflito com potências europeias.

Palavras chave: Venezuela, Cipriano Castro, Doutrina Monroe, Doutrina Drago.

APRESENTAÇÃO

Os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX não foram tranquilos para a Venezuela. O governo do presidente Ignacio Andrade, no poder desde o início de 1898, enfrentava sérias dificuldades econômicas

motivadas, principalmente, pela queda do preço do café, seu maior produto de exportação, e a dívida contraída com empresas alemãs na construção da Gran Ferrocarril de Venezuela, ou Ferrocarril Alemán. O empreendimento foi concedido pelo presidente Antonio Guzmán Blanco a

^a Coronel de Artilharia. Associado Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Friedrich Alfred Krupp, em 1887. A estes problemas, ambos muito graves, se somavam os atritos políticos para aprovação das mudanças constitucionais que o país demandava e até mesmo uma epidemia de varíola que se espalhava pelo território.

No contexto internacional, as dificuldades não eram menores: divergências de fronteiras com colônias de países europeus se arrastavam ao longo de anos e a incapacidade venezuelana de honrar as dívidas externas só contribuíram para que as discórdias ultrapassassem as mesas de negociações e chegassem no campo militar: em 1902, 1903 e 1908 a Venezuela sofreu bloqueios navais e invasões de seu território litorâneo.

Nas tentativas de acordos, emissários diplomáticos, de um e de outro lado, frequentemente emitiam suas opiniões apoiados em duas doutrinas que, de forma nem sempre hábil, procuravam moldar aos interesses dos países que representavam: a Doutrina Monroe e a Doutrina Drago.

A DOCTRINA MONROE

Em 1823, o Presidente James Monroe enviou ao Congresso dos Estados Unidos uma mensagem bastante representativa de sua visão sobre o pan-americanismo. Apoiado na ideia do predomínio sobre os demais estados, Monroe preconizava a negação aos europeus do direito de intervenção no Novo Continente, seja para criar áreas de colonização, seja para suprimir a liberdade já conquistada pela maioria das nações. A frase “A América para os americanos”, que alguns historiadores afirmam que nunca foi pronunciada por Monroe, passou a sintetizar o pensamento do presidente, porém permitindo diversas interpretações sobre o real significado das palavras “América” (todo o continente?) e “americanos” (somente os do norte?).

Entenda-se que esta doutrina foi fortalecida pelo chamado Destino Manifesto, uma expressão cunhada pelo jornalista John Louis O'Sullivan, em 1845, que



dizia “ [...] essa reivindicação nos é dada pelo direito do nosso Destino Manifesto, de nos expandir e possuir todo o continente que a Providência nos deu para o desenvolvimento da grande experiência da Liberdade”. Em resumo, tratava-se de uma crença do povo norte-americano de que seus colonizadores tinham deixado um legado de especiais virtudes, que deveriam se estender pelas terras vizinhas, ultrapassando fronteiras na divulgação dos valores característicos dos Estados Unidos. Isto significava a anexação de territórios para norte, sul e oeste, expandindo em muito as iniciais Treze Colônias.

Em 1815, após a derrota das tropas napoleônicas, algumas monarquias europeias se reuniram no Congresso de Viena para reorganizar as fronteiras dos estados absolutistas do continente. Em um documento que formalizava a chamada Santa Aliança, os reinos da Rússia, Prússia e Áustria firmaram um pacto de cooperação política e militar,

observando mútua ajuda em qualquer ocasião e em qualquer lugar que estivessem ameaçadas as decisões daquele Congresso. A Grã-Bretanha não foi signatária do documento que, em determinadas cláusulas, se mostrava a favor do restabelecimento das monarquias ibéricas no Novo Mundo. Isto certamente contrariava o interesse britânico em ampliar os negócios com as nações recentemente independentes. A França agiu em sentido contrário, e se aliou às demais monarquias alegando fidelidade. Em verdade, buscava voltar ao convívio pacífico e à tranquilidade diplomática após anos de turbulência causada pelas campanhas de Napoleão.

A Doutrina Monroe e a Santa Aliança ficaram em posições opostas, e o presidente norte-americano deixou claro os motivos que defendia:

Em primeiro lugar o interesse em manter um comércio livre com os países pertencentes à América como um todo, o que se torna evidente pela constata-



tação de que o governo norte-americano estava entre os primeiros a estabelecer relações diplomáticas com os novos estados.

Em segundo lugar, em atenção às razões ligadas à segurança política e territorial, uma vez que as diretrizes da Santa Aliança, marcadas por intervenções armadas, visava preservar as instituições monárquicas e combater os regimes republicanos. Um bom exemplo, neste mesmo ano de 1823, foi a intervenção francesa na Espanha, onde foram restaurados os poderes de Fernando VII, com grandes possibilidades de reflexos no Novo Continente.

Por último, devido ao sempre presente projeto expansionista que pretendia levar as fronteiras dos Estados Unidos para oeste até alcançar o Pacífico, para o norte até o Oregon, e para o sul e sudoeste através da pura e simples tomada de parte do território mexicano. Monroe, nesta época, estava também preocupado com o avanço da Rússia, cujo czar, em documento de setembro de 1821, afirmara direitos sobre terras e águas desde o Alasca até a Califórnia, e também com Canning, ministro inglês, que desejava

que Estados Unidos e Inglaterra formassem uma nota conjunta opondo-se à política de intervenção da Santa Aliança. A desconfiança dos Estados Unidos em relação aos antigos colonizadores não permitiu que a ideia prosperasse.

Além do que foi citado, é importante observar que a posição norte-americana variava de acordo com as circunstâncias. O intervencionismo europeu na América aconteceu em, pelo menos, duas vezes. A primeira, em 1861, quando Grã-Bretanha, Espanha e França firmaram a Convenção de Londres, união destinada a cobrar pela força as dívidas do México com aqueles países. Imediatamente invadiram a região de Vera Cruz, mas após a assinatura de um acordo com o governo de Benito Juárez, britânicos e espanhóis retornaram para a Europa. O Exército Francês, no entanto, contrariando a convenção e o acordo, ampliou a quantidade de tropas, invadiu a capital e implantou um regime monárquico, assegurando a as-



censão de Maximiliano de Habsburgo como Imperador do México, em 1864.

A segunda foi a tomada pela Grã-Bretanha do porto de Corinto, na Nicarágua, em 1885, não para cobrar uma dívida de governo para governo, mas sim para reparação de supostos prejuízos causados a súditos britânicos.

Considere-se, ainda, que nenhuma garantia era oferecida aos povos americanos sobre intervenções dos próprios norte-americanos. Isto fica evidente quando o Tratado Guadalupe-Hidalgo (1848) pôs fim à Guerra Mexicano-Americana, e oficializou a posse do Novo México, Califórnia, Utah, Nevada, Texas e Arizona, antes pertencentes ao México, nem quando o Tratado Clayton-Bulwer (1850), assinado com a Inglaterra, estabeleceu que a construção de um canal ligando o Atlântico ao Pacífico ficaria sob a responsabilidade dos dois países signatários. O tratado não assinalava qualquer preocupação

com os interesses do território onde seria realizada a obra.

Em ambos os casos, a Doutrina Monroe, presumivelmente, permaneceu adormecida na gaveta de algum burocrata norte americano.

VENEZUELA VERSUS GRÃ-BRETANHA: O ESSEQUIBO

Uma das primeiras tentativas de aplicação da Doutrina Monroe surgiu ainda no século XIX, quando o governo venezuelano reclamou da constante invasão de garimpeiros provenientes da Guiana Inglesa. Em 1850, britânicos e venezuelanos assinaram um acordo para evitar mútuas incursões, de pouca utilidade porque entre os territórios havia uma região de posse indefinida que os venezuelanos chamavam de Essequibo, e os britânicos denominavam Guyana Essequiba. Os limites deviam obedecer ao traçado da chamada Linha Schomburgk, que, na verdade, era apenas uma ficção. O



explorador Robert Schomburgk, alemão a serviço da Royal Geographical Society, na década de 1840 havia estabelecido uma linha demarcatória teórica para definir limites entre a Venezuela, a Guiana Inglesa (hoje apenas Guiana) e a Guiana Holandesa (hoje Suriname). Apesar do fato de que todos os países envolvidos passaram a citar a Linha Schomburgk sempre que denunciavam invasões territoriais por colonos e garimpeiros estrangeiros, nunca houve a demarcação física dos territórios em discussão.

É importante saber que, além de sentimentos nacionalistas, existia a cobiça pelo ouro descoberto na região e a situação da foz do rio Orinoco, importante para a defesa de qualquer dos lados. Ajustes e desajustes se sucederam com pouco sucesso e, mais ao fim do século, os dois lados resolveram recorrer à arbitragem internacional.

O governo venezuelano entendeu como favorável a nomeação dos Estados Unidos como

juiz do litígio e melhor se sentiu quando o secretário de Estado Richard Olney, baseado nos termos da Doutrina Monroe, solicitou ao governo britânico do primeiro-ministro Lord Salisbury que apresentasse suas justificativas. Salisbury respondeu que a questão não tratava de ocupação e colonização por parte de uma nação europeia de algum território da América e, portanto, a Doutrina Monroe não poderia ser aplicada ao processo. O presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, designou então uma comissão de limites e, em 1899, em Paris, um tribunal arbitral determinou que a fronteira seguisse a Linha Schomburgk. Isso permitiu que a Guiana Inglesa ficasse com a maior parte do território contestado.

CIPRIANO CASTRO

Enquanto a Venezuela não conseguia encontrar soluções para seus problemas, na vizinha Colômbia alguns exilados, em sua



maioria militares e políticos, conspiravam abertamente visando à deposição do frágil governo de Ignacio Andrade. Em maio de 1899, um grupo chefiado por José Cipriano Castro Ruiz, ex-seminarista, ex-presidiário, ex-fugitivo da justiça, mas também ex-governador de sua província natal, Táchira, entrou em território venezuelano, iniciando o movimento que, a partir daí, ficou conhecido como a “Invasão dos 60”. O título dizia respeito ao reduzido número de participantes, mas, posteriormente, o movimento foi rebatizado como Revolução Liberal Restauradora, nome mais ruidoso e laudatório.

Em pouco tempo, o pequeno grupo foi aumentando, e sucessivas vitórias em muitos combates contra as forças governamentais mostraram que não se tratava da repetição de breves agitações localizadas, tão comuns naqueles tempos, mas uma bem-sucedida marcha em direção ao poder. Em outubro de 1899, à frente de, aproximadamente, 10.000 seguidores, Cipriano Castro entrou em

Caracas e assumiu o governo. A Venezuela tinha, mais uma vez, um novo presidente, fruto de, novamente, uma rebelião, o que não era a solução para suas dificuldades.

Esta ascensão dos chamados Andinos, chefes políticos e militares provenientes da região dos Andes, marcou o fim do denominado Liberalismo Amarelo, em verdade uma oligarquia que governava a Venezuela desde 1870, deixando em sua passagem avanços facilmente reconhecíveis, mas também tempos coloridos por uma terrível corrupção.

A esperança de mudanças durou pouco, logo Cipriano Castro mostrou-se semelhante a tantos outros caudilhos que se espalharam pela América Hispânica. É importante saber que, ao contrário de grande parte daqueles caudilhos, Castro era um homem inteligente e culto, portanto muito mais perigoso ao assumir amplos poderes. Seus fieis companheiros acreditavam ter repetido durante meses a *Campanha Admirable* de Bolívar, um episó-



dio da guerra de independência da Venezuela, quando, comandada por Simon Bolívar, uma expedição militar percorreu o território entre San Cristóbal e Caracas, de maio a agosto de 1813, obtendo seguidas vitórias que libertaram a parte ocidental do país. Em verdade não existiam grandes semelhanças entre os dois fatos e, em pouco tempo, os seguidores de Castro reconheceram que haviam colocado no poder um homem violento, autoritário e vaidoso, um aventureiro que cedo se uniu às oligarquias que jurara combater e que delirava na pretensão de se ligar à Nicarágua e, depois, reconstruir a Gran Colômbia.

Sua pouca ou nenhuma habilidade fez com que, seguidamente, abordasse de forma rude problemas que exigiam conhecimento e sensibilidade. Como exemplos, para resolver a insustentável situação financeira, Castro solicitou um empréstimo aos bancos venezuelanos e, diante da previsível negativa, ameaçou romper as caixas fortes a marte-

ladas, prendeu os banqueiros e os obrigou a desfilar amarrados pelas ruas de Caracas rumo à prisão de La Rotunda. Tentando uma solução imediatista, mandou cunhar uma enorme quantidade de bolívares, o que, evidentemente, provocou um extraordinário pânico no sistema financeiro. Mais tarde, em 1904, o ditador entrou em conflito com manifestações estudantis e, para solucionar a crise, rapidamente, determinou o fechamento das universidades de Caracas, de Ciudad Bolívar, de Valencia e de Maracaibo, sob o argumento de deficiências no ensino e excesso de médicos e advogados. Apesar dos desmandos, turbulências e derrotas, seu governo durou nove anos, de 1899 a 1908.

A REVOLUÇÃO LIBERTADORA

Entre os banqueiros que faziam cerrada oposição ao governo, o mais poderoso era Manuel Antonio Matos, oriundo do Liberalismo Amarelo, e que, entre



outros empreendimentos, estava à frente da Sociedad de Crédito de Caracas, da Compañía de Crédito de Caracas, do Primer Banco de Caracas, do Segundo Banco de Caracas, do Tercer Banco de Caracas e do Banco de Venezuela. Culto e poliglota em um país de maioria analfabeta e muito próximo dos capitalistas internacionais a quem representava, em 1902 Matos se uniu a um grupo de caudilhos regionais, inimigos políticos de Castro, e, subvencionado por empresas estrangeiras como a New York & Bermúdez Company, a Orinoco Steamship Company, a Compañía de Ferrocarril Alemán e a Compañía de Cable Francés Interoceánico, que se sentiam prejudicadas pelos limites impostos pelo governo, liderou um movimento armado a partir da ilha de Trinidad.

Este apoio e mais a conivência da Colômbia, permitiu a Matos comprar na Inglaterra, com cheques da New York & Bermúdez, o navio *Ban Righ* e uma grande quantidade de armas e munições. A insurreição, em

verdade uma guerra civil, logo se mostrou violenta, caracterizada por uma série de sangrentas batalhas. A história registrou a rebelião com o nome de Revolução Libertadora, um nome bonito para um movimento derrotado. Os documentos da época permitem saber que se perderam 12.000 vidas, forças governamentais e revolucionárias entraram em combate cerca de 200 vezes, mais de um milhão de cabeças de gado foram abatidas pelos contendores e os leves traços de democracia permaneceram absolutamente esquecidos.

Após o combate denominado de Batalla de La Victoria, que durou 22 dias em novembro de 1902, Cipriano Castro, que havia sobrevivido a um atentado em Caracas, apesar de tudo e de todos continuava ainda mais sólido no poder junto a seu grupo andino. Em verdade a instabilidade permaneceu presente durante alguns meses após o derradeiro grande combate e a guerra só acabou, verdadeiramente, em julho de 1903, misturando este



conflito interno com um conflito externo com potências europeias. A Venezuela estava, então, muito mais pobre.

A DÍVIDA EXTERNA

Em meio à revolução, o governo resolveu, unilateralmente, suspender o pagamento dos serviços das dívidas externas e indenizações às empresas e cidadãos estrangeiros prejudicadas pela guerra civil. De acordo com os credores, o montante ultrapassava 161 bilhões de bolívares, mas o governo não reconhecia qualquer valor acima de 20 bilhões. Considere-se que o orçamento geral da Venezuela só atingia os 45 bilhões de bolívares. Castro imaginava que poderia afrontar o sistema financeiro internacional, especialmente os países europeus, baseado na proteção que lhe seria dada pelos Estados Unidos, considerando o recomendado na Doutrina Monroe. Tão certo estava deste amparo que não atendeu, em julho

de 1901, à sugestão da Alemanha de procurar uma arbitragem internacional na Corte Permanente de Haia, nem respondeu às dezessete notas do representante britânico, entre fevereiro e junho de 1902, que buscavam uma solução amistosa.

No final daquele mesmo ano, sem perspectivas de entendimentos pacíficos de acordo com os tratados internacionais, o Império Britânico e o Império Alemão, em uma demonstração de força, deslocaram parte de suas esquadras para o litoral venezuelano. Em 7 de dezembro, as duas nações enviaram, separadamente, um *ultimatum* exigindo o pagamento da dívida em 48 horas, deixando claro que, ultrapassado o prazo, iniciariam um bloqueio naval à Venezuela. Como Cipriano Castro rechaçou os documentos, os embaixadores das duas potências abandonaram o país, deixando seus interesses com o ministro norte americano Herbert Bowen. Antes, com a finalidade de driblar a Doutrina Monroe, os credores tinham conven-



cido o governo dos Estados Unidos que se tratava de uma manobra comercial e não uma intervenção militar, nada semelhante à *gunboat diplomacy*, a temida diplomacia das canhoneiras. Não era, certamente, um argumento claro e defensável, mas governantes acreditam naquilo que mais interessa às suas nações.

No caso em questão, o governo do presidente Theodore Roosevelt deixou evidente que, em ocorrendo somente um bloqueio naval, sem a tomada definitiva de uma região, não invocaria a Doutrina Monroe e, portanto, não iria interferir na questão sob qualquer hipótese: “Não damos garantia a nenhum Estado contra o castigo por mau comportamento, contanto que este castigo não tome a forma de aquisição de território por alguma potência não americana [...]”

O BLOQUEIO (1902–1903)

Para entender o início das ações bélicas é necessário obser-

var a assimetria das forças confrontantes. A diminuta Marinha Venezuelana era composta por dez canhoneiras, a saber: *Bolívar, Miranda, Monagas, Federación, Augusto, Ossum, Tortumo, General Crespo, Margarita, Restaurador*, além do transporte *Zamora*, do rebocador *Zumbador* e alguns pequenos barcos sem valor bélico. Em verdade não eram vasos de guerra, mas apenas embarcações mercantes precariamente artilhadas.

O Exército não era diferente. Formado por cerca de 3.000 homens, em sua maioria mal armados e mal adestrados, caracterizava-se, segundo alguns historiadores, pela proporção de um general para cinco soldados. Como as dificuldades de obter trabalho no país eram grandes, o recrutamento tornava-se fácil, razão pela qual este efetivo foi aumentado várias vezes, mas sem qualquer alteração em termos de poder.

Por outro lado, a frota alemã era composta pelos navios *Falke, Panther, Vinetta, Charlotte, Ama-*



zon, *Stauthe* e *Niove*. Os ingleses participavam com as naus *Indefatigable*, *Retribution*, *Charybdis*, *Phantome*, *Quails*, *Tribune*, *Ariadne*, *Colombine* e *Alert*. Os italianos, também credores, contribuíram, posteriormente, com os navios *Carlo Alberto*, *Gazelle*, *Elba* e *Giovanni Baussau*. Em resumo, 19 embarcações de guerra com tripulações altamente adestradas, sob o comando geral do britânico Almirante Archibald Lucas Douglas. O centro de apoio logístico era o porto de Willemstad, na ilha holandesa de Curaçao.

Fig. 1 – Gravura de Willy Stower representando o bloqueio em 1902: à esquerda o SMS *Panther*, ao centro o SMS *Falke*, e em primeiro plano o SMS *Vineta*.



Fonte: Wikimedia/Wikicommons

Os alemães tinham a seu cargo o litoral oeste desde La Guaira até Maracaibo, e daí até a fronteira com a Colômbia. Aos ingleses cabia o espaço leste entre La Guaira e a foz do rio Orinoco. Os italianos permaneceram, inicialmente, como reserva. É importante saber que também navios de outros países credores, como França, Holanda, Bélgica, Espanha e México, ficaram ao largo prontos para intervir, caso necessário. Os Estados Unidos, por sua vez, mantiveram uma frota no Caribe sob o comando do Almirante George Dewey, herói da Guerra Hispano Americana, em condições de, cumprindo a Doutrina Monroe, impedir qualquer ocupação permanente do território venezuelano.

Cipriano Castro, temeroso do que, previsivelmente, iria acontecer, solicitou apoio ao já citado representante norteamericano em Caracas, Herbert Bowen, e também aos diplomatas das nações latino americanas. Em 9 de dezembro, portanto dois



dias após o *ultimatum*, conforme prometido os europeus iniciaram as hostilidades, com um ataque ao porto de La Guaira, empregando 15 navios britânicos e alemães, cujos fuzileiros ocuparam o cais, e apresaram as embarcações venezuelanas *General Crespo*, *23 de Mayo*, *Restaurador*, *Tortumo*, *Zamora*, *Zumbador* e *Bolívar*, esta última na ilha de Trinidad. Em seguida, invadiram a cidade com violência para conduzir os remanescentes representantes diplomáticos e súditos dos dois países para seus navios, com receio de represálias.

As pequenas e frágeis Forças Armadas Venezuelanas não tinham mais como reagir e ao presidente Cipriano Castro pouco restou senão fazer uma proclamação, aqui transcrita em seu idioma original:

Venezolanos :

La planta insolente del extranjero ha profanado el sagrado suelo de la Patria!

Un hecho insólito en la historia de las naciones cultas, sin precedentes, sin posible justi-

ficación, hecho bárbaro, porque atenta contra los más rudimentarios principios del Derecho de Gentes; hecho in-noble, porque es fruto del contubernio inmoral y cobarde de la fuerza y la alevosía, es el hecho que acaban de realizar en la rada de La Guaira hace pocos momentos las escuadras alemana e inglesa sorprendieron y tomaron en acción simultánea y común, tres vapores indefensos de nuestra armada que habían entrado en dique para recibir reparaciones mayores.

Venezolanos:

El duelo es desigual porque el atentado ha sido consumado por las dos naciones más poderosas de Europa contra éste nuestro país que apenas convalece de largos y dolorosos quebrantos y porque ha sido realizado de aleve manera, pues Venezuela no podía esperar tan insólita agresión desde luego que no habían precedido las fórmulas de estilo en semejantes casos. [...]

Três dias depois, em 12 de dezembro, o navio inglês HMS *Charibdys* e o germânico SMS *Vinetta* bombardearam os fortes



Libertador e Vigia e empreenderam a pilhagem de Puerto Cabello, enquanto em Maracaibo o *Panther* disparava sobre o castelo de San Carlos. No dia 16, três navios italianos, *Elba*, *Giovanni Bausan* e *Carlo Alberto*, se uniram à frota e ficaram encarregados do bloqueio do porto de Vela de Coro.

No dia 22, o Almirante Archibald Douglas publicou em um diário venezuelano a declaração informando que seriam bloqueados os portos de La Guaira, Carenero, Guanta, Guaira, Cumaná, Carúpano e a foz do rio Orinoco, enquanto os germânicos faziam saber que, segundo determinação de Sua Majestade o kaiser Guilherme II, seriam interditados os portos de Puerto Cabello e Maracaibo. Isto significava que, somente duas semanas após o início das hostilidades, com um significativo saldo de mortos, feridos, destruições e muitas ações de pilhagem, o bloqueio da Venezuela foi oficializado. O mundo então passou a entender

que havia uma situação de guerra na América do Sul.

Na sequência das atividades bélicas, as canhoneiras *Tortumo* e *General Crespo* foram rebocadas para mar aberto e afundadas. A *Ossum* e a *Margarita*, abordadas pelo cruzador inglês HMS *Retribution*, tiveram suas máquinas destruídas e o SMS *Gazelle* apreendeu a *Restaurador*, arresitou sua tripulação e transferiu o navio para a Marinha Alemã. Todas estas embarcações já estavam sob o domínio dos europeus desde 9 de dezembro.

Fig. 2 – Cruzador alemão SMS *Vineta*.



Fonte: Wikimedia/Wikicommons

No mês de janeiro de 1903, a canhoneira SMS *Panther* e o cruzador SMS *Falke* tentaram passar pela barra do Lago de Maracaibo,



mas a *Panther* ficou encalhada em frente ao castelo de San Carlos da Barra, o que ocasionou um duelo de artilharia durante oito horas, restando feridos dos dois lados. Diante do absurdo da situação, o povo norte americano começou a pressionar seu governo no sentido de tomar providências para um imediato cessar fogo. Roosevelt transferiu esta pressão para a Alemanha e a Grã-Bretanha, deixando claro que não se tratava de busca de uma explicação, mas, verdadeiramente, de uma exigência.

Como costuma acontecer, a população venezuelana unida contra o invasor foi às ruas para queimar bandeiras britânicas e alemãs e conduzir, sob violência, cidadãos destes países para o presídio de La Rotunda. Cipriano Castro continuou a ser intransigente com os inimigos e aproveitou a situação para aumentar sua popularidade, mandando libertar da prisão o General José Manoel Fernandes, conhecido como *El Mocho*, seu mais radical inimigo político. Teatralmente, o abraçou

no balcão da residência oficial, a Casa Amarilla, perante uma multidão entusiasmada de seguidores e oficializou improvável união para combater os invasores europeus. De certa forma deu certo, o povo enfurecido passou a considerá-lo um herói nacional

Apoiado, então, pela população, o ditador, sabendo ou presumindo saber do interesse britânico e alemão de manter forças permanentes no território venezuelano, invocou novamente a Doutrina Monroe e pediu auxílio ao presidente norte-americano, a quem há muito admirava pela adoção da radical *Big Stick Policy*, a Política do Grande Porrete. Certamente desconhecia que Roosevelt só se referia a ele como o “imprevisível macaquinho”. Pressionado pela opinião pública, o presidente exigiu um acordo dos embaixadores da Alemanha e da Inglaterra, enquanto Castro, novamente, apelava a Herbert Bowen, nomeando-o como ministro plenipotenciário da República da Venezuela.



É difícil entender que Bowen, um diplomata norte americano, fosse assumir uma posição contrária ao país que representava e a seus tradicionais e poderosos aliados. Em sua correspondência com o Departamento de Estado, faz referências a Castro dizendo “passa todo tempo no campo, bebendo brandy em companhia de mulheres más [...]”. A guerra de documentos foi intensificada, porém a nomeação de Bowen não foi aceita pelos aliados. Mais ainda, a Alemanha e a Grã-Bretanha declararam que só concordariam com a arbitragem se não houvesse presença venezuelana durante os entendimentos. Obviamente, uma exigência fora de propósito e sem respaldo nas normas do Direito, que dava às duas potências a prerrogativa de desconhecer o frágil oponente e, unilateralmente, tratar de seus próprios interesses com o governo norte americano.

É importante observar que ingleses e alemães eram rivais no campo diplomático, no campo

militar e no campo comercial, sendo que, neste último, era incontestável a predominância dos germânicos em terras da Venezuela, com cerca de 2.100 residentes e 77 empresas. A Alemanha, recentemente unificada, já tinha o maior exército da Europa e sonhava em substituir a Inglaterra como rainha dos mares. Assim, estes principais credores e tradicionais opositores, na ânsia de obter, cada um, maiores vantagens nos possíveis acordos, entraram algumas vezes em rota de colisão.

O governo norte-americano entendeu, então, que seria melhor levar a questão ao Tribunal Internacional de Haia, o que não foi aceito pelos aliados, que queriam Roosevelt como árbitro. O presidente, por sua vez, oscilava em torno da posição a ser tomada, ora pressionado pelo Congresso, a favor, ora ouvindo a opinião pública, contrária à arbitragem. Mais uma vez a fragilidade da Venezuela ficou exposta quando John Ray, secretário de Estado, exigiu compromisso de



Castro de não criar dificuldades durante os entendimentos e aceitar incondicionalmente a decisão final. Aos credores nada foi exigido.

Afinal, com Bowen admitido como representante do país devedor, as discussões começaram em Washington. De um lado a Venezuela, e de outro os países credores: Alemanha, Grã-Bretanha, Itália, Estados Unidos, Bélgica, França, Países Baixos, Espanha, Suécia e Noruega. Quinze protocolos foram assinados em 17 de fevereiro de 1903, sendo curioso o documento firmado com os Estados Unidos, já que ambas as partes eram representadas por membros do governo norte americano ligados à Secretaria de Estado, Herbert Bowen de um lado e John Ray do outro. A decisão, como esperado, obrigou a Venezuela a destinar 30% dos direitos alfandegários dos seus principais portos (La Guaira e Puerto Cabello) para o pagamento das dívidas. Inglaterra e Alemanha, porém, não concordaram considerando que as

ações bélicas empreendidas lhes davam uma posição preferencial. Assim, propunham 20% para as duas potências e 10% para os demais. Roosevelt foi chamado para arbitrar, mas, novamente, não aceitou. Em fevereiro de 1904, a Corte Permanente de Arbitragem, em Haia, reconheceu os privilégios dos invasores, o que, de forma singular, consagrou o direito ao uso de força em questões comerciais.

A DOUTRINA DRAGO

A população da América Latina não ficou indiferente à violência desencadeada por Grã-Bretanha e Alemanha, que, é importante lembrar, surgiu antes mesmo que houvesse uma declaração formal de guerra. No entanto, somente um governo, o da República Argentina, apresentou veemente protesto através de seu ministro das Relações Exteriores, Luiz Maria Drago. Uma semana depois da declaração, em 29 de dezembro, a Argentina



enviou um documento ao Departamento de Estado, indicando a posição de Buenos Aires sobre a ilegalidade da cobrança de uma dívida por meios violentos exercidos por grandes potências sobre estados pequenos. Em sua nota não contrariava a Doutrina Monroe, mas afirmava o repúdio às ações coercitivas com a finalidade de cobrança de débitos. Considerava, então, absurdo o uso da guerra como instrumento legítimo, mas entendia a obrigação da nação devedora de reconhecer suas dívidas e procurar a liquidação por meios ajustados entre as partes. Em resumo, o documento deixava claro que “a dívida pública não pode dar local à intervenção armada, nem menos à ocupação material do chão das nações americanas por uma potência europeia”.

Roosevelt percebia o problema de forma inversa, argumentando que a negativa de liquidação das dívidas pelas nações da América Latina poderia fragilizar a segurança de todo o continente, que ficaria sujeito a

incursões militares por potências europeias em defesa dos direitos de seus súditos. Desta forma, advogava que intervenções preventivas norte-americanas para obrigar o pagamento dos débitos evitariam a possibilidade de ações bélicas dos europeus. Assim, implicitamente, dividia os latinos das Américas em dois grupos: os que agiam de forma considerada por Washington como correta em assuntos políticos, sociais e comerciais, não precisando, pois, sofrer a interferências dos Estados Unidos, e os subordinados a governantes que, de algum modo, afrontavam as normas classificadas como civilizadas e, por isto, necessitavam da presença preventiva estadunidense.

Em resumo, o governo Roosevelt propunha a substituição da possibilidade de intervenção europeia pela certeza da tutela norte americana.

Em dezembro de 1904, na mensagem ao Congresso, o presidente oficializou esta posição de superioridade em relação à



todas as demais nações usando o preceito de um provérbio africano: *Speak softly and carry a big stick; you will go far* (Fale macio com um grande porrete na mão. Você será vitorioso). Mesmo após esta demonstração de radicalismo, que ficou conhecida como Corolário Roosevelt, as divergências entre os dois entendimentos foram prolongadas até agosto de 1906, quando, na Conferência Pan Americana realizada no Rio de Janeiro, deliberou-se que o assunto exigia uma abordagem mais ampla. Assim, em 1907 na Conferência de Paz realizada em Haia, os Estados Unidos propuseram duas alterações ao texto de Drago: em primeiro lugar, substituindo a referência à dívida pública por débitos de qualquer espécie e, em segundo lugar, considerando que a intervenção militar seria admitida se o devedor não aceitasse arbitragem ou, caso aceitasse, não cumprisse a sentença proferida.

As representações ficaram divididas entre a posição norte americana e a tese argentina e,

ao final de longas discussões, as alterações propostas pelo Governo Roosevelt foram aceitas, com o texto final sendo batizado como Convenção Porter, sobrenome do militar estadunidense que chefiava a delegação de seu país.

A CRISE COM OS PAÍSES BAIXOS (1908)

Os problemas de Castro com o mundo não terminaram aí. Ciente do fato que empresas estrangeiras haviam participado ativamente da Revolução Libertadora, o ditador exigiu uma indenização milionária da New York & Bermúdez, e expropriou a Orinoco Steamship. Antes, sem razões aparentes, encerrou o contrato da Compañía Francesa del Cable Interoceánico, expulsou o Encarregado de Negócios da França e os membros de uma colônia corsa assentada em Paríria. Isto foi suficiente para que, em 1908, os Estados Unidos e a França rompessem relações diplomáticas com a Venezuela. A



crise maior, no entanto, ainda estava por vir.

Naquele mesmo ano, o cônsul holandês em Caracas, De Reus, concedeu entrevista a um periódico em que fazia referências a Castro. Por um erro de tradução, foi entendido que ele usara a expressão “espírito maligno”. Foi o suficiente para que o governo desfizesse as ligações diplomáticas com os Países Baixos, incluindo a expulsão de todos os seus representantes e, imediatamente, aplicasse tarifas, anteriormente não previstas, aos navios holandeses, o que prejudicava bastante o comércio entre a ilha de Curaçao e os portos venezuelanos.

O primeiro-ministro neerlandês, Theo Heemskerk, enviou um *ultimatum* a Castro exigindo o cancelamento de todas as medidas recentes, sob pena de acionar sua Marinha de Guerra com a missão de bloquear os portos venezuelanos. O ditador desconsiderou o *ultimatum* e, em represália, mandou apresar todos os navios de bandeira holandesa

estacionados no país. Mais uma vez os norte-americanos entenderam que não se tratava de um ato que ferisse o previsto na Doutrina Monroe, já que os holandeses não ameaçavam ocupar qualquer parte da Venezuela.

Em novembro de 1908, os navios *Jacob van Heemskerck*, *Gelderland* e *Friesland*, começaram a patrulhar o litoral venezuelano e apreenderam a embarcação *Alejo*, ao largo de Puerto Cabello. Imediatamente a população reagiu contra comerciantes holandeses, saqueando suas lojas, aí incluída a pertencente a um certo Thielen, negociante muito próximo de Cipriano Castro. Ao que tudo indica, a revolta não foi incentivada pelo ditador, mas sim por seus inimigos políticos, entre eles o vice-presidente Juan Vicente Gomez.

No início de dezembro, muito enfermo, Cipriano Castro subiu a bordo do vapor *Guadalupe* que deixaria o porto em direção à Alemanha, onde seria submetido a delicada cirurgia renal. A Venezuela estava em ruínas, sem cré-



dito no exterior, com imensas dívidas que vinham aumentando desde a separação da Espanha, tudo dificultado pelas constantes revoluções internas. Castro, no entanto, levava 100.000 dólares no bolso.

Poucos dias depois, em 19 de dezembro, o vice-presidente Gomez, depois de assumir o poder com a previsão de logo devolvê-lo a Cipriano Castro, resolveu definitivamente se tornar presidente da Venezuela. Foi um golpe fácil, a popularidade de Castro estava em acelerada queda e o custo foi limitado à prisão de alguns membros do governo e seus familiares. Além disto, a pedido de Gomez, os encouraçados norte-americanos USS *Maine*, *Des Moines* e *North Carolina* ficaram próximos e prontos para dar sustentação ao novo mandatário. A Corte Federal, por sua vez, logo fez alterações nas leis e assim tornou legal o golpe de estado.

Com habilidade, o agora presidente assinou acordos com os holandeses e, apenas quatro dias após à tomada do poder, a frota

invasora voltou para a Europa. Para o povo pouco mudou, talvez apenas o fato que o novo governante era nepotista e iletrado, mas também como antes, aliás como sempre, ávido por enriquecimento. Assim começou um novo tempo de ditadura andina, que durou 27 longos anos, espaço temporal no qual ocorreram mais de 20 movimentos insurrecionais e o encarceramento de 38.000 venezuelanos.

Cipriano Castro tentou várias vezes retomar o poder, a última a partir da ilha de Trinidad, mas navios norte americanos fizeram com que desistisse da ideia. Faleceu em dezembro de 1924, na cidade de San Juan de Puerto Rico. Seus restos mortais encontram-se no Panteón Nacional da Venezuela desde 2003, por iniciativa do presidente Hugo Chavez, na comemoração do centenário do bloqueio dos portos.

Nada mais que um ditador homenageando outro ditador.



A POSIÇÃO DO BRASIL

Os acontecimentos que abalaram a Venezuela e, por indução, toda a América Latina, ocorreram quando a jovem república brasileira ainda procurava seu lugar no mundo. Para entender o relacionamento entre brasileiros e venezuelanos naqueles tempos conturbados é preciso analisar com cuidado a situação do continente.

A América pode ser estudada através de três núcleos. O primeiro, o núcleo anglo-saxão, formado pelos Estados Unidos e pelo Canadá, este com considerável influência francesa. O segundo, o núcleo hispânico, que abrange a América Central, o Caribe e a maioria das nações da América do Sul. O terceiro núcleo é o Brasil, apenas este, de geografia, de história, de língua e de cultura muito diferentes dos demais povos.

O século XIX foi marcante na observação destas diferenças. Enquanto caudilhos, motins, quarteladas e revoluções pontu-

avam os vizinhos países hispânicos, o Brasil, mesmo sujeito a tremores políticos, militares e nacionalistas, vivia, comparativamente, uma razoável estabilidade interna durante o período imperial e que, depois, se repetiria no início da República.

Longe das ideias de latinidade e da origem ibérica comum, o brasileiro médio, principalmente o habitante do litoral, não se identificava com os povos que o cercavam. No que se refere à Venezuela, o entendimento é que se tratava apenas de uma terra distante, de complexa geografia, com língua e costumes diferentes, onde pontificavam governos marcados pela permanente inconstância provocada por revoluções e guerras internas. Além disso, representava limitado interesse comercial, já que era, também, um grande produtor de café. Nada além destes restritos conhecimentos.

Por outro lado, ao assinar o Tratado de Paz e Aliança, em agosto de 1825, Portugal reconheceu oficialmente a indepen-



dência do Brasil, mas exigiu uma indenização de dois milhões de libras esterlinas. Em verdade, esta era a dívida que Portugal tinha com a Inglaterra, logo se tratava de uma transferência de responsabilidade pelo pagamento. Sem recursos suficientes para honrar o acordo, o governo de D. Pedro I precisou fazer um empréstimo com bancos ingleses. Daí até a Proclamação da República foram contraídos mais dezesseis empréstimos com os britânicos, parte deles para financiar a guerra do Paraguai. Quando da invasão da Venezuela, os brasileiros eram, então, grandes devedores da Inglaterra, não sendo, pois, prudente criar uma situação de confronto, mesmo que limitada a cuidadosas conversações no campo diplomático.

A posição equilibrada e pragmática do Brasil ficou clara quando José da Silva Paranhos Jr, o Barão do Rio Branco, assumiu o Ministério das Relações Exteriores, ocasião na qual a Venezuela estava em pleno conflito com os credores europeus e não obtive-

ra do governo Roosevelt o amparo que pretendia. O novo chanceler não aceitou o convite de Buenos Aires para participar da formação de uma liga de países sul-americanos com o objetivo de defender os venezuelanos da demonstração de força de, principalmente, britânicos e alemães. Respondeu, então, que não era necessária a união em torno da Doutrina Drago, porque não estava em causa a Doutrina Monroe, já que não existiam evidências de ocupação de territórios no continente americano. O Brasil, desta maneira, deixou transparente sua formal distância perante os acontecimentos que envolviam os bloqueios na Venezuela.

Em 18 de novembro de 2013, o secretário de Estado dos Estados Unidos da América, John Kerry, fez um discurso na OEA - Organização dos Estados Americanos, em Washington, no qual afirmou que “o erro da Doutrina Monroe estava superado, definitivamente”.



A plateia respondeu com aplausos tímidos e incrédulos.

BIBLIOGRAFIA

ARCE, Anatólio M. *História concisa da Venezuela*. São Paulo: Dialética, 2024.

BRINKLEY, Douglas. *History of United States*. New York: Penguin Group, 1998.

FLORIA, Carlos Alberto; BELSUNCE Cesar. *Historia de los Argentinos*. Buenos Aires: Ediciones Larousse, 1992.

LAILLER, Christiane V. *Capítulos da Doutrina Monroe*. Belo Horizonte: Paco e Littera, 2025.

LEPORE, Jill. *Estas Verdades: história da formação dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 1996.

MELO, Jorge. *Historia de Colombia*. Madrid: Turner Publicaciones, 2018.

OSMA, José Antonio Vaca. *Historia de España para Jóvenes del Siglo XXI*. Madrid: Ediciones Rialp, 2004.

PALACIOS, Ariel. *América Latina, lado B*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2024.

PINTO, A. de Sousa. *A Doutrina Drago (1907)*. Whitefish: Kessinger Pub, 2009.

RAMOS, Jorge Abelardo. *História da Nação Latino Americana*. Florianópolis: Editora Insular, 2022.

URDANETA, Ramon. *Historia oculta de Venezuela*. Caracas: Fundur Editores, 2007.

VARGAS. Francisco Alejandro. *Historia Naval de Venezuela*. Caracas, Venezuela. Comandancia General de la Armada, 1994.

VILLALOBOS, Sergio; SILVA, Osvaldo; SILVA, Fernando; ESTELLE, Patricio. *Historia de Chile*. Santiago, Editorial Universitaria, 1997.

Almirante Sir Graham Eden Hammond e o Tratado de Aliança e Amizade entre Brasil e Portugal de 1825

Guilherme Mattos de Abreu ^a

Resumo: Os Diários do Almirante Graham Eden Hamond retratam a vida social, as características e costumes da população, das cidades, do clima do Brasil, em particular da Capital, e as conturbações políticas, nas duas oportunidades em que esteve no País, no início do Império. Também oferece uma demonstração de como as grandes potências atuam em proveito de seus interesses, interferindo em outras países, quando julgam necessário. Hamond era o comandante do navio que trouxe de Lisboa a delegação que negociou o Tratado de Aliança e Amizade entre Brasil e Portugal; em outro navio, levou o Tratado para assinatura de D. João VI, em 1825. Alguns aspectos quanto ao Tratado são abordados neste artigo. Em 1834, como contra-almirante, retornaria para comandar o Esquadrão do Atlântico Sul, sediado no Rio de Janeiro, onde ficou até 1838.

Palavras-Chave: História, Usos e costumes, Política externa, Tratado de Aliança e Amizade, Independência do Brasil.

Registros importantes do passado, por vezes, surgem das mãos de colecionadores. Este é o caso dos *Diários do Almirante Graham Eden Hamond: 1825 – 1834/38*, publicados em português por iniciativa de Paulo F.

Geyer, que localizou os originais e os traduziu seletivamente, omitindo tecnicidades e priorizando assuntos que julgou de interesse dos brasileiros. A edição, além de ilustrações, tem um elegante

^a Contra-almirante. Associado titular emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



prefácio da lavra do historiador Gilberto Ferrez¹.

Este artigo é, basicamente, uma resenha da obra, tendo sido acrescido de algumas explicações quanto aos eventos, para melhor compreensão.

Sir Graham Eden Hamond veio ao Brasil em 1825, no comando HMS *Wellesley*², que chegou ao Rio de Janeiro em 17 de julho, com a delegação que negociaria com D. Pedro I o reconhecimento da Independência do Brasil. Partiu da Corte, de volta à Grã Bretanha, em 3 de setembro do mesmo ano, mas antes escalou em Lisboa, com o fito de levar o Tratado para a assinatura de um saudoso D. João VI. No retorno, comandava o desgastado HMS *Spartiate*, que necessitava voltar à sede para um significativo período de manutenção. O HMS *Wellesley* passaria a ser parte do Esquadrão da *Royal Navy* no Atlântico Sul.

Promovido a almirante em 1825, não mais esperava retornar ao Brasil. Entretanto, em 1834, foi designado comandante-em-

chefe do Esquadrão do Atlântico Sul, cargo em que permaneceria até 1838. Trata-se de um período conturbado no Brasil, coincidindo com o período regencial, após a abdicação de D Pedro I.

Nessas passagens, registraria vários aspectos relacionados ao Brasil, sendo um eloquente testemunho de seu tempo. Particularmente, descreveu a vida social, da qual existem poucos escritos. Assim como outros estrangeiros, foi um crítico do regime escravocrata (sua contemporânea e compatriota Maria Graham³ seria outra a manifestar as suas impressões quanto ao assunto, em diário). A população alegre, barulhenta, desinibida e algo promíscua; os alagamentos após as “fúrias tempestades”; a sujeira nas ruas, nas praias e nos mercados desagradavam sobremaneira os visitantes e residentes estrangeiros. Descreve de forma ora positiva, ora negativa, suas impressões sobre a Baía de Guanabara e entorno, o Rio Janeiro e Niterói.

Também aborda os hábitos da elite estrangeira residente, que



formava uma sociedade a parte: representantes diplomáticos, os almirantes comandantes dos Esquadrões britânico, francês e norte-americano, sediados na Corte, comandantes de navios de guerra visitantes, comerciantes britânicos, cientistas e uns poucos brasileiros.

Os esquadrões estrangeiros tinham grande importância para os países de origem, pois zelavam pelos seus interesses nacionais no Atlântico Sul. Por vezes, interferiam nos assuntos dos governos locais, como ocorreria em relação ao brasileiro, ao logo do século XIX, no que se refere à repressão ao tráfico negro, na Questão Christie⁴ (1862 a 1865) e por ocasião da Revolta da Armada (1893-1894). O relato da passagem de navios de guerra estrangeiros pelo Rio de Janeiro é frequente no Diário de Hamond.

Ao longo dos registros, encontramos comentários sobre personalidades conhecidos da História do Brasil, relatos sobre a cerimônia de beija-mão do Imperador menino, festas e

solenidades religiosas e sobre as instituições. Aponta a nascente presença norte-americana e ações de diplomacia pública⁵, ou seja, de *soft power*, por parte dos franceses, que ofereciam bolsas de estudo na França e assim buscavam que brasileiros assimilassem a sua cultura, em concorrência à prevalente influência britânica no Continente. Aparece, também, uma manifestação de despeito em relação a pompa demonstrada pelos franceses, quando da visita Príncipe de Joinville (François Ferdinand Philippe Louis Marie d'Orléans), bem como da atenção que este recebeu por ocasião de sua primeira passagem pela Corte (1838)⁶.

SIR GRAHAM EDEN HAMOND

Sir Graham Eden Hamond nasceu em 30 de dezembro de 1779, em Londres. Ingressou na *Royal Navy* em 3 de setembro de 1785. Como jovem oficial participou de alguns eventos navais relevantes, como a Batalha do



Glorioso Primeiro de Junho (1794), da Batalha de Gênova (13 de julho de 1795), do bloqueio ao Havre (1798), da Batalha de Copenhague (2 de abril de 1801), além da captura de navios espanhóis e barcos de pesca holandeses (presas que rendiam prêmio para as tripulações, como era a prática na época), entre outros eventos⁷.

Após períodos de afastamento por licença ou tratamento de saúde, em que ficou a meio soldo, e alguns comandos, foi laureado com a “Ordem do Banho” (1815). Assumiu o Comando do HMS *Wellesley*, em 30 de março de 1824. Neste navio viria ao Brasil, trazendo a delegação chefiada por Lorde Charles Stuart, Barão de Rothesay.

Em 27 de maio de 1825 seria promovido a contra-almirante. Retornaria à Grã-Bretanha, via Portugal, no HMS *Spartiate*, um navio de linha de 74 canhões, originalmente francês – um dos nove capturados na Batalha do Nilo (1798) -, e que serviria na *Royal Navy* por mais de quarenta anos.

Em setembro de 1834, passaria a ser o comandante-em-chefe do Esquadrão do Atlântico Sul, onde permaneceu até março de 1937.

Promovido a vice-almirante em 1837, a almirante em 1847, e a almirante-de-esquadra em 10 de novembro de 1862, já enfermo, veio a falecer em 20 de dezembro de 1862.

QUAL A RAZÃO DE TERMOS UM INGLÊS A FRENTE DAS NEGOCIAÇÕES?⁸

País recém-criado, o Brasil teve dificuldades para se inserir no ambiente internacional. Havia a necessidade de reconhecimento pelas grandes potências. Era mandatário, portanto, que o país obtivesse reconhecimento de sua soberania e capacidade de agir como ator político independente. Também era relevante que Portugal se conscientizasse da nova situação. A Grã-Bretanha tinha interesse no novo mercado e julgava importante que aquele seu



aliado histórico reconhecesse a independência da antiga colônia.

O Governo Imperial, ciente da relevância da posição da Grã-Bretanha, já em 1823 passara a ter um escritório para o encarregado de negócios em Londres, onde Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, Marquês de Barbacena, e Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, Visconde de Itabaiana, se esmeravam em bem se relacionar com o governo britânico.

Dobrar Portugal não se mostrava fácil, uma vez que D. João VI acreditava na possibilidade de ver restituída a sua soberania sobre o Brasil, mediante o estabelecimento de uma administração autônoma, mas não separada. A mediação direta com o governo imperial fracassou. Como exemplo, a corveta *Voador*, que transportava os diplomatas portugueses, foi apresada e incorporada à Marinha Imperial, logo que chegou ao Rio de Janeiro, em 1823.

Sem que os entendimentos diretos progredissem, os representantes brasileiros em Londres

se voltaram para negociações intermediadas, que, por fim, foram aceitas por D. João VI, em março de 1824. A Áustria também se envolveu nas tratativas, visto que o fortalecimento da influência britânica no novo país não ser do interesse das nações da Santa Aliança (Prússia, Áustria e o Rússia).

A primeira conferência em Londres (12 de julho de 1824) não prosperou, uma vez que os representantes portugueses condicionaram o reconhecimento da Independência a três questões preliminares: (1^o) a cessação de hostilidades da parte do Brasil contra Portugal; (2^o) o restabelecimento das relações de comércio entre os dois países; e (3^o) a restituição das propriedades e embarcações portuguesas apreendidas pelos brasileiros, ou uma indenização equivalente.

As duas reuniões seguintes, em 19 de julho e em 9 de agosto, também não prosperaram, salvo por ter sido aceita a primeira questão, quanto à cessação de hostilidades contra Portugal (o que já era fato consumado); bem



como acatada uma proposta de Lorde George Canning, secretário de Assuntos Estrangeiros britânico, de se redigir um projeto de reconciliação, a serem levados às partes.

O insucesso das conferências em Londres demandou a ida de um diplomata britânico às capitais dos países envolvidos, sendo designado para tal Sir Charles Stuart, Barão de Rothesay. Sua missão era complexa, pois envolvia, preliminarmente, conciliar os interesses da Grã-Bretanha em relação ao Brasil, sem melindrar os portugueses. Assim, a primeira escala foi Lisboa, para onde partiu em 15 de março de 1825. Sua instrução, em resumo, era convencer o Rei quanto à ineficácia em se opor ao processo de Independência.

Ao longo de nove conferências, entre 5 de abril e 23 de maio de 1825, discutiu-se a separação dos países, a sucessão das coroas, a indenização pelas propriedades e embarcações e a possibilidade de um tratado de comércio. A maior dificuldade residiu na

obstinação de D. João VI em lhe ser concedido o título de Imperador do Brasil – pretensão que não teria qualquer efeito, mas que causaria sérios embaraços no Rio de Janeiro.

Ao final, Sir Stuart foi nomeado plenipotenciário do governo português, recebendo três versões de uma Carta Régia que reconhecia, em termos distintos, a independência e a soberania do Brasil. Em todas elas, Sir Stuart precatou-se em garantir a D. Pedro I a posição de sucessor à Coroa portuguesa.

Em 24 de maio de 1825, o HMS *Wellesley* deixou Lisboa com destino ao Rio de Janeiro.

A PRIMEIRA ESTADIA NO BRASIL

O HMS *Wellesley* chegou ao Rio de Janeiro em 17 de julho de 1825, um domingo. Como de praxe, ao entrar na baía e ser avistado o pavilhão do comandante do Esquadrão do Atlântico Sul - Almirante Sir George Eire -, içado



no HMS *Spartiate*, executou uma salva de onze tiros. Logo após fundear, já se viu repleto de visitantes para Sir Charles Stuart, chefe da delegação.

No dia seguinte, novas visitas – entre elas o comodoro francês, que se encontrava embarcado na Fragata *Aréthuse* – e uma surpresa: cerca de 11 horas, Stuart, Graham e comitiva procederam em um escaler para terra, onde conheceriam a casa reservada para o Barão. Precisaram desembarcar a certa distância, o que demandou uma boa caminhada. Em dado momento, foram ultrapassados por uma carruagem, com uma escolta de guardas. Era o próprio Imperador – ele mesmo dirigindo. O séquito retornou e o Imperador saltou, estabelecendo-se uma curta e cordial conversação. Hamond considerou um comportamento inusitado para um monarca e supôs que o encontro não teria sido casual, mas sim provocado pela curiosidade de D. Pedro I em conhecer os visitantes.

Neste dia, Hamond registrou as primeiras impressões da terra:

as longas distâncias, o calor e o sol forte, “embora fosse inverno”.

Nos comentários dos dias subsequentes, toma-se conhecimento da existência de uma comissão mista de repressão ao tráfico negroiro, da qual faziam parte ingleses, que Hamond teria contato. Também assinala o uso da Ilha dos Ratos, hoje Ilha Fiscal, para observações astronômicas (observação do Sol), com o fito de determinar os erros dos relógios (ou cronômetros), essenciais para uma boa navegação pelos astros. Também registrou as impressões quanto à cidade, a bela visão dos Arcos da Lapa, a variada e exuberante vegetação subindo pelas montanhas, a vista do alto do Corcovado, o incômodo dos mosquitos e formigas etc. Também registros típicos da cortesia naval, como é o caso das visitas recíprocas entre Hamond e o Comodoro Gautier, a bordo da fragata francesa *Aréthuse*.

No dia 26 de julho, Hamond tomou conhecimento da notícia, ainda não oficial, recebida de um navio vindo da Inglaterra, que



teria sido promovido a contra-almirante, que apontou como demorada – tardando nove ou dez anos -, e que teria sido mais rápida se a última guerra tivesse continuado. Em 6 de agosto, chegaria o navio correio – HMS *Dove* – que traria correspondência pessoal endereçada ao “Contra-Almirante Hamond”, mas nenhum documento oficial para ele.

No dia seguinte, o Almirante Sir George Eyre lhe deu ciência que, com aquiescência do Almirantado, o HMS *Wellesley* passaria a integrar o seu Esquadrão. Hamond retornaria ao Reino no comando do deteriorado HMS *Spartiate*, o que lhe causou estranheza, dada a sua promoção⁹. Sir Stuart ficaria sobremaneira contrariado com a troca de navios.

Em conversa com Sir Stuart, alguns dias depois, tomou conhecimento de que, embora houvesse interesse do Reino Unido pelos negócios com o Brasil, o povo se inclinaria por tudo que era francês e que os franceses buscavam debilitar a influência britânica de várias maneiras. Ofereceram ao

governo brasileiro encarregar-se da educação de “pessoas de boas famílias”, que poderiam deslocar-se para estudos na França, livres de despesas. Trezentos já lá estavam, e voltariam afrancesados, “com raiva de tudo que é inglês”¹⁰. Na rua do Ouvidor, o comércio era predominantemente francês, principalmente modistas. Tal influência, segundo Hamond, contrastaria com o que se observava em Lisboa ou nas antigas colônias espanholas, como era o caso de Buenos Aires.

De outra feita, em 24 de agosto, Sir Stuart lhe informaria sobre o andamento das discussões sobre o Tratado, em vias de serem encerradas. Segundo o Barão, já poderia estar pronto, mas os brasileiros delongam, em função, por exemplo, de feriados e dias santos.

Visto por outro prisma, tem-se outra percepção. Ocorreram treze conferências entre os plenipotenciários, de 25 de julho a 29 de agosto. Os brasileiros queriam que tudo estivesse resolvido antes do aniversário da



Independência, em 7 de setembro. O fato é que as três opções apresentadas pelo diplomata inglês eram inaceitáveis. Stuart, com habilidade, contornou as dificuldades, adaptando as instruções recebidas de Portugal. Premidos pelo tempo e pela postura do negociador, os representantes brasileiros desistiram de boa parte de suas reivindicações. Assim, o Tratado de Independência foi ratificado pelo Imperador em 30 de agosto¹¹.

Um detalhe especial chamou a atenção em sua redação: D. Pedro I abdicava de “aceitar proposições de quaisquer Colônias Portuguesas para se reunirem ao Império do Brasil” (Artigo 3º), o que denota preocupação de Portugal por um eventual contágio do clamor de independência para suas possessões.

Por fim, aproximava-se a data da partida.

Em 3 de setembro, Hamond deixou a baía de Guanabara, mas, após cruzar a barra, recebeu ordem de aguardar o recebimento de alguns despachos. Ocorrera

que uma parte da documentação não fora entregue ao navio, o qual ficou aguardando até o dia 6 de setembro ao largo, quando, finalmente, tomou o rumo da Europa.

O HMS *Spartiate* estava em más condições: apresentava deficiente estanqueidade (os tripulantes tiveram que se revezar continuamente, esgotando a água que ingressava a bordo, ao longo dos cerca de três meses que durou a viagem de volta) e as condições sanitárias eram insatisfatórias (estava infestado de pragas, como escorpiões, percevejos, formigas, aranhas e baratas). Em face de seu estado, a viagem foi desgastante e gerou grande preocupação ao Almirante.

Em Mafra, Portugal, Hamond entregou o Tratado pessoalmente a D. João VI. Foi um momento de significativa emoção, visto que o monarca se mostrava ansioso por alguém que lhe desse notícias do filho. O Rei ratificaria o tratado em 25 de novembro de 1825, assinando-o como “Imperador e Rei”. Sir Graham Hamond, em reconhecimento, seria agraciado



com a Ordem Portuguesa da Torre e Espada.

O HMS *Spartiate* sofreria extensivos reparos no *Chatham Royal Dockyard*, em Kent, Inglaterra¹². Voltaria ao Esquadrão do Atlântico Sul algum tempo depois. Hamond terá o seu pavilhão de comandante-em-chefe nele içado.

A SEGUNDA ESTADIA NO BRASIL (1834-1838)

Quando Sir Hamond deixou o Brasil, em 1825, não tinha a perspectiva de voltar. Entretanto, foi designado comandante-em-chefe do Esquadrão do Atlântico Sul, em setembro de 1834.

Ingressou na Baía de Guanabara em 4 de dezembro, a bordo do HMS *Talbot*, sendo cumprido os cerimoniais de tiros de salva pertinentes à terra e em relação aos navios guerra estrangeiros presentes (franceses e um russo), bem como as visitas protocolares.

Ainda em dezembro, recebeu permissão para instalar-se na Fortaleza de Villegagnon e

inspecionou os paióis do Esquadrão na Ilha das Cobras (onde, atualmente, fica o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, entre outras organizações da Marinha do Brasil).

Observa-se que, nessa segunda passagem pela Corte, Hamond reconhece que ocorreram algumas melhorias, com novas construções, ainda que houvesse muito o que fazer na cidade. Do Diário, toma-se conhecimento de suas impressões sobre o Imperador-Menino; de que os franceses também possuíam uma Estação Naval no Rio de Janeiro; do relacionamento e incidentes com as autoridades e com a comunidade estrangeira; de que os ingleses tinham privilégios na condução de assuntos legais, pois havia um “Juiz Conservador dos Ingleses” (tanto no Brasil quanto em Portugal), que o Senado pretendia extinguir¹³; de notícias de insurreições nas províncias, gerando a movimentação de unidades britânicas para a proteção de comerciantes ali sediados; bem como da Marinha Imperial para dominá-



las; observações sobre as localidades que visitou, como Pernambuco, Bahia e Santa Catarina; de novidades, como a criação da primeira linha regular de barcas a vapor, entre o Rio de Janeiro e Niterói; de acidentes envolvendo embarcações; de missões de captura de navios empregados no tráfico negreiro por parte de unidades do Esquadrão e da Marinha Imperial e ocorrências relacionadas. Critica a desenvoltura com que os navios negreiros circulavam, usando a bandeira portuguesa e relata o encontro de embarcações argentinos e, ao menos, uma uruguaia e uma norte americana dedicadas ao tráfico. Aponta casos de suborno nas autoridades envolvidas na repressão e o elevado número de óbitos entre os africanos transportados como carga; e o caso de a guarda de uma embarcação apresada ter sido atacada, nas proximidades da Ponta da Armação, e cerca de duzentos traficados sido levados em botes pelos atacantes.

Um registro interessante, para o qual não se identificou

aproveitamento, foi a autorização para que aspirantes da Academia Imperial de Guardas Marinha embarcassem nos navios da *Royal Navy*.

Quanto à Marinha, assinalou a construção de um dique na Ilha das Cobras: “trabalho extremamente árduo, pois a escavação é no granito sólido. São poucos homens utilizados. O trabalho [...] levará muitos e muitos anos [...] se mantido no ritmo atual [...]”¹⁴. Trata-se do *Dique Imperial* – pioneiro na América do Sul -, iniciado em 1824 e inaugurado em 1861, visto que a obra, além de difícil, sofreu paralisações. Na República, foi rebatizado *Guanabara* e, posteriormente, *Almirante Jardim*, em 1973.

Relatou que, fruto de suas andanças, apresentou sugestões às autoridades brasileiras, como a de reposicionar o farol de Cabo Frio e instalar um farol em Abrolos. Também conta de um incêndio na Casa da Moeda, em 1º de outubro de 1836, que foi combatido pelos grupos de socorro dos navios de guerra estrangeiros,



além dos locais. Quanto ao evento, criticou a apatia dos brasileiros na faina e o fato do *Jornal do Commercio* exaltar a atuação deles, no caso, pessoal da fragata *Príncipe Imperial* e do Arsenal de Marinha, além de outros trabalhadores.

Dedicou alguns dias a comentar a visita ao Príncipe de Joinville, em fevereiro de 1838, e as atenções com que este foi brindado; bem como pelo magnífico e dispendioso baile que o Príncipe promoveu a bordo do *Hercule*. Cita que os franceses promoveram uma demonstração para o Imperador, na Ponta do Caju, a qual ocultaram dos britânicos. E que, durante a mesma ocorrera uma explosão em um dos barcos, com vários feridos.

Partiu do Rio de Janeiro em 15 de março de 1838, com muitas lembranças: “o navio parecia uma arca de Noé com papagaios e animais de vários tipos”¹⁵.

Na viagem de volta, passou por Salvador, a fim de verificar a situação na Bahia, então convulsionada.

CONCLUSÃO

A leitura do diário do almirante Graham Eden Hamond é um agradável exercício, que nos permite conhecer a vida e costumes brasileiros no início do Império – muitos dos quais persistem, passados dois séculos. Bem como perfis, nem sempre lisonjeiros, das personalidades da época.

As ilustrações que ornamentam o livro – algumas do próprio Hamond -, mas, em sua maioria, aquarelas de autoria de Emeric Essex Vidal, secretário do comandante-em-chefe do Esquadrão do Atlântico Sul, o qual teve várias passagens pelo Brasil (a primeira, quando da vinda da Família Real, em 1808), nos trazem uma visão bucólica do Brasil de então.

Também nos permitem perceber a forma de agir das grandes potências, que, além de possuir estações em outros países, não hesitavam em interferir neles, em função dos interesses da metrópole. É notável o fato de o Reino Unido liderar o processo de reconhecimento da Independência do



Brasil por parte de Portugal, visto que isto era conveniente aos interesses britânicos.

ANEXO

O TRATADO DE ALIANÇA E AMIZADE ENTRE BRASIL E PORTUGAL

Tratado como firmado por D. João VI, (1767–1826), Rei de Portugal, com data de 15 de novembro de 1825, sobre o Tratado de Aliança e Amizade. Concebido em 29 de agosto de 1825 e firmado no dia seguinte por D. Pedro I, no Rio de Janeiro. Admitiu a Independência do Brasil de Portugal.

Confirma D. Pedro I (1798–1834) como Imperador do Brasil, e há, ainda, citação de vários artigos sobre como essa independência ocorreria na prática, citando regras fiscais, diplomáticas e comerciais entre os dois países. D. João VI o assina como “Imperador e Rei”.

É particularmente interessante que D. Pedro I abdicava de “aceitar proposições de

quaisquer Colônias Portuguesas para se reunirem ao Império do Brasil” (Artigo 3º), o que denota preocupação de Portugal de que houvesse eventual contágio do clamor de independência por suas possessões.

Dom João por Graça de Deus, Imperador do Brasil, e Rei de Portugal, e dos Algarves, daquém e dalém mar, em África, Senhor de Guiné, da Conquista, Navegação, e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, e da Índia etc.

Faço Saber aos que a presente Carta de Confirmação e Retificação virem, que em 29 de Agosto do corrente ano, se concluiu e assinou, na Cidade do Rio de Janeiro, entre Mim, e o Sereníssimo Príncipe D. Pedro, Imperador do Brasil, Meu Sobre todos Muito Amado e Prezado Filho, pelos respectivos Plenipotenciários munidos de competentes Poderes, um Tratado de Paz, e Aliança, do qual o teor é o seguinte:

Em Nome da Santíssima e Indivisível Trindade, Sua Majestade Fidelíssima, Tendo constantemente no Seu Real ânimo os mais



vivos desejos de restabelecer a paz, amizade, e boa harmonia entre Povos Irmãos, que os vínculos mais sagrados devem conciliar e unir em perpétua aliança; para conseguir tão importantes fins, promover a prosperidade geral, e segurar a existência política, e os destinos futuros de Portugal, assim como os do Brasil; e Querendo de uma vez remover todos os obstáculos, que possam impedir a dita aliança, concórdia, e felicidade de um e outro Estado, por Seu Diploma de 13 de Maio do corrente ano Reconheceu o Brasil na categoria de Império Independente, e separado dos Reinos de Portugal, e Algarves, e a seu sobre todos muito Amado e Prezado Filho, Dom Pedro, por Imperador, cedendo, e transferindo de Sua livre vontade a Soberania do dito Império ao Mesmo Seu Filho, e Seus Legítimos Sucessores, e Tornando somente, e Reservando para a Sua Pessoa o mesmo Título - E Estes Augustos Senhores, aceitando a Mediação de Sua Majestade Britânica para o ajuste de toda a questão incidente à separação dos dois Estados, tem Nomeado

Plenipotenciários; a saber: Sua Majestade Fidelíssima ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Cavalheiro Sir Carlos Stuart, Conselheiro Privado de Sua Majestade Britânica, Grã-cruz da Ordem de Torre e Espada, e da Ordem do Bano. Sua Majestade Imperial ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Luís José de Carvalho e Melo, do Seu Conselho de Estado, Dignatário da Imperial Ordem do Cruzeiro, Comendador das Ordens de Cristo e da Conceição, e Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros; ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Barão de Santo Amaro, Grande do Império, do Conselho d'Estado, Gentil-homem da Imperial Camara, Dignatário da Imperial Ordem do Cruzeiro, e Comendador das Ordens de Cristo e da Torre e Espada; e ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Francisco Vilela Barbosa, do Conselho d'Estado, Grã-cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros, Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Marinha, e Inspector Geral da Marinha.



E visto, e trocados os seus Plenos Poderes, convieram em que, na conformidade dos princípios expressados neste Preâmbulo, se formasse o presente Tratado.

Artigo 1º - Sua Majestade Fidelíssima Reconhece o Brasil na categoria de Império Independente, e separado dos Reinos de Portugal, e Algarves, e a Seu sobre todos muito Amado e Prezado Filho Dom Pedro por Imperador, cedendo, e transferindo de Sua livre vontade a Soberania do dito Império ao Mesmo Seu Filho, e a Seus Legítimos Sucessores. Sua Majestade Fidelíssima Toma somente e Reserva para a Sua Pessoa o mesmo Título.

Artigo 2º - Sua Majestade Imperial, em reconhecimento de respeito e amor a Seu Augusto Pai, o Senhor D. João VI, anuí a que Sua Majestade Fidelíssima Tome para a Sua Pessoa o Título de Imperador.

Artigo 3º - Sua Majestade Imperial Promete não aceitar proposições de quaisquer Colônias Portuguesas para se reunirem ao Império do Brasil.

Artigo 4º - Haverá d'ora em diante paz, e aliança,

e a mais perfeita amizade entre os Reinos de Portugal, e Algarves, e o Império do Brasil, com total esquecimento das desavenças passadas entre os Povos respectivos.

Artigo 5º - Os Súbditos de ambas as Nações Portuguesa, e Brasileira, serão considerados e tratados nos respectivos Estados como os da Nação mais favorecida e amiga, e seus direitos e propriedades religiosamente guardados, e protegidos; ficando entendido, que os actuais possuidores de bens de raiz serão mantidos na posse pacífica dos mesmos bens.

Artigo 6º - Toda a propriedade de bens de raiz ou móveis, acções, sequestrados ou confiscados, pertencentes aos Súbditos de ambos os Soberanos de Portugal, e do Brasil, serão logo restituídos, assim como os seus rendimentos passados. Deduzidas as despesas da administração, ou seus Proprietários indemnizados reciprocamente pela maneira declarada no artigo oitavo.

Artigo 7º - Todas as Embarcações e Cargas apreçadas, pertencentes aos Súbditos de ambos os



Soberanos, serão semelhantemente restituídas, ou seus Proprietários indenizados.

Artigo 8° - Uma Comunicação nomeada por ambos os Governos, composta de Portugueses, e Brasileiros, em número igual, e estabelecida onde os respectivos Governos julgarem por mais conveniente, será encarregada de examinar a matéria dos Artigos Sexto e Sétimo, entendendo-se, que as reclamações deverão ser feitas dentro do prazo de um ano depois de formada a Comissão; e que no caso de empate nos votos, será decidida a questão pelo Representante do Soberano Mediador. - Ambos os Governos indicaram os fundos por onde se hão de pagar as primeiras reclamações liquidadas.

Artigo 9° - Todas as reclamações públicas de Governo a Governo serão reciprocamente recebidas e decididas, ou com a restituição dos objectos reclamados, ou com uma indemnização do seu justo valor. Para o ajuste destas reclamações, Ambas as Altas Partes Contratantes Convieram em fazer uma Convenção directa e especial.

Artigo 10° - Serão restabelecidas desde logo as relações do Comércio entre ambas as Nações, Portuguesa, e Brasileira, pagando reciprocamente todas as mercadorias quinze 15% de direitos de consumo, provisoriamente; ficando os direitos de baldeação e reexportação da mesma forma que se praticava antes da separação.

Artigo 11° - A reciproca Troca das Ratificações do presente Tratado se fará na Cidade de Lisboa dentro do espaço de cinco meses, ou mais breve, se for possível, contados do dia da assinatura do presente Tratado.

Em testemunho do que nós, abaixo assinados, Plenipotenciários de Sua Majestade Fidelíssima, e de Sua Majestade Imperial, em virtude dos nossos respectivos Plenos Poderes, assinamos o presente Tratado com os nossos Punhos, e lhe fizemos pôr o Selo das nossas Armas.

Feito na Cidade do Rio de Janeiro, aos 29 dias do mês de Agosto do ano de 1825.

(L.S.) *Carlos Stuart*



(L.S.) *Luís José de Carvalho e Melo*

(L.S.) *Barão de Santos Amaro*

(L.S.) *Francisco Vilela Barbosa*

IMPERADOR e REI
(com Guarda) Conde do
Porto Santo

E sendo-Me presente o mesmo Tratado, cujo teor fica acima inserido, e bem visto, considerado e examinado por Mim tudo o que nele se contém, o Ratifico e Confirmo assim no todo como em cada uma das suas Cláusulas e Estipulações; e pelo presente o Dou por firme e válido para haver de produzir o seu devido efeito; Prometendo Observá-lo e Cumprí-lo inviolavelmente, e Fazê-lo cumprir e observar por qualquer modo que possa ser. Em testemunho e firmeza do sobredito Fiz passar a presente Carta, por Mim assinada, passada com o Selo grande das Minhas Armas, e Referendada pelo Meu Conselheiro Ministro e Secretário de Estado abaixo assinado. Dada no Palácio de Mafra, aos 15 dias do mês de Novembro do Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1825.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Comando de Operações Terrestres. Portaria nº 224, de 17 de dezembro de 2019. *Manual de Campanha EB70-MC-0308 – Ordem Unida*. Brasília, 2019, 265 p.

BRASIL. Comando do Exército. Portaria nº 79, de 13 de julho de 2000. *Manual de Campanha C-22-5 – Ordem Unida*. Brasília: Centro Gráfico, 2000. 125 p.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Tradução de Ruy Coelho. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

HOBSBAWN, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.



HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

JANOWITZ, M. (1960). *The Professional Soldier: a social and political portrait*. Washington: Free Press, 1960.

MARCO FILHO, Luiz de. *História Militar da PMMG*. 6. ed. Belo Horizonte: Gradual, 1999. 106 p.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 399-422.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. *Manual de Ordem Unida*. Belo

Horizonte: Academia de Polícia Militar, 2011.

MOSKOS, C. C. *From Institution to Occupation: trends in military organization*. *armed forces & society*, 4(1), 1977.

OLIVEIRA SOBRINHO, José Alves. *A formação profissional do PM: avaliação do modelo*. 1992. 82 f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 1992.

NOTAS

¹ HAMOND, Graham. *Os diários do Almirante Eden Hamond*. Trad. Paulo F. Geyer. Rio de Janeiro: J. B., 1984.

² O HMS *Wellesley* era um navio de linha de 74 canhões, construído pela *East India Company* para a *Royal Navy*, no *Bombay Dockyard* (Índia). Foi lançado ao mar em 24 de fevereiro de 1815. Desativado como navio, passou a ser utilizado para aprendizado industrial, como plataforma flutuante no rio Tyne. Perdeu-se apenas em 1940, quando afundou em consequência de

um raide aéreo alemão. (ROYAL MUSEUMS GREENWICH).

³ Maria Graham, viúva de Thomas Graham, comandante da fragata *Doris*, que falecera a bordo a caminho do Chile, veio para o Rio de Janeiro com Lorde Cochrane, em 1823. Foi preceptora da princesa D. Maria da Glória (que seria Maria II, de Portugal). Retirou-se do Brasil em 10 de setembro de 1925 (HAMOND, 1984. p. 13).

⁴ A Questão Christie foi uma crise diplomática entre o Brasil e o Reino Unido,



que ocorreu entre 1862 e 1865, e que culminou com o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países.

⁵ De grande impacto nas relações internacionais, a diplomacia pública é um instrumento do *soft power*. Em sentido amplo, tem o propósito de alcançar e persuadir públicos-chave e líderes estrangeiros e neutralizar ou desmentir informações que possam ser contra o interesse de determinado estado. Como instrumentos, utiliza declarações públicas, visitas de alto nível, intercâmbio cultural, eventos culturais, artísticos e esportivos, programas de visitas e de intercâmbio voltados para indivíduos com boas perspectivas de carreira em áreas de interesse, apoio a organizações privadas etc. (CLAWSON; BINNENDIJK, 1996. NYE JR, 2004).

⁶ Em 1838, o Príncipe de Joinville fez a sua primeira visita ao Brasil, a bordo do Navio de Linha *Hercule*. Retornou em 1840, no comando da fragata *La Belle Poule*, ao voltar da Ilha de Santa Helena, onde resgatou os restos mortais de Napoleão. Casou-se com a Princesa Francisca de Bragança, irmã de D Pedro II, em cerimônia realizada no Palácio de São Cristóvão, em 1º de maio de 1943.

⁷ OFFICER BIOGRAPHIES. *The Royal Navy 1776-1815: a biographical History and chronicle*. Sir Graham Eden Hamond. [S. l.: s. n.], [20--?]. Disponível:

<https://morethannelson.com/officer/sir-graham-eden-hamond/>. Acessado em: 6 jun. 2025.

⁸ LERER, Guilherme. *As conferências de Londres: Diplomacia multilateral e a autonomia brasileira 2021 (a)*. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/351292/as-conferencias-de-londres-diplomacia-multilateral>. Acessado em: 6 jun. 2025.

⁹ Para o leitor não familiarizado, almirantes não comandam navios, mas grupos de navios.

¹⁰ HAMOND, op.cit., p. 24.

¹¹ LERER, Guilherme. *O Tratado de 1825: O reconhecimento da independência brasileira*. 2021 (b), Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/351403/o-tratado-de-1825-o-reconhecimento-da-independencia-brasileira>. Acessado em: 6 jun. 2025.

¹² NAVY RECORDS SOCIETY. *Chatham Dockyard, 1815–1865*. Publications of the Navy Records Society vol. 154. Ashgate Publishing Limited. Surrey. England. Disponível em: [Volume-154-Chatham-Dockyard-1815-1865.pdf](https://www.navyrecordsociety.org.uk/volume-154-chatham-dockyard-1815-1865.pdf). Acessado em: 1 jun. 2025.

¹³ A essa manifestação do Senado, Hamond reage conjecturando que o governo britânico deveria agir com força (nos moldes da “diplomacia das canhoneiras”): “O melhor que nosso governo poderia fazer era dar a esses sujeitos uma boa surra e tomar posse de



três ou quatro de suas ilhas principais, como Santa Catarina, Ilha Grande e São Sebastião” (HAMOND, 1984. p. 130).

¹⁴ HAMOND, op.cit., p. 107.

¹⁵ Ibid., p. 191.

A Maçonaria no processo de Independência do Brasil

Flávio Antônio Silva Augusto ^a

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo investigar e demonstrar a participação da Maçonaria no processo de Independência do Brasil. A Maçonaria, por meio de dois expoentes, José Bonifácio e Joaquim Gonçalves Ledo, influenciou decisivamente o processo que culminou na separação definitiva do Brasil de Portugal. Esses dois brasileiros trabalharam incansavelmente para o desfecho histórico do 7 de setembro de 1822, embora tenha havido lutas pela independência em algumas províncias e negociações com Portugal, mediadas pela Inglaterra, visando ao reconhecimento ocorrido em 1825. A pesquisa é bibliográfica e utiliza tanto fontes secundárias quanto documentos transcritos dos originais. Sobressai do estudo que a Maçonaria do Brasil participou ativamente do processo da Independência, embora outros fatores e pessoas sensíveis à causa também tenham contribuído para o desfecho. Conclui-se que, se não fosse a participação efetiva da Maçonaria, por meio de seus membros, a Independência não teria ocorrido no período em que foi efetivada, e, caso ocorresse sem a participação desta, o Brasil não teria a unidade federativa que tem hoje – sua configuração seria semelhante à da América Espanhola, as províncias se tornariam países independentes.

Palavras-Chave: Maçonaria, Independência, Emancipação política.

INTRODUÇÃO

Constitui tema desta pesquisa a participação da Maçonaria no processo de Independência do

Brasil. O mesmo foi delimitado ao período de 1789 a 1825, haja vista a conjuntura da época e a contribuição da Inconfidência Mineira no processo. A pergunta

^a Coronel da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, mestre em Administração. Associado Correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



norteadora foi: “qual foi a participação da Maçonaria no processo de Independência do Brasil”?

A partir do problema, foram formulados os objetivos geral e específicos, não tendo sido produzidas hipóteses. O objetivo geral é investigar e demonstrar a participação da Maçonaria brasileira no processo de Independência. São objetivos específicos: a) analisar a conjuntura mundial/nacional no período em que ocorreu a Independência do Brasil; b) verificar a participação da Maçonaria ou de maçons brasileiros no processo de Independência, e o seu reconhecimento; c) elencar a participação de José Bonifácio e Gonçalves Ledo, e as suas ideologias, no processo de Independência; d) descrever a contribuição da Inconfidência Mineira para a Independência do Brasil, as lutas subsequentes e o reconhecimento de Portugal.

O estudo se justifica em razão da importância do momento histórico que culminou na Independência do Brasil, em um

cenário no qual Portugal tentava recolonizar o País e a Maçonaria trabalhava em prol da ruptura. Havia também um imperador pressionado pelas elites portuguesas, assim como as brasileiras. Províncias como São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, entre outras, que não aceitavam a autoridade do príncipe regente, mas tão somente das Cortes de Lisboa, estavam ameaçando se declarar independentes. A luta interna para o reconhecimento da independência em algumas províncias brasileiras, assim como as tratativas no exterior junto a Portugal, com a mediação da Inglaterra, para que se reconhecesse a independência do Brasil. Ademais, a Inconfidência Mineira muito contribuiu para uma consciência coletiva em relação ao processo, embora tivesse sido sufocada pela justiça lusa.

Trata-se de uma pesquisa do tipo metodológica, que adotou como técnica a documentação indireta por meio de pesquisa bibliográfica, com transcrição e cópia



de documentos originais, sendo também baseada em fontes primárias e secundárias.

Para melhor compreensão do tema, este trabalho foi dividido em cinco seções. Na seção 1 encontra-se a introdução, contendo os elementos indicativos deste estudo; a seção 2 apresenta o embasamento teórico, como a definição de Maçonaria, sua origem no mundo e no Brasil, assim como sua estruturação em terras brasileiras; a seção 3 contém a caracterização do objeto com os fatos antecedentes que o influenciaram, a participação da maçonaria no processo, a luta interna e o reconhecimento externo da Independência do Brasil; a seção 4 trata da discussão do tema; e por fim a seção 5 apresenta as conclusões da pesquisa.

EMBASAMENTO TEÓRICO

Esta seção tem por objetivo apresentar a abordagem teórica do estudo, como a definição de Maçonaria, sua origem no mundo

e no Brasil, assim como sua estruturação em terras brasileiras.

- Definição e a origem da Maçonaria no mundo

Para melhor entender o que é Maçonaria, é preciso definir o termo, o que possibilitará a compreensão de seus objetivos e o porquê da sua existência. A melhor definição do que é Maçonaria se busca no próprio Manual de Aprendiz:

A Ordem Maçônica é uma associação de homens sábios e virtuosos que se consideram irmãos entre si e cujo fim é viver em perfeita igualdade, intimamente ligados por laços de recíproca estima, confiança e amizade, estimulando-se uns aos outros, na prática das virtudes.¹

Outra definição para se entender o que é Maçonaria, assim como os seus objetivos, se pode abstrair de Pitombo:

[...] uma instituição essencialmente filosófica, filantrópica, educativa e progressista.



Filosófica porque trata da essência das propriedades e dos efeitos das causas naturais, investigando as leis da natureza e relacionando as primeiras bases da moral e da ética pura. Filantrópica porque não visa lucro, destinando seus recursos para o bem do gênero humano, sem distinções. Progressista porque não se prende a dogmas, prevenções ou superstições, não criando obstáculos no sentido da busca da verdade. Busca a liberdade, igualdade de direitos e obrigações e a fraternidade. Muitos leigos se referem à Maçonaria como uma religião. Na verdade, ela pode ser tida como uma instituição religiosa, pois reconhece a existência de um único princípio criador, regulador absoluto, supremo e infinito Deus (Grande Arquiteto do Universo); e prima pelo espiritualismo em contraposição ao materialismo. Mesmo assim, ela não pode ser considerada uma religião, pois se define como uma sociedade que tem por objetivo unir os homens no sentido mais amplo e elevado do termo e, por isso admite pessoas de todos os credos religiosos em seus quadros. [...] A moral, a fraternidade e retidão são representados pelo

livro sagrado, pelo compasso e pelo quadrado.²

Lima³ define Maçonaria como uma organização filosófica, entre outras qualificações, o que seria universal, independentemente do país, rito⁴ ou mesmo da obediência⁵ ao local onde exerce suas atividades. A filosofia entende como estado mental da pessoa que se dedica pelo saber e o aprecia, desejando-o, procurando-o e respeitando-o. O mesmo Lima sintetiza o seu entendimento de filosofia como sendo “[...] amizade pela sabedoria, apreciação e veneração pelo saber”, sendo o filósofo aquele que “ama e busca a sabedoria, tem amizade pelo saber, deseja saber”.⁶

Abstrai-se, assim, que, conforme Baptista⁷, a Maçonaria seria um conjunto de doutrinas de caráter moral, com o objetivo de evoluir o espírito humano, buscando o desenvolvimento do querer, saber e sentir. Portanto, fundamentado em Silva, conclui-se que Maçonaria é: [...] “uma nova



proposta de convívio entre os homens, pautada na cordialidade, no respeito e na conduta pacífica dos membros”⁸.

Quanto às origens da Maçonaria no mundo, há historiadores que afirmam que data de quatro mil anos, no Egito; outros acreditam que se deu com a construção do templo de Salomão. Este trabalho considera o marco da Maçonaria a partir de meados do Século XV, quando deixou de ser operativa. Na Inglaterra, nessa época, era denominada Operativa, porque aceitava nos seus quadros apenas pessoas ligadas à arte e ao ofício da construção (arquitetos e engenheiros), chamados de “pedreiros livres”. Mais tarde, começou a aceitar pessoas oriundas da nobreza, burguesia e clero, passando então a ser denominada Especulativa.

Durante o Iluminismo, no Século XVIII, surgiu na França a franco-maçonaria, que seguia o que James Anderson⁹ escreveu no Livro da Constituição de 1723. Essa Constituição influenciou decisivamente o mundo moderno,

vindo a ser amplamente difundida nos países anglo-saxônicos.

Uma loja maçônica¹⁰ está atrelada a uma obediência, que seriam entidades autônomas, regulares e soberanas que congregam as lojas simbólicas. Observa-se, pois, a existência de uma jurisdição¹¹ consentida de uma entidade que detém poder de coordenação sobre seus membros e a sua loja. Ex: Grande Oriente do Brasil, Grande Oriente de Minas, Grandes Lojas Maçônicas.

- Origem e estruturação da Maçonaria no Brasil

A origem da Maçonaria no Brasil não é assunto pacificado entre os pesquisadores. No entanto, há certa convergência entre os estudiosos em relação ao período histórico – a partir do século XVIII – em que há indícios do trabalho de maçons em prol de um objetivo comum e do interesse coletivo. Para Amoedo *apud* Grande Oriente do Brasil, a “Maçonaria brasileira teve início em 1797, com a Loja Cavaleiros da Luz, criada na povoação da Barra,



em Salvador, Bahia, e ainda com a Loja União, em 1800, sucedida pela Loja Reunião, em 1802".¹²

A historiografia maçônica noticia que a primeira loja instalada no Brasil data de 1801, na Bahia, Loja Cavaleiros da Luz, ligada ao Grande Oriente da França¹³. Ainda segundo Couto *apud* Carvalho, essa loja teria sido criada no ano de 1797, dentro da fragata *La Preneuse*, posteriormente transferida para o bairro da Barra, na cidade de Salvador. Nos primeiros anos do século XIX, foram criadas lojas nas cidades de Pernambuco e Rio de Janeiro, que eram livres ou filiadas ao Grande Oriente Lusitano ou Francês.

Segundo Pitombo¹⁴, a Maçonaria está presente em nossa história desde o tempo do Brasil colônia, incorporada, a princípio, por alguns revolucionários da Inconfidência Mineira e da Conjuração Baiana, fazendo-se sentir como força política quando assumiu os ideais do liberalismo¹⁵. Couto corrobora o entendimento de que o marco da Maçonaria em

terras brasileiras é a Inconfidência Mineira, no final do século XVIII¹⁶.

No Brasil, inicialmente, tivemos três potências reguladoras no âmbito da Maçonaria, o Grande Oriente Brasileiro (1822), atual Grande Oriente do Brasil, que possui federações em todos os estados; a Confederação Simbólica no Brasil (CSM, de 1927), cisão da primeira, a qual reúne uma Grande Loja autônoma e independente em cada estado, e, por fim, a Confederação da Maçonaria no Brasil (CMB, de 1973), cisão da primeira, reunindo os Grandes Orientes independentes, além de congregar Grandes Orientes Estaduais e autônomos em cada estado¹⁷.

Em 1815, no Rio de Janeiro, foi criada a Loja Comércio e Artes, que funcionou até 1818, por causa da edição do Alvará de 30 de março de 1818, de D. João VI, assessorado principalmente pelos ministros D. Marcos de Noronha e Brito (Conde de Arcos) e D. Thomas Antônio de Vila Nova de



Portugal, que proibiu o funcionamento de qualquer sociedade secreta em Portugal e em todos os domínios. É importante observar que seus quadros reuniam estudantes egressos das universidades da Europa, como Coimbra, os quais se comprometiam a lutar pela causa da Independência do Brasil.

Para continuar trilhando o objetivo da Independência, foram criadas organizações maçônicas com títulos de academias, sociedades literárias, sendo o mais famoso o Clube da Resistência, conforme afirma Durão *apud* Prober¹⁸, depois transformado em Clube da Independência, como continuação da Loja Distintiva, fundada por padre Belchior. No período, foram criadas as seguintes academias ou sociedades secretas: Basílica dos Esquecidos e Basílica dos Renascidos, Arcádia Ultramarina, Associação Literária dos Seletos, Academia Científica, Academia dos Felizes, Sociedade Literária do Rio de Janeiro e o Apostolado ou Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz.

Quanto à afirmação de que as academias ou sociedades secretas seriam continuação das lojas maçônicas, Durão¹⁹ discorda, alegando que, para existirem, essas sociedades teriam que ser criadas pelos governadores ou vice-reis, com finalidades exclusivamente culturais, admitindo-se, no entanto, a presença de maçons que aproveitavam a oportunidade para difundir as ideias libertárias. Em 1821, a maçonaria voltou a funcionar no Brasil, quando a Loja Comércio e Artes, rebatizada com o nome de Comércio e Artes na Idade do Ouro, com cerca de 90 membros, dividiu-se em três – União e Tranquilidade, Esperança de Niterói, e Comércio e Artes da Idade do Ouro – com o objetivo de criar uma obediência exclusivamente brasileira.

No ano seguinte, foi criado o Grande Oriente Brasílico ou Brasileiro, mais tarde denominado Grande Oriente do Brasil, a primeira obediência maçônica do País, por inspiração de Gonçalves Ledo, alcançando sua



independência administrativa²⁰, cujo objetivo era lutar pela independência política. Couto afirma que a criação do Oriente Brasileiro se deu em virtude de a maioria não querer mais se submeter ao Grande Oriente de Lisboa, gerando assim a urgência da sua criação²¹. A consequência foi uma maior organização, tornando-se um veículo importante dos acontecimentos nos campos político e social, principalmente no processo de Independência.

Para Gomes a Maçonaria, no começo do século XIX, seria uma organização altamente subversiva, comparável ao que representou a Internacional Comunista no século XX²². O autor acrescenta que a organização ansiava por novas doutrinas políticas, que transformassem o mundo, cabendo aos seus agentes propagá-las nas zonas quentes do planeta, no caso a América. Gomes, *apud* Lima²³, acrescenta ainda que a Maçonaria funcionou em 1822 como “uma escola de disciplina e de civismo e um laço de união

entre esforços dispersos e dispersivos”.

Na próxima seção se discorrerá sobre a caracterização do objeto da pesquisa.

CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

A presente seção tem como objetivo descrever os fatos antecedentes que influenciaram a Independência do Brasil, a participação da Maçonaria no processo e como foi a luta e o reconhecimento externo.

- Fatos antecedentes à Independência do Brasil

Em 1806, Napoleão Bonaparte decretou o Bloqueio Continental contra a Grã-Bretanha. O objetivo era que as nações da Europa Continental fechassem os portos ao comércio inglês para enfraquecer a Inglaterra, privando-a dos mercados consumidores e fontes de abastecimento. Portugal era extremamente dependente economicamente da



Inglaterra, maior fornecedora de produtos manufaturados e maior compradora das mercadorias portuguesas e brasileiras²⁴.

Como Portugal se negou a aderir ao Bloqueio Continental, a família real foi convencida pelo governo inglês, juntamente com a sua Corte, a fugir para o Brasil, seguindo o conselho de Lorde Percy Clinton Smith, então embaixador inglês em Lisboa. D. João transferiu sua Corte para o Brasil, propiciando aos ingleses o acesso ao mercado consumidor brasileiro.

Quando aportou no Brasil em 1808, a família real expediu uma Carta Régia²⁵, abrindo todos os portos brasileiros para as nações amigas de Portugal, acabando com o monopólio luso e consequentemente com o pacto colonial. Já no Rio de Janeiro em 1 de abril do mesmo ano, expediu um alvará²⁶, o qual permitia a instalação de indústrias no Brasil. Esse alvará deu mais liberdade econômica para a colônia, iniciada, com abertura dos portos.

Em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de “Reino Unido a Portugal e Algarve”, o que, na prática, para Durão *apud* Magalhães, representou “uma inversão de brasileira, passando o Brasil a ser a metrópole, e Portugal a colônia”²⁷. O descontentamento em Portugal, empobrecido pela guerra, era enorme, haja vista que houve batalhas em seu território, o que culminou, em 1820, com a Revolução do Porto.

A Revolução do Porto, ou Revolução Liberal do Porto, foi deflagrada em 24 de agosto de 1820, e tinha como objetivo o fim da dominação inglesa e do regime absolutista da monarquia lusitana, contando com a adesão de todas as classes da sociedade e do exército. Imperioso recordar que Portugal era governado militarmente de maneira déspota pelo Marechal Beresford²⁸, mesmo já tendo decorrido anos da expulsão dos franceses do território luso.

Como fatores da aludida revolução se podem mencionar a permanência da família real no Brasil, as ideias liberais



difundidas pela Revolução Francesa, os prejuízos causados pela abertura dos portos brasileiros em 1808 e a presença de um governante militar e estrangeiro em Portugal desde 1808. O Marechal Beresford, ao retornar do Brasil para Portugal, depois de um encontro com D. João VI, foi impedido de desembarcar em Lisboa; seus oficiais que se encontravam em Portugal estavam presos e foram deportados para a Inglaterra.

Uma junta provisória assumiu o país, e convocou as Cortes Gerais e constituintes para elaborarem uma nova constituição. Dentre as exigências da junta provisória se destaca a volta da Corte para restabelecer a dignidade metropolitana, o estabelecimento de uma monarquia constitucional e a restauração do pacto colonial. Costa aduz que, além da volta de D. João para Portugal, as Cortes exigiam a “promulgação de uma Constituição nos moldes da Constituição espanhola”²⁹.

Para se entender o que era o pacto colonial, é importante esclarecer que os países europeus que tinham colônias na América exerciam o monopólio legal das importações de matérias-primas mais lucrativas e exportavam os bens de consumo para elas. As colônias só podiam comercializar com suas metrópoles³⁰, estabelecendo vantagens e preços vantajosos. Na prática, a colônia não podia concorrer com a metrópole, só sendo autorizada a produzir o que ela (a metrópole) não produzia. Um exemplo era a produção de açúcar no nordeste brasileiro.

Diante da situação e da iminente possibilidade de perda do controle, D. João VI chegou a editar um decreto em fevereiro de 1821, no qual despachava o príncipe regente D. Pedro a Portugal, para ouvir as representações e queixas do povo, com o objetivo de estabelecer reformas. Porém, não só os revoltados como também as tropas estacionadas no Rio de Janeiro se opuseram à determinação real, pois queriam a volta do Rei a Portugal.



Em 24 de abril de 1821, depois de muito protelar a sua volta, D. João, juntamente com os demais membros da família real, embarcou em uma nau³¹, e, na manhã de 26 de abril, finalmente iniciou sua viagem de retorno a Portugal. D. João nomeou D. Pedro para ser o regente do Reino do Brasil e escolheu ministros para auxiliá-lo. Dois dias antes do embarque, 22 de abril, recomendou o seguinte para seu filho: “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros”³². Ferreira menciona apenas que João VI teria recomendado ao príncipe regente que assumisse algum movimento separatista que viesse a despontar no Brasil, evitando assim a perda do novo reino pela família de Bragança³³.

Ao regressar a Portugal, D. João VI se submeteu às exigências das Cortes (Parlamento) que passaram a governar Portugal, haja vista a diminuição dos poderes pela Constituição. Antes de deixar

o Brasil, ele editou o seguinte decreto:

[...] encarregar do governo geral e inteira administração de todo o Reino do Brasil ao meu mui amado e prezado filho, D. Pedro de Alcântara, príncipe real do Reino-Unido de Portugal, Brasil e Algarve, constituindo-o regente e Meu lugar-tenente, para que com tão promeminente título e segundo as instruções que acompanham a este decreto e vão por Mim assinadas, governe na Minha ausência e enquanto pela Constituição se não estabeleça outro sistema de Regime, todo este Reino com sábedoria, e amor dos povos.³⁴

Ao partir para Portugal, a Corte Portuguesa levou todo o dinheiro dos cofres do Banco do Brasil, decretando a falência de vários comerciantes. Outros problemas internos surgiram no tocante à política, pois havia uma grande inquietação, uma vez que a província da Bahia e todas do Norte não reconheciam a autoridade do príncipe regente ou mesmo hesitavam entre a



autoridade da Corte de Lisboa e a do Rio de Janeiro³⁵.

Nesse cenário, a Bahia chegou a declarar que D. João não tinha autoridade para conferir a regência a D. Pedro. As províncias do Pará, Maranhão e Goiás chegaram a se unir contra o Rio de Janeiro no movimento em prol da independência. O Uruguai estava com as Cortes de Lisboa. Minas estava dividida entre obedecê-las ou reconhecer a autoridade de D. Pedro. Já em São Paulo, havia duas tendências, uma para aderir às Cortes e outra que, de maneira velada, tendia para a independência, esperando o momento certo.

Para melhor se entender o cenário político, pode-se verificar do próprio enunciado de Durão o seguinte:

A situação política no Brasil era também de extrema inquietação. Algumas províncias, todas as da Bahia para o norte, ou recusavam-se hostilmente a reconhecer a autoridade do príncipe, ou mostravam-se hesitantes entre as Cortes de Lisboa e o governo do Rio de

Janeiro. A junta da Bahia declarou, formalmente, que d. João VI já não tinha poderes para conferir regências, desconhecendo inteiramente as funções políticas de d. Pedro. As Juntas do Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso uniram-se contra qualquer tentativa revolucionária do Rio de Janeiro a favor da independência. reação semelhante ocorreu no Uruguai, que aderiu exclusivamente às Cortes de Lisboa. Minas estava dividida entre a adesão às Cortes e a preferência pela posição adotada por d. Pedro. Em São Paulo também havia duas correntes: adesão total às Cortes de Lisboa e a da independência (esta, cuidadosamente velada, até que fosse possível levantar a grande massa causa).³⁶

O Partido Português amparava o ministro Conde de Lousã, também português, que era a favor das Cortes de Lisboa e desejava o Brasil para Portugal. Imperioso recordar que os objetivos da revolução do Porto eram resgatar a dignidade da dinastia de Bragança, com retorno para Portugal, volta do pacto colonial e retorno do Brasil à condição de colônia.



Em 2 de junho de 1821, chegou a notícia de que as bases da Constituição redigida pelas Cortes tinham sido proclamadas em 9 de março, mas D. Pedro se recusou a jurá-las enquanto os representantes brasileiros das Cortes as aprovassem. Os deputados brasileiros eleitos às Cortes Gerais e Constituintes da Nação Portuguesa, maioria, se recusaram a tomar posse em Portugal.

O Conde Lousã, não conseguindo convencer o príncipe regente a jurar cumprir a nova Constituição, apelou para as tropas portuguesas estacionadas no Rio de Janeiro e, quando pressionado devido à força militar e aos comandantes, recuou e fez o juramento. Não pararam por aí as ações das Cortes de Lisboa. Em 24 de abril de 1821, declararam independentes todos os governos provinciais do Rio de Janeiro, submetendo-os diretamente às Cortes Portuguesas, momento de muita tensão e coação sobre o príncipe regente por parte dos comandantes da Divisão Auxiliar no Brasil³⁷, uma vez que, na época,

não havia forças militares brasileiras.

Diante desse cenário, somente com a volta do funcionamento da Maçonaria e das ações das academias e agremiações literárias, a situação começou a mudar. Conforme Amoedo, “[...] as lojas se transformaram em trincheiras políticas a submissão do Brasil às Cortes portuguesas”³⁸, pois, devido às suas ações, conseguiram unir todos os brasileiros num único ideal, o que foi importante, culminando na total separação do Brasil de Portugal. Em 7 de setembro de 1822, na cidade de São Paulo, nas margens do riacho do Ipiranga, D. Pedro proclamou a independência do Brasil de Portugal.

- A Independência do Brasil

A separação de Portugal, ou mesmo as sedições que noticiavam esse propósito, não eclodiram no início do século XIX. Um movimento que mostrou essa insatisfação contra o jugo português foi a Inconfidência Mineira³⁹,



cujos conjurados foram presos e deportados para a África, sendo apenas um sentenciado à morte, Tiradentes, considerado o Protomártir da Independência do Brasil. Embora envolvesse as Capitânicas das Minas Gerais e Rio de Janeiro diretamente, o movimento influenciou brasileiros como Gonçalves Ledo, cujo pai era um comerciante carioca e teve contato com os inconfidentes.

Em 24 de junho de 1821, a Maçonaria voltou a funcionar no Brasil. Conforme já mencionado, a Loja Comércio e Artes na Idade do Ouro se dividiu em três, com o objetivo de criar uma obediência que congregasse todas as forças maçônicas. Foi criado o Grande Oriente Brasileiro, ou Brasília (mais tarde denominado Grande Oriente do Brasil), cujo objetivo era, segundo Durão⁴⁰, conquistar a independência e manter o país unificado, evitando que se fragmentasse em várias repúblicas e reinos, como as colônias espanholas na América. O objetivo da criação da obediência no Brasil se opunha a algumas ideias de

separação, como a dos maçons Pernambucanos. Em 1817, os maçons daquela região chegaram a inaugurar uma obediência regional, objetivando “criar uma república constitucionalista independente do Nordeste”.

Segundo Durão⁴¹, José Bonifácio não era maçom e sim profano⁴², conforme consta na historiografia maçônica, mesmo assim foi designado Grão-Mestre⁴³. Não há nada de extraordinário na designação de um profano, pois, segundo Durão *apud* Prober, “muitas vezes a maçonaria europeia aclamou profanos para o cargo de Grão-Mestre, especialmente em situações políticas difíceis”⁴⁴. Por outro lado, o mesmo autor esclarece que José Bonifácio pertencia à Loja Comércio e Artes na Idade do Ouro desde 1822. Pitombo⁴⁵ aduz que em 10 de março de 1822, D. Pedro recebeu da Loja Comércio e Artes o título de “Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil” e que nessa mesma loja, em 26 de março, José Bonifácio teria sido iniciado na Maçonaria.



José Bonifácio, em 2 de junho de 1822, criou a sociedade secreta não maçônica, o “Apostolado ou Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz” (outra denominação), organizada aos moldes da carbonária⁴⁶ Europeia. Após, foi redigida uma constituição política para reger os destinos do Brasil, registrando-se nos seus quadros vários maçons. D. Pedro dela fez parte, ocupando o mais alto cargo, cujo título era Arconte-Rei, e José Bonifácio foi seu lugar-tenente. A finalidade do Apostolado era evitar que o príncipe regente D. Pedro entrasse na Maçonaria, o que acabou acontecendo em 2 de agosto de 1822, na loja Comércio e Artes na Idade do Ouro, na cidade do Rio de Janeiro.

Em 22 de agosto, numa reunião no Grande Oriente Brasileiro, ou Brasilico, presidida por Gonçalves Ledo (1º Grande Vigilante), devido às ausências constantes do Grão-Mestre José Bonifácio e seu substituto, que estava idoso e doente, o grupo propôs o nome de D. Pedro para Grão-Mestre, que foi aceito por aclamação.

Nessa mesma sessão, José Bonifácio foi deslocado para o cargo de Grão-Mestre adjunto. O objetivo de Gonçalves Ledo era atrair o príncipe regente para a causa e minar a influência de José Bonifácio na Maçonaria, culminando com o acirramento entre as correntes que já se manifestavam.

A Maçonaria Azul inglesa (Monarquia Parlamentar) era representada por José Bonifácio de Andrada e Silva⁴⁷, e a Maçonaria Vermelha francesa (Republicana) era representada por Joaquim Gonçalves Ledo⁴⁸. Embora os dois grupos dividissem a Maçonaria em duas facções, não divergiam no tocante à “Independência”, o que não impediu disputas pelo poder passional, com prisões, exílios, perseguições e expurgos, conforme atesta Gomes. A Maçonaria Vermelha (Republicana) defendia a ruptura total dos laços com Portugal, pregando um regime semelhante ao das colônias espanholas da América Latina, que estavam se separando da Espanha. De maneira antagônica, a Maçonaria Azul



(Monarquia Parlamentar) defendia a união com Portugal, mantendo sua autonomia e sem escravidão.

Para melhor explicar a divisão na Maçonaria, Gomes assim menciona:

Em 1822, a maçonaria brasileira estava dividida em duas grandes facções. Ambas eram favoráveis à independência, mas uma delas, liderada por Joaquim Gonçalves Ledo, defendia ideias republicanas. A outra, de José Bonifácio de Andrada e Silva, acreditava que a solução era manter dom Pedro como imperador em regime de monarquia constitucional. Estes dois grupos disputaram o poder de forma passional, envolvendo prisões, perseguições, exílios e expurgos [...].⁴⁹

Já Couto traz o seguinte entendimento da divisão da Maçonaria, aduzindo a importância da sua participação no processo e as ideias dos grupos antagônicos:

A independência jamais poderia ter acontecido sem a interferência e a coordenação de José Bonifácio com o apoio

incondicional dos maçons brasileiros para obter os resultados desejados. Porém, se Bonifácio representava uma facção da maçonaria nacional, havia um segundo representante, Gonçalves Ledo, que tinha também bastante influência e que agia separadamente dos demais liderados. No entanto, quando chegou o momento de atingir o objetivo comum, resolveram deixar as diferenças de lado e se unir.

Ledo, que liderava um grupo que defendia o rompimento total dos laços com Portugal e que se estabelecesse um regime “que aproximasse mais daquele dos demais países latino-americanos, que, paulatinamente, iam conseguindo sua independência da Coroa espanhola”, [...], o grupo de Bonifácio pregava a união do Brasil com Portugal, desde que mantivesse sua autonomia, englobasse as colônias e não admitisse a escravidão dos negros.⁵⁰

Por fim, Durão conceitua o que seria a Maçonaria Azul e a Vermelha e o que motivara essa divisão:



Não obstante, a ideia da independência e da liberdade continuava a ferver entre os maçons brasileiros, por uns desejada sob a forma de monarquia constitucional parlamentar (que se rotulava como Maçonaria Azul) e por outros, sob forma de república democrática (rotulada como Maçonaria Vermelha). Essa rotulação nada tem a ver com a Maçonaria Simbólica, também denominada Azul, nem com a Maçonaria Filosófica, por muitos designada como Maçonaria Vermelha. Simplesmente significavam os monarquistas (azul) e os republicanos (vermelho).⁵¹

Segundo Durão⁵², D. Pedro estava dividido entre se tornar o Imperador do Brasil e o juramento que fizera ao seu Pai. Contudo, em 29 de setembro de 1821, um decreto das Cortes, elencando novas ingerências, o qual chegou ao Brasil em 9 de dezembro, suprimia os tribunais criados quando da estada da família real, ordenava a volta do príncipe regente, com a desculpa de fazer uma viagem pelos países da Europa para aprimorar sua

educação, tendo em vista que era o herdeiro do trono. A presença do príncipe regente dificultava, na prática, a recolonização. O decreto determinava ainda que o governo fosse entregue a uma junta, que deveria se reportar exclusivamente ao soberano congresso de Lisboa. Além disso, criava governos provinciais desligados do Rio de Janeiro, subordinando-se diretamente a Lisboa.

D. Pedro chegou a escrever uma carta para o Rei, notificando-o de que se preparava para a viagem de retorno. Contudo, a Loja Maçônica Comércio e Artes na Idade do Ouro e o Clube da Resistência ou Independência, juntos, uniram esforços para impedir a saída de D. Pedro do Brasil. Embora receoso, o príncipe disse que se “recebesse dos povos das três províncias deputações que lhe vissem pedir que não partisse, ficaria”⁵³. Imediatamente foi organizado um manifesto da população, nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, totalizando oito mil assinaturas,



que pedia ao príncipe que não fosse embora.

Em 29 de dezembro, o manifesto chegou às mãos do príncipe e, em 9 de janeiro de 1822, ele recebeu o Presidente do Senado e maçom José Clemente Pereira⁵⁴, acompanhado de um enorme cortejo, que leu um documento expressando a vontade do povo. Após ouvir a leitura, o príncipe respondeu: “como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto, diga ao povo que fico”, em seguida falou para a multidão que estava em frente ao palácio, aconselhando-a a ficar tranquila, conforme narra Ferreira. Esse episódio ficou conhecido como o “dia do Fico” e, ainda segundo Ferreira, “foi importante para o processo de independência, pois marcou a primeira adesão do príncipe regente a uma causa brasileira, desrespeitando frontalmente as decisões das Cortes de Lisboa”⁵⁵.

Para Couto⁵⁶, o “dia do Fico” foi arquitetado por José Joaquim da Rocha e José Clemente Pereira,

com a participação de José Bonifácio. Costa esclarece que depois do “Fico” as tensões entre colônia e metrópole agravaram-se, razão pela qual “príncipe procurou apoio entre os homens de prestígio do país e de reconhecida fidelidade à Monarquia”⁵⁷. Amoedo acrescenta que “o dia do ‘Fico’ contou com a influência direta de maçons, que organizaram abaixo-assinados e manifestações em favor da permanência de D. Pedro no Brasil”⁵⁸.

A tropa auxiliadora ficou inicialmente calada e tentou se rebelar, mas foi dominada pelo príncipe, que a obrigou a se retirar do Brasil. O Conde de Lousã pediu demissão, houve tentativas de sequestros do príncipe e de membros de sua família, o que foi evitado pelas tropas leais e por voluntários contratados. As províncias do Pará, Piauí e Maranhão obedeciam aos decretos das Cortes, e o Ceará dispensava obediência ao governo de Lisboa. O Rio Grande do Norte pendia para os dois lados, sem definição; a



Paraíba historicamente acompanhava a tendência de Pernambuco, que tinha muitos recursos, heroísmo tradicional e patriotismo, e, depois do envio de um emissário, ficou a favor do príncipe. Já a Bahia foi a resistência a D. Pedro, pois mesmo depois da Proclamação da Independência, ocorreram batalhas contra as tropas do Brigadeiro Luiz Madeira de Melo, um grande adversário em desfavor da emancipação do Brasil.

A situação era tensa. Em maio de 1822, D. Pedro assinou um decreto prevendo que qualquer decisão das Cortes, para ser cumprida no Brasil, teria que ter o “Cumpra-se”, conforme decreto do príncipe, conhecido pelo mesmo nome e redigido por membros da Loja Comércio e Artes na Idade do Ouro. Apesar do apoio popular, havia dificuldades em algumas províncias, o que levou o príncipe a se deslocar até Minas Gerais em 25 de março, para dissipar qualquer oposição e angariar apoio dos indecisos. A iniciativa foi coroada de êxito, e o

príncipe foi aclamado pela população em Vila Rica (Capital da Província das Minas Gerais) quando chegou. Na sua comitiva se encontrava, entre outros, o Padre Belchior⁵⁹, testemunha ocular do 7 de setembro de 1822.

Havia rumores em Minas de que a junta estaria preparando a separação do resto do Brasil, motivo da viagem. Importante ressaltar que Minas Gerais, conforme aponta Gomes⁶⁰ era, naquela época, a região mais populosa, com 600 (seiscentos) mil habitantes, e muito poderosa política e economicamente. Em 14 de agosto de 1822, o príncipe viajou para a Província de São Paulo com o mesmo propósito com que foi a Minas Gerais. Lá havia dois grupos antagônicos que dividiam a política, um ligado à família de José Bonifácio, e outro, ao Presidente da junta provincial local, João Carlos Augusto. É sempre bom lembrar que o apoio das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, foi fundamental para a instabilidade do



príncipe no poder e também para os eventos que ocorreram posteriormente, com a proclamação da Independência. Em 25 de agosto, após serenarem as discórdias, o príncipe conseguiu apoio dos paulistas e, no dia 5 de setembro, deslocou-se até a cidade de Santos para visitar parentes de José Bonifácio.

Antes de viajar para São Paulo, em 13 de agosto de 1822, D. Pedro nomeou sua esposa, D. Leopoldina⁶¹, Princesa-Regente Interina do Brasil e Chefe do Conselho de Estado, com todos os poderes legais para governar o país na sua ausência, conforme Durão (2008, p.127). Em 28 de agosto, o brigadeiro⁶² *Três Corações* chegou ao Rio de Janeiro com decretos com decisões estupefacentes, oriundos de Portugal. Em síntese, anulavam todos os atos do príncipe regente, e sua autoridade não se estenderia mais a todo o Brasil, ficando limitada ao Rio de Janeiro e regiões vizinhas. As outras províncias deveriam se reportar a Lisboa, e todos os brasileiros que

contrariassem as ordens da corte deveriam ser processados, sendo alvo principal José Bonifácio⁶³.

Imediatamente, foi convocada uma reunião extraordinária do Conselho de Estado, pela princesa regente, dela participando todos os ministros, além de Gonçalves Ledo, conforme notícia Durão⁶⁴. Havia informações de que Portugal preparava uma ação contra o Brasil, e a reação, diante da gravidade dos rumores e do decreto, não poderia aguardar a volta do príncipe regente. A conclusão foi de que era inevitável a proclamação da Independência. Foi redigida uma carta para o Príncipe, com os documentos oriundos da corte. Na oportunidade, D. Leopoldina e José Bonifácio também escreveram uma carta, e ambas foram encaminhadas com urgência para São Paulo, por intermédio de um mensageiro de confiança. No período em que esperava a volta do príncipe regente, a Princesa idealizou a bandeira do império brasileiro, com o



verde da família Bragança e o amarelo dos Habsburgo⁶⁵.

A carta redigida por D. Leopoldina para D. Pedro I foi a seguinte:

Pedro, o Brasil está como um vulcão. As Cortes portuguesas ordenam a vossa partida imediato, ameaçam-vos e humilham-vos. Meu coração de mulher e de esposa prevê desgraças se partimos agora para Lisboa. O Brasil será em vossas mãos um grande país. O Brasil vos quer para seu monarca. Com o vosso apoio ou sem o vosso apoio, ele fará a sua separação. O pomo está maduro, colhe-o já, senão apodrece. Ouvi o conselho do vosso Ministro (José Bonifácio), se não quiserdes ouvir o da vossa amiga. Pedro, o momento é o mais importante de nossa vida. Já dissestes aqui, o que irei fazer em São Paulo. Fazei, pois. Tereis o apoio do Brasil inteiro e contra a vontade do povo brasileiro os soldados portugueses que aqui estão, nada podem fazer. – Leopoldina”. (Transcrito do *Jornal de S. Paulo*-edição de domingo, 17 de dezembro de 1972. p. 78)⁶⁶

Por volta das 16h30 do dia 7 de setembro de 1822, a comitiva de D. Pedro se encontrava na colina do Ipiranga⁶⁷, vindo de Santos em direção a São Paulo, depois de visitar a família de José Bonifácio, quando foi alcançada pelos mensageiros. Na comitiva do príncipe regente se encontrava, entre outros, padre Belchior, o Chalaça⁶⁸ (Francisco Gomes da Silva). Na oportunidade, além da carta de D. Leopoldina, também foi entregue uma carta de José Bonifácio. Nesta missiva, noticiava o ministro o embarque de 7.100 soldados para Bahia, que, somados aos 600 que lá já estavam, iam atacar o Rio de Janeiro, conforme informações vindas de Lisboa. A carta de José Bonifácio tinha os seguintes dizeres:

Senhor, o dado está lançado e de Portugal não temos a esperar senão a escravidão e horrores. [...]. Venha Vossa Alteza Real o quanto antes, e decida-se, porque irresolução e medidas de água morna [...] para nada servem, e um momento perdido é uma desgraça.⁶⁹



Havia também uma outra carta do cônsul britânico, a qual dizia: “já se falava em Lisboa em afastar dom Pedro da condição de príncipe herdeiro, como punição pelos seus repetidos atos de rebeldia contra as cortes constituintes”⁷⁰.

Ainda montado, após ler os documentos que lhe trouxeram, D. Pedro os entregou para seu ajudante e, conforme Durão (2008, p.128), assim se pronunciou:

“Tanto sacrifício feito por mim e pelo Brasil inteiro, e não cansam de cavar a nossa ruína!”
“É preciso acabar com isto!”.

Desembainhando a espada, gritou: “Independência ou Morte”.

Esporeou o animal e avançou aonde estavam os seus séquitos e, ainda com a espada desembainhada. Exclamou, então, d. Pedro, para toda aquela gente:

“Camaradas! As cortes de Lisboa querem mesmo escravizar o Brasil; cumpre, portanto, declarar já a sua independência: estamos definitivamente separados de Portugal!”.

Estendendo a espada à frente do corpo, repetiu, a toda força: “Independência ou Morte”⁷¹.

Ferreira relata que, indignado com o teor dos documentos levados pelo mensageiro, às 16h30 D. Pedro amassou os decretos e os jogou ao chão. Arrancou os laços com as cores portuguesas que lhe adornavam o uniforme, concitando os seus seguidores a fazerem o mesmo. Em seguida, disse a todos que ali estavam que daquele momento em diante o lema seria “Independência ou Morte”⁷².

Por outro lado, Gomes trouxe três versões acerca do que teria ocorrido no alto da colina Ipiranga, assim como no meio dela. Apega-se aos relatos do Padre Belchior, do Alferes Canto e Melo⁷³ e do Coronel Marcondes⁷⁴, acerca do brado “Independência ou Morte”, se realmente teria ocorrido ou não. Para melhor entender a que o autor relata, a partir do momento em que Dom Pedro recebeu as cartas oriundas da Corte do Rio de Janeiro, os fatos



teriam ocorrido da seguinte forma, segundo relato do padre Belchior quatro anos mais tarde:

D. Pedro, tremendo de raiva, arrancou de minhas mãos os papéis e, amarrotando-os, pisou e deixou-os na relva. Eu os apanhei e guardei. Depois, virou-se para mim disse:

- E agora, padre Belchior?

Eu respondi prontamente:

- Se vossa alteza não se faz rei do Brasil será prisioneiro das cortes e, talvez, deserdado por elas. Não há outro caminho senão a independência e a separação.

Dom Pedro caminhou alguns passos, silenciosamente, acompanhado por mim, Cordeiro, Bregaro, Carlota e outros, em direção aos animais que se achavam à beira do caminho. De repente, estacou já no meio da estrada, dizendo-me:

- Padre Belchior, eles o querem, eles terão a sua conta. As cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de rapazinho e de brasileiro. Pois verão quanto vale o rapazinho. De hoje em diante estão quebradas as nossas relações. Nada mais quero com o governo português e proclamo o

Brasil, para sempre, separado de Portugal.

Respondemos imediatamente, com entusiasmo:

- Viva ao Liberdade! Viva o Brasil separado! Viva dom Pedro!

O Príncipe virou-se para seu ajudante de ordens e falou:

- Diga à minha guarda, que eu acabo de fazer a independência do Brasil. Estamos separados de Portugal.

O tenente Canto e Melo cavalgou em direção a uma venda onde se achavam quase todos os dragões da guarda.⁷⁵

O Alferes Canto e Melo, segundo Gomes, mais tarde, registrou em tom militar que Dom Pedro foi resolutivo e determinado. Que após ler as correspondências teve um momento de reflexão e, após, teria explodido, sem pestanejar. Teria em seguida, pronunciando o seguinte: “É tempo! Independência ou morte! Estamos separados de Portugal!” Já o Coronel Marcondes não estava no alto da colina do Ipiranga quando Dom Pedro leu as correspondências, mas sim em uma venda, próximo ao riacho. Marcondes



exarou assim o seu testemunho dos fatos ocorridos naquela tarde de 7 de setembro de 1822:

Poucos minutos poderiam ter passado depois da retirada dos referidos viajantes (Bergaro e Cordeiro), eis que percebemos que o guarda, que estava de vigia, vinha apressadamente em direção ao ponto em que nos achávamos. Compreendi o que aquilo queria dizer e, imediatamente, mandei formar a guarda para receber dom Pedro, que devia entrar na cidade entre duas alas. Mas tão apressado vinha o príncipe, que chegou antes que alguns soldados tivessem tempo de alcançar as selas. Havia de ser quatro horas da tarde, mais ou menos. Vinha o príncipe na frente. Vendo-o voltar-se para o nosso lado, saímos ao seu encontro. Diante da guarda, que descrevia um semicírculo, estacou o seu animal e, de espada desembainhada, bradou:

- Amigos! Estão, para sempre, quebrados os laços que nos ligavam ao governo português! É quando aos topos daquela não, convindo-os a fazer assim! E arrancando do chapéu que ali trazia a fita azul e branca, a arrojou no chão, sendo nisto

acompanhado por toda a guarda que, tirando dos braços o mesmo distintivo, lhe deu igual destino.

- E viva o Brasil livre e independente! – gritou dom Pedro. Ao que, desembainhando também nossas espadas, respondemos:

- Viva o Brasil livre e independente! Viva dom Pedro, seu defensor perpétuo!

E bradou ainda o príncipe:

-Será nossa divisa de ora em diante: Independência ou Morte!

Por nossa parte, e com o mais vivo entusiasmo, repetimos:

- Independência ou Morte!⁷⁶

Alguns historiadores consideram o relato do Coronel Marcondes como o segundo brado do Ipiranga, ocorrido no meio da colina, a cerca de quatrocentos metros do riacho⁷⁷. Fato é que se aconteceu ou não dessa maneira, se foi ou não eloquente a fala do príncipe, conforme nos trazem os relatos históricos, ela representa a separação simbólica de Portugal. No final daquele dia, D. Pedro e sua comitiva chegaram a São Paulo, tendo sido recebidos com festa. Na madrugada do dia 9 de



setembro, ele partiu para o Rio de Janeiro, onde chegou no dia 14. No dia 12 de outubro, foi aclamado como o primeiro Imperador do Brasil, e coroado em 1º de dezembro com o título de D. Pedro I⁷⁸.

- A luta interna e o reconhecimento externo da Independência do Brasil

Embora D. Pedro tenha proclamado a Independência do Brasil em 7 de setembro, houve problemas para reconhecê-la, tanto interna quanto externamente. Internamente, houve resistências nas províncias do Pará, Maranhão, Piauí, Cisplatina (atual Uruguai) e principalmente na Bahia, onde ocorreram lutas campais. A Bahia, onde havia um grande contingente militar português sob o comando do Brigadeiro Madeira de Melo, resistiu até o dia 2 de julho de 1823. Houve vítimas, entre elas a irmã superiora Sórora Joana Angelica, morta por golpes de baionetas de soldados portugueses, na porta do Convento da Lapa.

Cisplatina se rendeu após tropas enviadas por D. Pedro I cercar Montevidéu pelo mar, vindo as tropas portuguesas a se renderem.

O Maranhão foi pacificado após a Bahia expulsar as tropas portuguesas. O governo permanecia fiel à Corte Portuguesa, contudo as autoridades locais foram avisadas de que estava sendo deslocada uma esquadra, o que resultou da rendição imediata. Igual tática foi aplicada no Pará, com ameaça de ataque, o que levou autoridades locais a aclamarem D. Pedro I, reconhecendo a independência do Brasil. No Piauí, os partidários da independência foram vencidos pelas forças do Major Fidié, fiéis a Portugal. Como várias localidades na província começaram a se rebelar, as tropas leais à Corte Portuguesa, por falta de recursos humanos e logísticos, tiveram que recuar, sendo assim reconhecida a independência na província.

Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil, em maio



de 1824, conforme política do seu presidente James Monroe, que defendia a doutrina “América para os americanos”, conhecida como doutrina “Monroe”. Pregava que as “nações americanas deveriam ser governadas pelos americanos”, conforme Ferreira⁷⁹. Depois do dia 7 de setembro de 1822, Portugal tentou reverter a situação anterior através de negociações em várias Cortes europeias. Contudo, segundo Costa, “a posição do governo inglês foi decisiva quanto a forçar Portugal a aceitar o fato como consumado”⁸⁰.

O fato de Portugal reconhecer a Independência do Brasil era importante, haja vista que outras nações iriam também reconhecer a emancipação política brasileira. A ex-metrópole demorou a reconhecer a independência do Brasil, mas a pressão inglesa culminou nesse reconhecimento em agosto de 1825. Ferreira⁸¹ relata que os ingleses, devido aos tratados de 1810 que lhes trouxeram vantagens comerciais, iriam ter

prejuízos econômicos quando estes expirassem. Segundo Costa, “a atitude decidida da Inglaterra inibiria qualquer tentativa da parte de Portugal de usar o esquema montado pela Santa Aliança para recuperar sua colônia”⁸².

O Brasil atendeu às exigências de D. João VI, entre elas uma indenização de dois milhões de libras esterlinas e o direito, em caráter honorífico, de utilizar o título de Imperador do Brasil. Segundo Durão, o “Brasil teve que aceitar um “achaque” para conseguir o reconhecimento de sua independência por Portugal”⁸³. A mediação foi feita pela Inglaterra, aceita por D. João VI e D. Pedro, quando se chegou a um acordo: 1.400.000 libras esterlinas, relativas ao último empréstimo que Portugal fez junto à Inglaterra, com objetivo de hostilizar pela força que se consumasse a independência do Brasil, e 600 libras esterlinas para pagar a D. João VI o seu palácio e outras propriedades⁸⁴.



Segundo Ferreira, o artigo 1º do tratado de paz e aliança estabelecido entre Portugal e o Brasil, assinado em agosto de 1825, dizia: “Sua Majestade Fidelíssima Reconhece o Brasil na categoria de Império Independente, e separado dos Reinos de Portugal e Algarves”⁸⁵. A partir de então, outros países reconheceram a independência do Brasil, como a França, Áustria, Santa Sé, Holanda e Inglaterra.

Na próxima seção será discutido o tema da pesquisa.

DISCUSSÃO DO TEMA

O tema em questão é multifacetado, uma vez que houve várias nuances que somadas levaram à independência do Brasil.

A inconfidência Mineira embora tenha sido sufocada pela justiça luso, deixou um sentimento de liberdade e vontade de lutar contra a opressão e a tirania dos colonizadores. Gonçalves Ledo na época era criança na cidade do

Rio de Janeiro, o seu pai, comerciante na mesma localidade, teve contato com os inconfidentes e seus ideais, o que certamente forjou sua consciência social e política.

A conjuntura política na Europa, em 1806, provocou a fuga da Corte Portuguesa para o Brasil. Já em terras brasileiras, D. João VI, na época príncipe regente, adotou medidas que trouxeram inovações ímpares para a colônia, criando um clima favorável para a emancipação política, anos mais tarde.

A Maçonaria, por meio de seus integrantes, trabalhou incansavelmente para a independência do Brasil. Podem-se mencionar dois grandes patriotas e maçons, José Bonifácio e Gonçalves Ledo, que deixaram as diferenças de lado e se uniram em prol do ideal da Independência do Brasil.

Gonçalves Ledo, da Maçonaria Vermelha (Francesa), aproximava-se das ideias republicanas. Já José Bonifácio, da Maçonaria Azul (Inglesa), conselheiro e



ministro de D. Pedro, defendia uma monarquia constitucional, de forma a evitar a fragmentação do território brasileiro, a exemplo das colônias espanholas.

Por outro lado, não foi somente a Maçonaria que trabalhou para a independência; as sociedades literárias e academias tinham nos seus quadros maçons que difundiam as ideias liberais, que muito contribuíram para a causa.

Embora o iluminismo tenha seu nascedouro na França, foi na Revolução Americana que as ideias foram colocadas em prática, antes mesmo da Revolução Francesa. Esses dois acontecimentos embalavam os ideais dos brasileiros que estudavam na Europa que, quando voltavam para o Brasil, chegavam com entusiasmo, objetivando trabalhar em prol da emancipação política brasileira.

Na colina do Ipiranga, em São Paulo, no dia 7 de setembro de 1822, tendo ou não ocorrido o grito de “Independência ou Morte”, registrou-se o marco simbólico da independência

brasileira, embora o reconhecimento formal por parte de Portugal só tenha ocorrido em 1825, mediante pressão inglesa.

Houve lutas em algumas províncias, com o intuito de se reconhecer a Independência do Brasil, sendo a mais problemática a ocorrida na Bahia, finalizada em 2 de julho de 1823 com a fuga das tropas portuguesas.

É importante destacar que D. Pedro demonstrou grande capacidade de liderança ao reunir ao seu redor Gonçalves Ledo, José Bonifácio e seus respectivos grupos maçônicos, com o propósito de promover a Independência do Brasil. Essa liderança ficou evidente na prática, quando ele conseguiu obter o apoio das três principais províncias da época: Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Não se pode esquecer de D. Leopoldina, que nos bastidores foi decisiva para que D. Pedro adotasse uma postura mais proativa diante das Cortes portuguesas e, em 7 de setembro de 1822, emancipasse o Brasil de Portugal.



Por fim, destaca-se a participação da Maçonaria, que, de forma eficiente, incansável e diplomática, exerceu papel decisivo nos acontecimentos de 7 de setembro de 1822. Com pragmatismo, a instituição ajudou a preparar o caminho para a Independência do Brasil e para a manutenção da unidade nacional que ainda preservamos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo investigar e demonstrar a participação da Maçonaria no processo de Independência do Brasil. Foi formulada a pergunta norteadora e, em seguida, elaborados os objetivos geral e específicos para se desenvolver a pesquisa bibliográfica, delimitando-se o período de observação do processo aos anos de 1789 (Conjuração Mineira) a 1825, quando oficialmente foi reconhecida a Independência do Brasil por Portugal.

No decorrer da pesquisa, ficou demonstrada a origem da Maçonaria brasileira, pois as primeiras lojas maçônicas que aqui foram criadas tinham ligação ou subordinação ao Grande Oriente Português ou Francês. No início dos anos de 1820, quando a Maçonaria voltou a funcionar no Brasil, a Loja Comércio e Artes na Idade do Ouro da cidade do Rio de Janeiro se dividiu em três, para que fosse criada a primeira potência brasileira, denominada Grande Oriente Brasileiro, ou brasílico, com objetivo de lutar pela Independência do Brasil.

Cediço esclarecer que havia duas facções ou grupos divergentes na Maçonaria, denominadas Maçonaria Azul (Inglesa-monarquista parlamentar), representada por José Bonifácio, e a Maçonaria Vermelha (Francesa - Republicana constitucional), representada por Gonçalves Ledo, as quais deixaram as diferenças para trabalhar em prol de um objetivo único, que era a Independência do Brasil, numa conjuntura de



grande inquietação interna e externa.

Com exceção das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, as demais não aceitavam autoridade do então príncipe regente D. Pedro, não raras vezes desautorizado pelas Cortes portuguesas que tentavam recolonizar o Brasil e restabelecer o pacto colonial, o que impediria a emancipação política. Nesse diapasão, a Maçonaria, tida como subversiva por muitos na época, demonstrando civismo e amor servil à Pátria Brasil, trabalhou incessantemente.

Não se pode dizer que o processo teve participação de pessoas não ligadas à Maçonaria. Um exemplo são as academias, sociedades secretas e literárias demonstradas neste trabalho, embora tivessem nos seus quadros maçons. Por outro lado, embora D. Pedro estivesse no Apostolado, percebeu que teria mais apoio em nível nacional na Maçonaria, o que explica também sua aquiescência ao se iniciar e de imediato aceitar ser Grão-Mestre.

D. Leopoldina, no momento crucial em sua carta para D. Pedro foi preponderante, pois conseguiu ajudar a tomar uma postura diante das exigências das Cortes Portuguesas. O resultado foi que em 7 de setembro de 1822, na colina do Ipiranga, próximo às margens do riacho de mesmo nome, D. Pedro decretou a emancipação política brasileira ou Independência.

Há de se mencionar que houve lutas no território nacional, em algumas províncias, visando ao reconhecimento da emancipação política de Portugal. Destaca-se a luta mais fratricida na Bahia, quando em 2 de julho de 1823 as tropas portuguesas vencidas, fugiram do Brasil. Outrossim, o reconhecimento de Portugal só aconteceu em agosto de 1825, mediante negociações mediadas pela Inglaterra.

Acerca dos objetivos da pesquisa, foram alcançados. Convém asseverar que, embora as bibliografias consultadas não façam referência à contribuição da Inconfidência Mineira para o processo



de Independência, nenhuma nega ou desmerece o Alferes Tiradentes, considerado o seu protomártir.

Duas personalidades maçônicas se destacaram pelo altruísmo, civismo e amor incondicional ao Brasil: José Bonifácio e Joaquim Gonçalves Ledo, que, embora tivessem ideologias opostas, deixaram-nas de lado para lutarem por um único objetivo, que era a Independência do Brasil.

Conclui-se, portanto, que o objetivo do trabalho – formulado a partir da pergunta norteadora – foi alcançado. Demonstrou-se a relevante participação da Maçonaria brasileira no processo de Independência, contribuindo para a preservação da unidade nacional e evitando que o país seguisse o mesmo caminho de fragmentação ocorrido na América Espanhola após a emancipação de suas colônias.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Esaú Rodrigues. *Vultos maçônicos da história pátria*: Joaquim Gonçalves Ledo - Palestra pronunciada em 6 set. 1980 no II Simpósio Maçônico Regional, na Loja Maçônica Lealdade e Fraternidade. Governador Valadares, 1980.

AMOEDO, Sebastião. *A participação da maçonaria do Brasil no século XIX*: da independência à república. Palestra no Grande Oriente do Brasil, Rio de Janeiro, 8 set. 2025. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/mobile/folders/1harTK-mHvkKo3JOlu2xBgyE2G6wxSn6y>. Acesso em: 26 set. 2025.

BAPTISTA, Antônio Augusto Queiróz. *O traçado de um construtor de templos*. Londrina: Editora Maçônica “A Trolha”, 2006.

CASTELLANI, José; CARVALHO, William Almeida. *Histórias do Grande Oriente do Brasil*. São Paulo: Madras, 1993.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*: momentos



decisivos. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COUTO, Sérgio Pereira. *As origens e a história da maçonaria no Brasil*. São Paulo: Lafonte, 2020.

DURÃO, José Ferreira. *Pequena história da maçonaria no Brasil*. São Paulo: Madras, 2008.

FERREIRA, Olavo Leonel. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1985.

GOMES, Laurentino. *1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram Dom Pedro a criar o Brasil - um país que tinha tudo para dar errado*. São Paulo: Globo, 2015.

GRANDE ORIENTE DO BRASIL. *História do GOB*. Disponível em: <https://www.gob.org.br/historia-do-gob/>. Acesso em 26 set. 2025.

LIMA, Manoel de Oliveira. *O movimento de independência (1821-1822)*. São Paulo: Melhoramentos/Conselho Estadual de Cultura, 1972.

LIMA, Walter Celso de. *Ensaio sobre filosofia e cultura maçônica*. São Paulo: Madras, 2012.

MAGALHÃES, Basílio de. *Manual de história do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1949.

MANUAL DO APRENDIZ MAÇOM. *Ritual grau 1 - R.:E.:A.:A.:*. Revisto e atualizado de acordo com o Manual de Etiqueta e Protocolo Maçônico. Belo Horizonte: Grande Loja Maçônica de Minas Gerais. 2013.

PITOMBO, Heitor. *Maçonaria no Brasil*. São Paulo: Editora Escala, 2009.

PROEBER, Kurt. *Achegas para a história da maçonaria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1968.

SILVA, Michel (Org.). *Maçonaria no Brasil: história, política e sociabilidade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.



NOTAS

¹ MANUAL DO APRENDIZ MAÇOM. *Ritual grau 1 – R.:E.:A.:A.:*. Revisto e atualizado de acordo com o Manual de Etiqueta e Protocolo Maçônico. Belo Horizonte: Grande Loja Maçônica de Minas Gerais. 2013.

² PITOMBO, Heitor. *Maçonaria no Brasil*. São Paulo: Editora Escala, 2009, p. 9-10.

³ LIMA, Walter Celso de. *Ensaio sobre filosofia e cultura maçônica*. São Paulo: Madras, 2012.

⁴ Rito - Conjunto das regras e das cerimônias que se praticam numa religião: o rito da Igreja romana. Qualquer prática, festividade, cerimônia religiosa ou simbólica; culto, seita, religião.

⁵ Obediência - Ação de quem obedece, de quem é submisso; submissão completa; ato pelo qual alguém é submisso; disposição para obedecer. Ato pelo qual alguém se conforma com ordens recebidas; autoridade mando, domínio.

⁶ LIMA, 2012, op.cit., p. 10.

⁷ BAPTISTA, Antônio Augusto Queiróz. *O traçado de um construtor de templos*. Londrina: Editora Maçônica “A Trolha”, 2006, p. 17.

⁸ SILVA, Michel (Org.). *Maçonaria no Brasil: história, política e sociabilidade*. Jundiá: Paco Editorial, 2015, p. 27.

⁹ James Anderson - Autor do livro *A história dos Maçons Livres*, conhecido como a *Constituição dos Maçons Livres*.

¹⁰ Loja Maçônica - Reunião de maçons; lugar onde se realizam as sessões.

¹¹ Jurisdição - Área de atuação.

¹² AMOEDO, Sebastião. *A participação da maçonaria do Brasil no século XIX: da independência à república*. Palestra no Grande Oriente do Brasil, Rio de Janeiro, 8 set. 2025. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/mobile/folders/1harTK-mHvkKo3JOLu2xBgyE2G6wxSn6yr>. Acesso em: 26 set. 2025, p. 2.

¹³ COUTO, Sérgio Pereira. *As origens e a história da maçonaria no Brasil*. São Paulo: Lafonte, 2020, p. 39.

¹⁴ PITOMBO, op.cit., p. 15.

¹⁵ Liberalismo – Doutrina que defende a liberdade política e econômica.

¹⁶ COUTO, op.cit., p. 39.

¹⁷ Ibid., p. 40.

¹⁸ DURÃO, José Ferreira. *Pequena história da maçonaria no Brasil*. São Paulo: Madras, 2008, p. 94.

¹⁹ Ibid., p. 18.

²⁰ ALVES, Esaú Rodrigues. *Vultos maçônicos da história pátria*: Joaquim Gonçalves Ledo - Palestra pronunciada em 6 set. 1980 no II Simpósio Maçônico



Regional, na Loja Maçônica Lealdade e Fraternidade. Governador Valadares, 1980, p. 3.

²¹ COUTO, op.cit., p. 40.

²² GOMES, Laurentino. *1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram Dom Pedro a criar o Brasil - um país que tinha tudo para dar errado*. São Paulo: Globo, 2015, p. 235.

²³ *Ibid.*, p. 234.

²⁴ FERREIRA, Olavo Leonel. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1985., p. 127.

²⁵ Carta Régia - Documento oficial e legal, que confere autorização para exploração de certos negócios pelo Estado (monopólio estatal).

²⁶ Alvará – Assinado em 1º de abril de 1808 pelo Príncipe Regente Dom João VI. Permitiu a instalação de indústrias no Brasil, revogando o Alvará de 5 de janeiro de 1785. Permitiu o estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil e outros domínios ultramarinos. O objetivo era promover a "riqueza nacional", incentivar a produção industrial e o desenvolvimento econômico.

²⁷ DURÃO, op.cit., p. 73.

²⁸ Marechal Beresford - William Carr Beresford, 1º Visconde Beresford. Militar e político anglo-irlandês, que serviu como general no Exército Britânico e Marechal do Exército Português, o qual comandou durante a invasão napoleônica em Portugal.

²⁹ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 44.

³⁰ Metrópoles - Numa região ou território, cidade de maior relevância que exerce influência sobre as demais, ponto para o qual tudo converge. Nação considerada relativamente aos países que dela dependem, falando especialmente de suas colônias.

³¹ Nau - Antiga embarcação a vela, de alto bordo, com três mastros.

³² DURÃO, op.cit., p. 98.

³³ FERREIRA, op.cit., p. 133.

³⁴ *Ibid.*, p. 134.

³⁵ DURÃO, op.cit., p. 101.

³⁶ *Ibid.*

³⁷ Divisão Auxiliar do Brasil – Tropa portuguesa estacionada no Brasil.

³⁸ AMOEDO, op.cit., p. 4.

³⁹ Inconfidência Mineira – Movimento conspiratório da elite ocorrido em 1789, em Vila Rica na Capitania das Minas Gerais, contra o domínio português e os altos impostos. Inspirado nos ideais iluministas e da independência dos Estados Unidos, objetivavam proclamar uma república independente. Todos os envolvidos foram, ao final do processo conhecido como derrama, exilados, exceto o Alferes Tiradentes, que foi enforcado, sendo considerado o protomártir da independência do Brasil.

⁴⁰ DURÃO, op. Cit., p. 117.



⁴¹ *Ibid.*, p. 119.

⁴² Profano - Pessoa estranha a uma seita, religião; que não é iniciada em certos conhecimentos.

⁴³ Grão Mestre – Autoridade máxima de uma potência maçônica.

⁴⁴ DURÃO, op. Cit., p. 120.

⁴⁵ PITOMBO, op.cit., p. 23.

⁴⁶ Carbonária - Sociedade secreta revolucionária.

⁴⁷ José Bonifácio de Andrada e Silva - com a invasão Francesa em Portugal, formou Corpo Voluntário Acadêmico. Ao se alistar na luta para expulsar os franceses, recebeu a patente de major, posteriormente comandou esse batalhão sob as ordens dos Ingleses, alcançou o posto de tenente-coronel. Era professor de Coimbra, e o batalhão era composto por estudantes e professores. Nasceu em Santos, em 13 de junho de 1763, e faleceu na ilha de Paquetá, em 6 de abril de 1838. Foi naturalista, maçom, poeta, estadista, brasileiro e membro de família integrante da aristocracia portuguesa, conhecido como o Patriarca da Independência. No império brasileiro, foi ministro do Interior e dos Negócios Estrangeiros e deputado da Assembleia Constituinte. Formou-se em Coimbra nos cursos de Filosofia Natural (1788) e Direito Canônico (1789). Com a dissolução da Assembleia constituinte, foi preso e exilado na França, de 1823 até 1829. Ao abdicar do trono, Pedro I o nomeou

tutor de seu e seu filho Pedro II. Em 1833 foi destituído do cargo pela regência trina permanente, sob acusação de conspirar pela volta ao Brasil de Pedro I. Afastou-se da política e foi viver em Paquetá.

⁴⁸ Joaquim Gonçalves Ledo - estudante em Coimbra, não se alistou no Corpo Voluntário por entender que a invasão Francesa a Portugal seria o “grande passo” para a liberdade do Brasil. Estadista, nascido em 11 de dezembro de 1771, no Rio de Janeiro, faleceu em Macau em 19 de maio de 1847. Não completou os estudos em Coimbra, abandonando-os após a morte do pai. Adversário político dos irmãos Andradas. Em 1831, com a abdicação de D. Pedro I, retirou-se da política, retornando em 1835, quando eleito para representante da cidade do Rio de Janeiro. Orador e escritor, escreveu, em 1846, o livro *A História da Independência do Brasil*.

⁴⁹ GOMES, op. Cit., p. 233

⁵⁰ COUTO, op.cit., p. 45.

⁵¹ DURÃO, op.cit., p. 93-94.

⁵² *Ibid.*, p. 106.

⁵³ *Ibid.*, p. 108.

⁵⁴ José Clemente Pereira nasceu em Portugal, na Vila de Castelo Mendo, em 17 de fevereiro de 1787, e faleceu no Rio de Janeiro, em 10 de março de 1854. Coursou a Universidade de Coimbra, onde se graduou em Direito Canônico. Na guerra peninsular entre



Portugal e Inglaterra contra França, em 1808, alistou-se no batalhão acadêmico e combateu sob o comando de José Bonifácio de Andrada e Silva a invasão napoleônica. Em 1815, mudou-se para o Brasil. Eleito senador. Em dezembro de 1822, propôs, no senado a permanência do príncipe, em desobediência às ordens das Cortes de Lisboa, e em 9 de janeiro de 1822, liderou uma multidão para apresentar uma moção aprovada no senado, recomendando sua permanência, que resultou no episódio do Fico. Membro da Loja Comércio e Artes, adotou o nome heroico de Irmão Camarão. Presidente do Senado, foi incumbido por Gonçalves Ledo e demais irmãos, de apresentar no senado a proposição que resultou na permanência do príncipe no Brasil. Com o desmembramento da sua loja, para formação do Grande Oriente, no sorteio ficou na loja União e Tranquilidade, como orador.

⁵⁵ FERREIRA, op.cit., p. 135.

⁵⁶ COUTO, op.cit., p. 44.

⁵⁷ COSTA, op.cit., p. 49.

⁵⁸ AMOEDO, op.cit., p. 6.

⁵⁹ Padre Belchior Pinheiro de Oliveira – Fundador e secretário da Loja Distintiva; vigário da Paróquia de Pitanguí/MG, sobrinho de José Bonifácio e Deputado Brasileiro das Cortes Constituintes da nação Portuguesa.

⁶⁰ GOMES, op.cit., p. 97.

⁶¹ D. Leopoldina - Carolina Josefa Leopoldina de Habsburgo-Lorena, no Brasil passou assinar D. Maria Leopoldina ou D. Leopoldina. Nasceu em Viena, em 22 de janeiro de 1792, e faleceu no Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1826. Filha do imperador romano-germânico Francisco II (a partir de 1806, passou a ser apenas imperador da Áustria, tornando-se Francisco I). Em dezembro de 1817, casou-se com o herdeiro do trono português, D. Pedro I do Brasil e D. Pedro IV de Portugal. Foi Arquiduquesa da Áustria, imperatriz do Brasil e durante oito dias, em 1826, rainha de Portugal.

⁶² Brigue - Embarcação de dois mastros, com velas circulares ou quadrangulares, sendo o maior deles inclinado para a popa.

⁶³ GOMES, op.cit., p. 33.

⁶⁴ DURÃO, op.cit., p. 128.

⁶⁵ Ibid., p. 127.

⁶⁶ FERREIRA, op.cit., p. 137.

⁶⁷ Ipiranga - em tupi-guarani, significa rio vermelho, devido às águas barrentas do riacho.

⁶⁸ Chalaça - (zombeteiro, gozador ou piadista), fiel amigo e secretário, recadista e alcoviteiro, faz-tudo, inclusive encarregado de arrumar mulheres, proteger seus segredos e defender o seu senhor de qualquer circunstância por mais difícil que fosse, conforme Octávio Tarquínio de Souza.

⁶⁹ GOMES, op.cit., p. 34.



⁷⁰ *Ibid.*, p. 35.

⁷¹ DURÃO, op.cit., p. 128.

⁷² FERREIRA, op.cit., p. 138.

⁷³ Alferes Francisco de Castro Canto e Melo, irmão da futura Marquesa de Santos. Estava na comitiva de D. Pedro, no dia 7 de setembro de 1822. Fazia parte da guarda de honra e foi testemunha os acontecimentos na colina do Ipiranga, as margens do riacho de mesmo nome.

⁷⁴ Coronel Manuel Marcondes de Oliveira e Melo – Em 7 de setembro era então Major e estava presente na comitiva de D. Pedro I, no dia 7 de setembro de 1822. Uma das testemunhas do momento dos fatos ocorridos na colina do Ipiranga as margens do riacho de mesmo nome. Deixou registrado a versão de que D. Pedro dito, a frase "Independência ou Morte!", assim também o mal-estar intestinal do príncipe, naquele dia.

⁷⁵ GOMES, op.cit., p. 35-36.

⁷⁶ *Ibid.*

⁷⁷ *Ibid.*, p. 37.

⁷⁸ D. Pedro I - Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon nasceu em Queluz, Portugal, em 12 de outubro de 1798, e faleceu também em Queluz, em 24 de setembro de 1834. Segundo filho do sexo masculino do rei D. João VI de Portugal e de sua mulher Carlota Joaquina de Bourbon, princesa da Espanha. Primeiro Imperador do Brasil como D. Pedro I, de 12 de outubro de 1822 até 7 de abril de 1831, e D. Pedro IV, 29º Rei de Portugal.

⁷⁹ FERREIRA, op.cit., p. 151.

⁸⁰ COSTA, op.cit., p. 56.

⁸¹ FERREIRA, op.cit., p. 151.

⁸² COSTA, op.cit., p. 57.

⁸³ DURÃO, op.cit., p. 142.

⁸⁴ *Ibid.*

⁸⁵ FERREIRA, op.cit., p. 151.

Batalha de Tannenberg

Estratégia, cultura e memória

Carlos Roberto Carvalho Daróz ^a

Resumo: A presente investigação analisa a Batalha de Tannenberg (agosto de 1914) em três níveis interdependentes: estratégico-operacional, historiográfico e memorial. Parte-se da historiografia militar clássica da Frente Oriental para, em diálogo com a história cultural da guerra e com a teoria da memória coletiva, problematizar o processo de transformação de um episódio operacional em mito fundador da identidade bélica alemã na Primeira Guerra Mundial. Argumenta-se que Tannenberg não pode ser compreendida apenas como vitória tática, decorrente da mobilidade ferroviária e da exploração de falhas russas, mas como evento progressivamente ressignificado por dispositivos simbólicos que articulam passado medieval, nacionalismo e cultura da guerra total. O estudo mobiliza a obra de Dennis Showalter, Norman Stone e Holger Herwig, articulando-a com as formulações de Maurice Halbwachs, George Mosse e Jay Winter sobre memória e sacralização da morte em massa. O artigo também dialoga com a historiografia brasileira sobre a Primeira Guerra Mundial, inserindo a análise no campo mais amplo dos estudos da guerra no Brasil.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial; Tannenberg; Frente Oriental; Memória coletiva; História cultural da guerra.

INTRODUÇÃO

Nos movimentos de abertura da Grande Guerra (1914-1918)¹, os alemães colocaram em prática

o Plano Schlieffen², que visava, em última instância, evitar um enfrentamento em duas frentes. A Alemanha lançou uma invasão massiva da França, esperando

^a Coronel de Artilharia, doutor em História. Associado Titular Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



tirar rapidamente os Aliados Ocidentais da guerra, para que pudesse reforçar sua Frente Oriental e concentrar o esforço de guerra ali. O que aconteceu, no entanto, foi o oposto do previsto.

No oeste, o avanço alemão foi interrompido quando a Grã-Bretanha se uniu ao esforço de guerra. Um ponto fraco na ofensiva dos alemães foi explorado a leste de Paris, e estes foram forçados a estabelecer uma linha de defesa, que permaneceu, em grande parte, estática pelo resto da guerra.

No leste, esperava-se que um exército alemão em menor número simplesmente resistisse aos russos, mas, antes que a Frente Ocidental pudesse se estabelecer em suas posições imóveis, os alemães no leste obtiveram uma vitória impressionante que surpreendeu a todos.

A Batalha de Tannenberg, travada entre 23 e 30 de agosto de 1914, foi uma vitória tão decisiva que nada semelhante seria repetido pelo resto da guerra,

ocupando posição singular na historiografia do conflito.

Embora militarmente circunscrita à Frente Oriental, sua repercussão simbólica ultrapassou em muito sua escala operacional. Para Dennis Showalter, tratou-se de uma “batalha de aniquilamento em miniatura”, cuja magnitude psicológica excedeu seus resultados estratégicos imediatos³.

Já Norman Stone enfatizou que o episódio deve ser compreendido dentro das limitações estruturais do Exército Russo e da geografia da Prússia Oriental⁴.

No entanto, a análise tradicional, centrada em movimentos de tropas, comunicações interceptadas e deslocamentos ferroviários, revela-se insuficiente, quando confrontada com o impacto memorial e político do episódio. A vitória alemã foi rapidamente enquadrada como revanche simbólica da derrota dos Cavaleiros Teutônicos pelas forças eslavas na batalha medieval homônima de 1410.



Essa reinterpretação não decorreu de espontaneidade cultural, mas de um processo de construção deliberada de sentido.

A abordagem aqui proposta parte de três premissas teóricas:

a) A guerra moderna produz não apenas destruição material, mas regimes de significado.

b) A memória coletiva organiza o passado segundo necessidades presentes.

c) A cultura da guerra transforma eventos operacionais em mitos mobilizadores.

Maurice Halbwachs afirma que “a memória coletiva reconstrói o passado à luz dos quadros sociais do presente”⁵. Essa formulação é central para compreender como Tannenbergh deixou de ser apenas operação militar para converter-se em símbolo de renascimento nacional.

Ao mesmo tempo, George Mosse demonstrou que a Grande Guerra inaugurou uma nova estética da morte heroica, transformando o sacrifício em elemento central da cultura política

europeia⁶. Jay Winter, por sua vez, analisou como os “lugares de memória” emergiram como respostas simbólicas à devastação em massa⁷.

Assim, este artigo articula três níveis analíticos: a) O nível estratégico-operacional; b) O nível da cultura política alemã; c) O nível da memória e sua institucionalização.

Cumpramos assinalar que a presente investigação foi desenvolvida por ocasião do doutoramento do autor em História Militar na Université Libre de Bruxelles (ULB), atendendo ao *Programme Erasmus+* da União Europeia, oportunidade na qual foi possível o acesso a inúmeras fontes primárias, na Bélgica, França, Luxemburgo, Alemanha, Espanha, Portugal e Países Baixos. Além da pesquisa documental, a investigação deu-se por meio de investigação de campo em dezenas de campos de batalha, cemitérios militares, bem como sítios históricos e lugares de memória, representativos do período analisado. Outra coleção de fontes



relevantes foi a biblioteca Simone Veil⁸, do Departamento de História do Campus Solbosch da ULB, que reúne vasto acervo relacionado com o objeto trabalhado.

PRELÚDIO DA BATALHA

Logo no início da guerra, a Alemanha viu-se lutando em duas frentes. O país estava bem preparado, mas as coisas não estavam indo exatamente como planejado. Com os desenvolvimentos na Frente Ocidental, parecia cada vez mais improvável que os alemães pudessem reforçar seus exércitos no leste.

Em agosto, apenas dois meses após o início do conflito, a situação no leste era precária. O 8º Exército alemão estava em grande desvantagem numérica. Sob o comando do General Paul von Hindenburg e seu chefe de estado-maior, General Erich Ludendorff (figura 1), os alemães lançaram em campo cerca de 200 mil homens. Enfrentando-os estavam os 1º e 2º Exércitos russos, sob o

comando dos generais Paul von Rennenkampf e Alexander Samsonov (figura 2), respectivamente. Combinados, as forças russas totalizavam mais de 500 mil homens.

Fig. 1 – Os generais Paul von Hindenburg e Erich von Falkenheyn, vencedores da Batalha de Tanneberg



Fonte: *Library of Congress, USA*

Antes da nomeação de Hindenburg para o comando do 8º Exército, os alemães já haviam sofrido uma derrota em Gumbinnen, em 20 de agosto, após um ataque montado às pressas para tentar pegar os russos



desprevenidos. Hindenburg e Ludendorff substituíram o General Maximilian von Prittwitz e o Marechal de Campo August von Mackensen dois dias depois⁹. Apesar da derrota, os alemães infligiram baixas significativas aos russos e descobriram os planos de batalha russos junto ao corpo de um oficial morto.

Fig. 2 – General Alexandr Samsonov, comandante do 2º Exército russo



Fonte: KÜRENBURG, 2012.

Apesar da oportunidade de avançar em Königsberg (agora o

enclave russo de Kaliningrado), a situação para os russos estava longe de ser perfeita. A logística ruim desacelerou seu avanço, enquanto a diferença nas bitolas ferroviárias entre os territórios russo e alemão exacerbou a situação ainda mais.

Apesar da vantagem óbvia de ter superioridade numérica, os russos também não eram tão bem treinados quanto os alemães e estavam armados com armamento e equipamento de qualidade inferior. Os russos também possuíam munição limitada, o que seria um fator significativo na capacidade da infantaria de lutar efetivamente. A artilharia russa tinha o dobro da quantidade de peças dos alemães, mas estas eram de calibre e projeto inferiores.

A DINÂMICA OPERACIONAL: MOVIMENTOS, CERCOS E COLAPSO

A Batalha de Tannenberg desenvolveu-se no espaço geográfico da Prússia Oriental, região



marcada por lagos, florestas densas e infraestrutura ferroviária relativamente eficiente. O teatro de operações estendia-se entre Allenstein (Olsztyn), Neidenburg (Nidzica), Willenberg (Wielbark) e o complexo lacustre da Masúria. A geografia desempenhou papel decisivo na fragmentação das forças russas.

O plano russo previa avanço convergente de dois exércitos: o 1º Exército avançaria a partir do nordeste, enquanto o 2º penetraria pelo sul, com objetivo de envolver o 8º Exército alemão. Contudo, desde os primeiros dias de ofensiva, a coordenação revelou-se problemática.

A decisão fundamental tomada por Ludendorff foi concentrar a maior parte do 8º Exército contra o 2º Exército russo, considerado mais vulnerável. Essa concentração foi possível graças ao uso intensivo da malha ferroviária interna, permitindo deslocamento rápido de corpos entre os setores norte e sul.

O comando alemão estava preocupado com a resistência do

2º Exército russo, com a possibilidade de o 1º Exército vir em seu auxílio. Nessa perspectiva, a rápida destruição do exército de Samsonov era imperativa. O subchefe do estado-maior do 8º Exército, Carl Hoffmann, no entanto, estava confiante de que isso não aconteceria por conta de sua experiência pessoal com ambos os comandantes russos. Hoffmann servira na Guerra Russo-Japonesa de 1905 como observador, e estava muito ciente do fato de que Samsonov e Rennenkampf se desprezavam completamente. Samsonov envergonhou publicamente Rennenkampf, esbofetando-o em uma estação de trem após o conflito, culpando-o pela derrota russa na Batalha de Mukden¹⁰.

O 2º Exército russo avançava em três eixos principais: o I Corpo a leste, o XIII Corpo ao centro e o XV Corpo a oeste. A progressão era lenta, prejudicada por deficiência logística e dificuldades de comunicação. As mensagens russas transmitidas sem codificação adequada foram interceptadas



pelos alemães, permitindo conhecimento preciso da dispersão inimiga¹¹.

ças alemãs iniciaram manobra de envolvimento. O I Corpo alemão, sob Hermann von François, avançou a partir do oeste contra o flanco esquerdo russo, próximo a Usdau. Apesar de inicialmente hesitar por considerar suas tropas ainda não totalmente concentradas, François lançou ataque que desestabilizou o XV Corpo russo¹².

Simultaneamente, o XVII Corpo alemão pressionava o flanco direito russo na região de Bischofsburg. A intenção alemã era criar movimento de pinça, comprimindo as forças de Samsenov em direção ao centro de um bolsão.

Nos dias 28 e 29 de agosto, a situação russa deteriorou-se rapidamente. A coordenação entre corpos tornou-se impossível. As unidades russas, avançando por estradas estreitas entre áreas lacustres e florestais, perderam contato entre si. O cerco começou

a se fechar na região ao sul de Allenstein.

Fig. 3 – Infantaria alemã deslocando-se para ocupar posição de ataque



Fonte: Deutsches Bundesarchiv

Stone observa que a geografia da Masúria favorecia operações defensivas alemãs e dificultava retirada organizada russa, pois “os lagos funcionavam como obstáculos naturais que canalizavam os movimentos”¹³. À medida que os alemães consolidavam



posições ao norte e ao sul, o 2º Exército ficou comprimido numa área cada vez menor.

Em 29 de agosto, o cerco estava praticamente completo. Tropas russas tentaram romper linhas alemãs em direção a Neidenburg, mas foram repelidas por fogo concentrado de artilharia. A ausência de coordenação com o 1º Exército de Rennenkampf, que avançava lentamente e não conseguiu socorrer Samsonov, selou o destino da operação.

O colapso tornou-se evidente em 30 de agosto. Cerca de 90 mil soldados russos foram capturados, além de grande quantidade de peças de artilharia. Estima-se que aproximadamente 30 mil tenham sido mortos ou feridos¹⁴. Diante da magnitude do desastre, Samsonov afastou-se do quartel-general e suicidou-se em floresta próxima a Willenberg.

Do ponto de vista alemão, as perdas foram significativamente menores, cerca de 12 mil homens¹⁵. A assimetria numérica do resultado contribuiu para a

construção posterior da batalha como aniquilação exemplar.

Entretanto, a vitória não eliminou a presença russa na Prússia Oriental. O 1º Exército manteve capacidade operacional e enfrentaria forças alemãs nas primeiras Batalhas dos Lagos Masurianos em setembro de 1914. Assim, Tannenberg representou destruição de um exército específico, não a neutralização estratégica da ameaça russa.

A análise detalhada dos movimentos revela que o sucesso alemão derivou da combinação de mobilidade ferroviária interna, superioridade na coordenação de estado-maior, exploração de falhas de comunicação russas, uso eficaz da geografia defensiva e fragmentação operacional do adversário.

A superioridade ferroviária alemã desempenhou papel central. Segundo Herwig, “a eficiência da rede ferroviária prussiana possibilitou concentração de forças com rapidez impossível ao adversário”¹⁶. A mobilidade



operacional compensou inferioridade numérica.

Fig. 4 – Soldados russos mortos no interior de trincheira, perto de Usdam



Fonte: *Regimentsgeschichte Kronpinze*

Herwig enfatiza que o comando alemão assumiu riscos consideráveis ao redistribuir forças, deixando temporariamente setores expostos¹⁷. A vitória, portanto, não foi inevitável; resultou

de aposta calculada que poderia ter produzido resultado distinto caso *Rennenkampf* avançasse com maior celeridade.

Essa reconstrução operacional é essencial para evitar leitura retrospectiva determinista. A batalha foi contingente, marcada por decisões tomadas sob pressão e por incerteza informacional típica da guerra moderna.

CULTURA DA GUERRA E SACRALIZAÇÃO DA VITÓRIA

A decisão de nomear a batalha como “*Tannenberg*” não foi casual. O combate ocorreu próximo a *Allenstein*, mas o nome escolhido evocava deliberadamente a derrota teutônica de 1410¹⁸.

Segundo Showalter, a escolha “constituiu ato consciente de reconfiguração histórica”¹⁹. Ao associar o evento contemporâneo à memória medieval, o comando alemão inseriu a vitória num arco temporal longo de revanche civilizacional.



Halbwachs oferece instrumental decisivo para compreender esse processo. Ele sustenta que os grupos sociais “localizam suas lembranças em quadros espaciais e temporais que lhes conferem coerência”²⁰. Ao reativar a memória de 1410, a Alemanha imperial reinterpretou 1914 como correção de uma humilhação histórica. Essa operação memorial não apenas exaltava o passado, mas legitimava o presente. A nova Tannenberg inscrevia-se na narrativa de missão histórica alemã no Leste europeu.

Mosse demonstrou que a guerra moderna produziu mitos nacionais capazes de integrar morte e identidade²¹. A batalha tornou-se um desses mitos fundacionais, especialmente após a construção do Monumento de Tannenberg, na década de 1920.

Jay Winter lembra que monumentos não apenas recordam mortos; eles “organizam a experiência coletiva da perda”²². O memorial de Tannenberg institucionalizou a narrativa de vitória

redentora, convertendo a batalha em símbolo perene.

Se a dimensão operacional de Tannenberg explica o êxito militar alemão, é a cultura política da guerra que explica sua transfiguração simbólica. A Grande Guerra inaugurou uma nova gramática de legitimação da violência, na qual vitória, sacrifício e comunidade nacional se entrelaçaram de maneira inédita. Como observa George Mosse, a guerra produziu “um estilo político que sacralizou a nação por meio da morte organizada”²³. Nesse sentido, Tannenberg constituiu não apenas triunfo militar, mas momento de cristalização estética da guerra redentora.

A Alemanha de 1914 vivia a tensão entre modernização acelerada e insegurança identitária. A vitória na Frente Oriental ofereceu a narrativa de unidade nacional no momento em que o conflito se anunciava prolongado. Jay Winter argumenta que a cultura de guerra europeia construiu linguagens simbólicas capazes de tornar a morte “aceitável dentro



de quadros morais compartilhados”²⁴. Tannenberg forneceu exatamente esse quadro: uma vitória interpretada como confirmação da missão histórica germânica no leste.

A sacralização da batalha implicou o deslocamento do foco da destruição material para a transcendência moral. A imprensa alemã apresentou o episódio como prova da superioridade organizacional e espiritual do *Reich*. A figura de Paul von Hindenburg emergiu como herói quase mítico. Herwig observa que o comando alemão rapidamente percebeu o potencial político do episódio, transformando Hindenburg em símbolo de estabilidade nacional²⁵.

Essa personalização da vitória revela processo típico da cultura política da guerra moderna: a necessidade de encarnar a nação em figuras heroicas. Mosse demonstra que a guerra gerou arquétipos masculinos de disciplina, honra e sacrifício que estruturaram o imaginário político do entreguerras²⁶. Tannenberg

tornou-se um dos primeiros laboratórios dessa mitificação.

A batalha também contribuiu para reforçar a percepção alemã de confronto civilizacional com o “Oriente”. O discurso público frequentemente caracterizava o adversário russo como atrasado, caótico e desorganizado, contraponto à racionalidade técnica alemã. Tal construção retórica insere-se na tradição orientalista centro-europeia, que via o leste como espaço de missão histórica e expansão cultural.

A memória da vitória, portanto, não foi neutra. Ela organizou hierarquias culturais e justificou ambições geopolíticas. Aqui a teoria de Halbwachs mostra sua potência explicativa: as lembranças coletivas não são simples registros do passado, mas reconstruções que reforçam coesão grupal²⁷. Tannenberg operou como narrativa agregadora num momento de incerteza estratégica.



INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEMÓRIA: MONUMENTO, RITUAL, ESPAÇO E POLÍTICA

A consolidação simbólica de Tannenberg ultrapassou rapidamente o campo da narrativa jornalística e da celebração militar imediata. A partir de 1918, a batalha foi progressivamente reconfigurada como marco identitário de uma comunidade nacional que buscava reinterpretar a derrota global do conflito. O processo de monumentalização culminou na construção do *Tannenberg-Denkmal* (Memorial de Tannenberg), inaugurado em 1927 na Prússia Oriental, não apenas como memorial aos mortos, mas como arquitetura programática de memória política.

A edificação do monumento deve ser compreendida no contexto específico da República de Weimar, marcada por instabilidade institucional, polarização ideológica e disputas intensas sobre o significado da guerra. Ao contrário das tradições memorialísticas britânica e francesa, que,

como demonstrou Jay Winter, privilegiaram formas de luto introspectivo, centradas na perda individual e na dor privada²⁸, o Memorial de Tannenberg enfatizava monumentalidade, verticalidade e afirmação heroica. Seu desenho arquitetônico, composto por torres maciças dispostas em planta octogonal, evocava simultaneamente fortificação medieval e espaço sagrado, produzindo uma estética de permanência e grandeza.

Essa diferença não é meramente estilística. Ela reflete distintas culturas políticas do pós-guerra. Enquanto nas potências vencedoras a memória pública buscava integrar trauma e sacrifício, na Alemanha derrotada a memória operava como campo de disputa sobre responsabilidade e legitimidade. A apropriação de Tannenberg como símbolo fundador permitia deslocar o foco da capitulação de 1918 para a “pureza” heroica de 1914, concebida como momento de unidade nacional não contaminado pela crise interna.



Fig. 5 - Vista aérea do *Tannenberg-Denkmal*, fotografado em 1934



Fonte: *Deutsches Bundesarchiv*

Aqui se articula diretamente a memória da batalha com o mito da *Dolchstoßlegende*, a “lenda da punhalada pelas costas”. Ao afirmar que o exército permanecera invicto no campo de batalha, os defensores dessa narrativa necessitavam de episódios exemplares que comprovassem a capacidade militar alemã. Tannenberg oferecia evidência ideal: destruição de um exército russo inteiro, sob liderança de Hindenburg, em

território ameaçado. A vitória tornava-se prova empírica da suposta invencibilidade militar, reforçando a tese de que a derrota final fora produto de traição interna e não de colapso estratégico.

George Mosse argumenta que o período do entreguerras assistiu à consolidação de uma “mitologia da experiência de guerra”, na qual sacrifício e heroísmo eram integrados à identidade



nacional²⁹. O Memorial de Tannenberg não se limitava a recordar mortos; ele encenava uma narrativa de redenção. A monumentalidade arquitetônica operava como pedagogia política, ensinando ao visitante uma leitura específica do passado.

Maurice Halbwachs oferece instrumental decisivo para compreender essa dinâmica. Para ele, a memória coletiva necessita de “quadros sociais” e de suportes espaciais que a estabilizem³⁰. O monumento funciona como cristalização material da memória, fixando interpretações e limitando leituras alternativas. Ao inscrever a vitória de 1914 no espaço físico da Prússia Oriental, o *Tannenberg-Denkmal* transformava o território em arquivo simbólico.

Além disso, a localização geográfica do monumento não era neutra. A Prússia Oriental, região de fronteira com o mundo eslavo, possuía forte carga identitária na cultura política alemã. A monumentalização ali reforçava a ideia de missão histórica germânica no Leste europeu, antecipando

discursos posteriores de expansão territorial.

Durante a década de 1920, o monumento tornou-se palco de rituais cívico-militares, encontros de veteranos, cerimônias patrióticas e celebrações da memória de Hindenburg. Esses rituais não apenas comemoravam o passado; produziam comunidade política no presente. A ritualização periódica consolidava a batalha como elemento central da tradição nacional.

Com a ascensão do nacional-socialismo, o processo de instrumentalização intensificou-se. O regime incorporou Tannenberg à sua liturgia política. O funeral de Paul von Hindenburg (figura 6), realizado no monumento em 1934, constituiu momento emblemático dessa fusão entre memória da guerra e legitimação do novo poder. A encenação pública do evento vinculava a autoridade militar do passado ao projeto político autoritário do presente.

A batalha de 1914 passou, então, a ser reinterpretada como prenúncio do “renascimento”



alemão sob Hitler. Essa reapropriação evidencia a maleabilidade da memória coletiva: o mesmo evento podia servir a contextos políticos distintos, desde a tentativa de estabilização conservadora de Weimar até a radicalização totalitária do Terceiro Reich.

Nesse ponto, Tannenberg deixa definitivamente o domínio exclusivo da história militar e passa a integrar a história das representações políticas. A

monumentalização revela como sociedades modernas transformam violência organizada em capital simbólico. O evento estratégico converte-se em mito fundador; o campo de batalha transforma-se em espaço sagrado; o comandante militar converte-se em figura quase carismática.

Com o avanço do Exército Vermelho, em 1945, o *Tannenberg-Denkmal* foi parcialmente destruído pelas tropas alemãs em

Fig. 6 - Funeral do Marechal Paul Hindenburg no *Tannenberg-Denkmal*



Fonte: *Allgemeiner Deutscher Nachrichtendienst*



retirada, para evitar sua apropriação simbólica, e, posteriormente, desmontado pelas autoridades soviéticas e polonesas. Restaram apenas fragmentos estruturais e vestígios topográficos; parte dos materiais foi reutilizada na reconstrução local. Hoje, o sítio conserva ruínas discretas e marcações memoriais polonesas, que reinterpretam o espaço sob nova narrativa histórica, deslocando o eixo simbólico do heroísmo alemão para a memória regional³¹.

A trajetória do *Tannenberg-Denkmal* ilustra, exemplarmente, a historicidade dos monumentos: longe de serem estruturas fixas de recordação, constituem dispositivos políticos sujeitos à ressignificação, à disputa e, por vezes, ao apagamento físico. Seu ciclo – construção, sacralização, instrumentalização ideológica e destruição – evidencia como a cultura memorial do século XX esteve profundamente vinculada às transformações do poder estatal e às guerras de significado travadas no espaço público.

A institucionalização da memória de Tannenberg demonstra que a guerra moderna não termina com o cessar-fogo. Ela continua na disputa por narrativas, na arquitetura pública, nos rituais coletivos e na pedagogia política do espaço. O monumento não apenas recordava a batalha: ele ensinava como ela deveria ser lembrada.

A análise desse processo permite compreender a profunda imbricação entre memória, espaço e poder. Ao monumentalizar Tannenberg, a sociedade alemã do entreguerras não estava simplesmente preservando o passado, mas reorganizando-o segundo necessidades identitárias e conflitos políticos contemporâneos. A batalha tornava-se instrumento de coesão, exclusão e mobilização, um exemplo paradigmático da instrumentalização moderna da memória coletiva.



O DEBATE HISTORIOGRÁFICO

O debate historiográfico em torno de Tannenberg revela não apenas divergências sobre causalidade militar, mas também transformações metodológicas mais amplas na história da Grande Guerra. Durante boa parte do século XX, a historiografia anglófona tendeu a interpretar a batalha como triunfo da eficiência organizacional alemã, enfatizando sobretudo o papel da interceptação de comunicações russas e a capacidade de mobilidade ferroviária interna. Nesse registro, Tannenberg aparecia como demonstração exemplar da superioridade do estado-maior prussiano.

Dennis Showalter, embora reconheça a importância decisiva da inteligência de sinais, especialmente a leitura de mensagens russas transmitidas sem codificação, relativiza qualquer determinismo técnico. Para ele, a vitória foi resultado de um conjunto de decisões arriscadas tomadas sob condições de incerteza

operacional. O comando alemão concentrou forças contra Samsenov assumindo o risco de deixar setores vulneráveis diante do 1º Exército russo³². Assim, Tannenberg não seria simples produto da eficiência burocrática, mas combinação contingente de audácia estratégica, exploração de falhas adversárias e circunstâncias favoráveis.

Norman Stone, por sua vez, desloca o foco da genialidade alemã para as limitações estruturais do Império Russo. Em sua leitura, o colapso do 2º Exército decorreu menos de superioridade alemã intrínseca e mais de problemas sistêmicos russos: logística precária, rivalidades entre comandantes, deficiência industrial e dificuldades de coordenação operacional³³. Ao relativizar a dimensão decisiva da batalha, Stone argumenta que a Rússia manteve capacidade ofensiva significativa após 1914, como demonstrado nas campanhas subsequentes no front oriental. Desse modo, Tannenberg não teria



alterado o equilíbrio estratégico global da guerra.

A partir das décadas finais do século XX, entretanto, o debate historiográfico ampliou-se para além da controvérsia sobre causalidade tática. A renovação da história militar, influenciada por abordagens sociais e culturais, passou a questionar a tendência de tratar a Frente Oriental como teatro secundário da guerra. A centralidade atribuída à Frente Ocidental na memória pública europeia havia obscurecido a magnitude das operações no leste, onde milhões de soldados estiveram envolvidos em campanhas de grande mobilidade e violência extrema.

Nesse contexto revisionista, Tannenberg passou a ser interpretada como parte de um sistema mais amplo de guerra imperial na Europa centro-oriental. A batalha não seria apenas confronto bilateral germano-russo, mas episódio inserido em dinâmica imperial complexa, envolvendo também a Áustria-Hungria e as fragilidades multinacionais

do espaço oriental. A análise desloca-se, portanto, do heroísmo individual para as estruturas político-militares de impérios em crise.

Holger Herwig contribuiu decisivamente para essa reinterpretação ao sublinhar que o êxito de agosto de 1914 não resolveu os dilemas estratégicos fundamentais do Império Alemão³⁴. A Alemanha continuou enfrentando guerra em duas frentes, bloqueio econômico e desgaste prolongado. Tannenberg, embora espetacular, não impediu a transformação do conflito em guerra de atrito de longa duração. Assim, a batalha deve ser compreendida como vitória tática cuja projeção simbólica superou em muito seus efeitos estratégicos concretos.

Essa desproporção entre impacto militar e impacto memorial tornou-se objeto de investigação historiográfica recente. Ao integrar história militar e história cultural, pesquisadores passaram a indagar como determinados eventos adquirem centralidade simbólica enquanto outros, de



consequências mais amplas, permanecem relativamente marginalizados na memória pública. Tannenbergr converteu-se em caso exemplar dessa dinâmica: uma vitória operacional localizada transformada em mito fundador da identidade militar alemã.

O debate, portanto, desloca-se do eixo “quem venceu e por quê” para questões mais amplas: como a batalha foi narrada? por que foi monumentalizada? de que modo serviu à legitimação política no entreguerras? Nesse sentido, a historiografia recente aproxima-se das formulações da história cultural da guerra, que enfatiza a construção social do significado dos combates.

Ao superar leituras teleológicas, que viam em Tannenbergr prenúncio inevitável do militarismo alemão ou da radicalização nazista, a historiografia contemporânea busca restituir a continuidade histórica. A batalha não continha em si mesma o desfecho político posterior; foi sua interpretação e instrumentalização

que lhe conferiram densidade simbólica duradoura.

Assim, o debate historiográfico revela três fases interpretativas principais:

a) Fase operacional clássica, centrada na genialidade alemã e na inteligência militar;

b) Fase estrutural revisionista, que enfatiza limitações sistêmicas russas e contexto imperial;

c) Fase cultural-memorial, que analisa a construção simbólica e política da batalha.

A compreensão plena de Tannenbergr exige integrar essas três dimensões. Reduzi-la a manobra de pinça tecnicamente bem-sucedida obscurece seu papel na cultura política alemã; tratá-la apenas como mito nacional ignora sua complexidade operacional concreta. A tensão entre evento e representação, estratégia e memória, constitui precisamente o núcleo interpretativo mais fértil do debate contemporâneo.



No Brasil, os estudos sobre a Grande Guerra expandiram-se significativamente nas últimas duas décadas. Pesquisadores têm problematizado tanto a inserção diplomática brasileira quanto as dimensões culturais do conflito.

A incorporação de debates sobre memória coletiva e cultura da guerra aproxima a análise de Tannenberg das tendências contemporâneas da historiografia brasileira, que busca superar narrativas meramente diplomáticas ou militares. A interlocução com autores como Delmo Arguelhes³⁵, Carlos Daróz³⁶ e Cristiano Brum³⁷, em suas reflexões sobre circulação de ideias militares e cultura estratégica, permite inserir o episódio no quadro mais amplo da recepção e interpretação do conflito no Brasil.

A abordagem cultural da guerra contribui para ampliar o escopo interpretativo nacional, conectando o front oriental às dinâmicas globais de produção simbólica da guerra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENTRE O EVENTO E O MITO

A Batalha de Tannenberg pode ser compreendida, em perspectiva ampliada, não apenas como um acontecimento militar decisivo de agosto de 1914, mas como um evento estruturante de sentido, cuja eficácia histórica ultrapassou em muito seus resultados táticos e operacionais. Se, no plano estritamente militar, representou a aniquilação quase completa do 2º Exército russo e consolidou a segurança estratégica da Prússia Oriental, no plano simbólico ela operou como um dispositivo de significação política, identitária e memorial.

Do ponto de vista da história militar renovada, Tannenberg constitui exemplo paradigmático da guerra de movimento em sua fase inicial, demonstrando a importância da mobilidade ferroviária, da interceptação de comunicações e da coordenação entre comandos locais. A vitória alemã, obtida por meio de manobras de envolvimento e concentração de



forças contra inimigos separados, revelou a plasticidade operacional do estado-maior alemão, ao mesmo tempo em que expôs as fragilidades estruturais do aparato militar russo. Contudo, limitar-se a essa dimensão técnico-operacional implicaria reduzir o fenômeno à sua superfície estratégica.

A batalha deve ser igualmente interpretada como um ato fundador de memória nacional. Ao escolher o nome “Tannenberg”, evocando deliberadamente a derrota medieval dos Cavaleiros Teutônicos em 1410, a liderança alemã produziu uma operação simbólica de reparação histórica. A vitória de 1914 foi inscrita numa longa duração imaginária, convertendo-se em revanche histórica e reafirmação da missão germânica no Leste.

A construção do Memorial de Tannenberg, posteriormente monumentalizado durante o Terceiro Reich, materializou essa cristalização simbólica do acontecimento, transformando-o em

“lugar de memória”, no sentido proposto por Pierre Nora.

Sob a ótica da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs, Tannenberg evidencia como o passado não é um dado fixo, mas uma reconstrução social continuamente atualizada³⁸. O evento foi reinterpretado conforme as necessidades políticas de cada regime:

- No Império, como demonstração da superioridade militar alemã;

- Na República de Weimar, como símbolo de estabilidade em meio à crise;

- No regime nazista, como mito legitimador da liderança carismática e da revanche contra o “cerco” externo;

- Na historiografia posterior, como objeto de revisão crítica, que relativizou a centralidade heroica de Hindenburg e Ludendorff, reconhecendo o papel decisivo de oficiais como Hoffmann e François.

Essa plasticidade interpretativa confirma que Tannenberg funcionou como mito político



operativo, isto é, como narrativa mobilizadora dotada de eficácia concreta na organização do poder e da identidade nacional. A batalha não foi apenas lembrada: foi instrumentalizada, ritualizada e reinscrita no espaço público por meio de monumentos, cerimônias e obras literárias, como *Agosto de 1914*, de Aleksandr Soljenítsin, que problematizaram sua dimensão humana e trágica³⁹.

Do ponto de vista teórico mais amplo, Tannenbergl ilustra como guerras modernas produzem “camadas de temporalidade”:

- Tempo operacional – a sucessão rápida de decisões e manobras;

- Tempo político – a incorporação do evento ao discurso estatal;

- Tempo memorial – a sedimentação simbólica ao longo das décadas;

- Tempo historiográfico – a revisão crítica que desloca mitos e reconstrói causalidades.

A articulação entre esses planos demonstra que o significado histórico de uma batalha não se esgota em seu resultado imediato. A vitória alemã de 1914 foi militarmente decisiva, mas sua permanência na cultura política alemã decorreu de sua capacidade de oferecer uma narrativa de ordem, competência e grandeza em um século marcado por rupturas traumáticas.

Assim, Tannenbergl não deve ser analisada apenas como episódio da Frente Oriental da Grande Guerra, mas como um laboratório da modernidade bélica e memorial. Ela revela como a violência organizada pode ser convertida em capital simbólico duradouro; como o campo de batalha pode transformar-se em fundamento identitário; e como a memória coletiva reconfigura o passado segundo as exigências do presente.

Estudar Tannenbergl, portanto, significa investigar o processo pelo qual acontecimentos militares são transmutados em estruturas narrativas que atravessam regimes, ideologias e



gerações. Mais do que uma vitória estratégica, Tannenberg foi uma construção histórica contínua, um evento que permaneceu vivo porque foi reiteradamente reimaginado.

BIBLIOGRAFIA

- ARGUELHES, Delmo. *Sob o céu das valquírias as concepções de heroísmo e honra dos pilotos de caça na grande guerra (1914-18)*. Curitiba: CRV, 2020.
- BRUM, Cristiano. *Médicos Brasileiros na Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2021.
- DARÓZ, Carlos. *Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Contexto, 2025.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. *La Grande Guerre des Français: 1914–1918, l'incompréhensible*. Paris: Perrin, 1994.
- DURSCHMIED, Erik. *Fora de controle: como o acaso e a estupidez mudaram a história do mundo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HERWIG, Holger H. *The First World War: Germany and Austria-Hungary 1914–1918*. London: Arnold, 1997.
- KÜRENBERG, Joachim von. *Russlands Weg nach Tannenberg*. Paderborn: Salzwasser-Verlag, 2012.
- MOSSE, George L. *Fallen Soldiers: Reshaping the Memory of the World Wars*. New York: Oxford University Press, 1990.
- SHOWALTER, Dennis E. *Tannenberg: Clash of Empires, 1914*. Hamden: Archon Books, 1991.
- SOLJENÍTSIN, Aleksandr. *August 1914*. New York: Vintage Classics, 2014.
- SONDHAUS, Lawrence. *A Primeira Guerra Mundial: história completa*. São Paulo: Contexto, 2015.
- STONE, Norman. *The Eastern Front 1914–1917*. London: Penguin, 1998.
- TIETZ, Jürgen. *Das Tannenberg-Nationaldenkmal: architektur*.



geschichte, kontext. Berlin: Huss-Medien, 1999.

WINTER, Jay. *Sites of Memory, Sites of Mourning: The Great War in European Cultural History*.

Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

NOTAS

¹ De acordo com SONDHAUS (2015, p. 13) “em setembro de 1914, em declarações citadas pela imprensa norte-americana, o biólogo alemão e filósofo Ernst Haeckel fez a primeira referência registrada ao conflito como ‘Primeira Guerra Mundial’ [...]”. No entanto, segundo o autor, “o rótulo de ‘Primeira Guerra Mundial’ só se tornaria corrente depois de 1939, quando a revista *Time* e uma série de outras publicações popularizaram seu uso como corolário da expressão ‘Segunda Guerra Mundial’.” No presente trabalho, a partir daqui, utilizarei a expressão contemporânea Grande Guerra, ou, como também é conhecida na Europa, conflito 1914-18.

² O Plano Schlieffen, elaborado entre 1905 e 1906 pelo então chefe do Estado-Maior alemão Alfred von Schlieffen, consistia em uma estratégia de guerra preventiva contra a França e a Rússia, considerados inimigos naturais da Alemanha, com base na suposição de que um conflito em duas frentes seria inevitável. Fundamentado nos princípios da guerra de manobra e de concentração de forças, o plano previa um

ataque maciço e rápido contra a França, por meio da violação da neutralidade da Bélgica e de Luxemburgo, flanqueando o Exército Francês pelo Norte e buscando uma vitória decisiva em poucas semanas. Com a derrota rápida da França, os exércitos alemães seriam então transferidos para a Frente Oriental, a fim de enfrentar o avanço russo. O plano refletia tanto a herança tática de Clausewitz, quanto a lógica de aniquilamento (*Niederwerfungsstrategie*), mas desconsiderava fatores logísticos, políticos e diplomáticos que contribuíram para seu fracasso já nos primeiros meses da guerra. Sua execução modificada, sob o comando de Helmuth von Moltke (“o Jovem”), resultou no impasse da Frente Ocidental e na transformação do conflito em uma guerra de atrito. Ver DUROSELLE, Jean-Baptiste. *La Grande Guerre des Français: 1914–1918, l’incompréhensible*. Paris: Perrin, 1994.

³ SHOWALTER, Dennis E. *Tannenberg: Clash of Empires, 1914*. Hamden: Archon Books, 1991.

⁴ STONE, Norman. *The Eastern Front 1914–1917*. London: Penguin, 1998.



⁵ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004, p. 67.

⁶ MOSSE, George L. *Fallen Soldiers: Reshaping the Memory of the World Wars*. New York: Oxford University Press, 1990.

⁷ WINTER, Jay. *Sites of Memory, Sites of Mourning: The Great War in European Cultural History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

⁸ Ver <https://bib.ulb.be/fr/bibliotheques/bsh>.

⁹ HERWIG, Holger H. *The First World War: Germany and Austria-Hungary 1914–1918*. London: Arnold, 1997.

¹⁰ DURSCHMIED, Erik. *Fora de controle: como o acaso e a estupidez mudaram a história do mundo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

¹¹ STONE, op.cit.

¹² SHOWALTER, op.cit.

¹³ STONE, op.cit.

¹⁴ HERWIG, op.cit.

¹⁵ SHOWALTER, op.cit.

¹⁶ HERWIG, op.cit., p. 72.

¹⁷ HERWIG, op.cit.

¹⁸ A chamada Batalha de Tannenberg ocorreu em 15 de julho de 1410 e foi um dos maiores confrontos militares da Europa medieval. Enfrentaram-se, de um lado, o Estado da Ordem Teutônica e, de outro, a aliança entre o Reino da Polônia, liderado por Vladislau II Jagelão, e o Grão-Ducado da Lituânia,

sob Vitautas (Vytautas). Travada nas proximidades das localidades de Grunwald (Polônia), Tannenberg (Alemanha) e Žalgiris (Lituânia), a batalha resultou na derrota decisiva da Ordem Teutônica e na morte de seu Grão-Mestre, Ulrich von Jungingen. O revés marcou o início do declínio do poder político-militar teutônico no Báltico, e alterou o equilíbrio regional na Europa Centro-Oriental. Ver URBAN, William. *The Teutonic Knights: a military history*. London: Greenhill Books, 2003.

¹⁹ SHOWALTER, op.cit., p. 302.

²⁰ HALBWACHS, op.cit., p. 152.

²¹ MOSSE, op.cit.

²² WINTER, op.cit., p. 79.

²³ MOSSE, op.cit., p. 31.

²⁴ WINTER, op.cit., p. 12.

²⁵ HERWIG, op.cit.

²⁶ MOSSE, op.cit.

²⁷ HALBWACHS, op.cit., p. 85.

²⁸ WINTER, op.cit.

²⁹ MOSSE, op.cit.

³⁰ HALBWACHS, op.cit.

³¹ TIETZ, Jürgen. *Das Tannenberg-Nationaldenkmal: architektur, geschichte, kontext*. Berlin: Huss-Medien, 1999.

³² SHOWALTER, op.cit.

³³ STONE, op.cit.

³⁴ HERWIG, op.cit.

³⁵ ARGUELHES, Delmo. *Sob o céu das valquírias as concepções de heroísmo e*



honra dos pilotos de caça na grande guerra (1914-18). Curitiba: CRV, 2020.

³⁶ DARÓZ, Carlos. *Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Contexto, 2025.

³⁷ BRUM, Cristiano. *Médicos Brasileiros na Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2021.

³⁸ HALBWACHS, op.cit.

³⁹ SOLJENÍTSIN, Aleksandr. *August 1914*. New York: Vintage Classics, 2014.

A Estética da Obediência Ordem Unida e a construção da identidade militar

Jamicel Francisco Rocha da Silva ^a

Resumo: As artes são manifestações culturais que, por meio de símbolos, rituais e práticas coletivas, revelam e identificam grupos sociais. Este trabalho investiga como os aspectos estéticos da formação militar, interpretados como uma forma de arte institucional, funcionam como dispositivos de docilização dos corpos, discutindo a necessidade dessa submissão em instituições de preservação da ordem. A análise fundamenta-se na teoria foucaultiana da disciplina, especialmente tal como desenvolvida em *Vigiar e Punir*, para compreender os mecanismos de controle em instituições totais. Como contraponto, incorpora-se a sociologia militar, em especial a obra de Samuel P. Huntington, para demonstrar que a formação militar transcende a mera modelagem corporal, configurando-se como um processo de profissionalização baseado em expertise, senso de corporação e responsabilidade institucional.

Palavras-chave: Estética militar; Docilização; Foucault; Ordem Unida; Sociologia Militar.

INTRODUÇÃO

As instituições militares distinguem-se por uma estética própria, marcada por gestos padronizados, uniformidade visual

e rituais corporais que transcendem a mera funcionalidade operacional.

Entre essas manifestações, destaca-se a Ordem Unida – prática de formação que regula mo-

^a Capitão da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, especialista em História Militar.



vimentos individuais e coletivos com rigor estético e disciplinar. Mais do que um exercício técnico, esse conjunto de comandos e posturas configura-se como um dispositivo formativo central na construção da identidade militar.

Este trabalho parte da hipótese de que a Ordem Unida, embora funcione como mecanismo de docilização dos corpos, não se reduz a uma ferramenta de submissão. Pelo contrário, constitui-se como um elemento fundamental na formação de uma profissão que exige não apenas obediência, mas expertise, senso de corporação e responsabilidade institucional.

Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar como a estética da Ordem Unida atua na modelagem corporal e identitária dos militares, articulando-se à lógica da profissionalização própria das instituições armadas.

A análise é sustentada teoricamente por dois eixos complementares. O primeiro, de cunho crítico, baseia-se na noção foucaultiana de disciplina, especial-

mente tal como desenvolvida em *Vigiar e Punir*, para compreender como os corpos são moldados por técnicas de controle em instituições totais.

Na sequência, o segundo eixo, de natureza sociológica, utiliza a abordagem de Samuel P. Huntington sobre o profissionalismo militar, que permite interpretar a formação militar como um processo de construção de autonomia técnica e ética, e não apenas de obediência.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa teórica qualitativa, com abordagem bibliográfica e análise documental. Foram utilizados como fontes primárias os manuais de Ordem Unida do Exército Brasileiro (2000 e 2019) e da Polícia Militar de Minas Gerais (2011), além de obras de Michel Foucault, Marcel Mauss, Norbert Elias e Samuel P. Huntington, como base teórica. A interpretação combina elementos da teoria crítica e da sociologia militar para examinar a tensão entre disciplina estética e profissionalismo institucional.



O artigo está estruturado em quatro seções. Na primeira, discute-se o conceito de docilização dos corpos a partir de Foucault, ampliado pelas contribuições de Mauss e Elias sobre as técnicas do corpo e o processo civilizador. Na segunda, apresenta-se o histórico, o conceito e as práticas da Ordem Unida, ilustrando como a modelagem corporal é operacionalizada nos manuais militares.

Na sequência, explora-se a dimensão profissional do militar, com base na obra de Huntington, demonstrando que a formação vai além da estética disciplinar e, por fim, nas considerações finais, sintetizam-se os argumentos e apontam-se caminhos para pesquisas futuras.

Ao integrar crítica foucaultiana e sociologia militar, este estudo busca contribuir para uma compreensão mais matizada da formação militar – não como mera imposição estética, mas como um processo complexo de constituição de agentes estatais tecnicamente capacitados e eticamente responsáveis.

A MODELAGEM CORPORAL NAS INSTITUIÇÕES MILITARES

O surgimento do Estado Moderno é um fenômeno político enraizado na crise do feudalismo, uma organização social tipicamente europeia. Segundo o historiador Eric Hobsbawm¹, parte dessa crise decorreu do fortalecimento das monarquias e da consequente centralização do poder.

A centralização do poder encontrou sustentação em instituições totais, conceituadas por Goffman² como espaços de residência e trabalho nos quais um grande número de indivíduos, em condições similares e isolados da sociedade por um período considerável, vivencia uma existência formalmente controlada.

Os exércitos nacionais, forças militares com estética singular, emergiram intrinsecamente relacionados ao conceito de instituição total e preservação da ordem. Para a materialização dessa estética, tornou-se indispensável a modelagem dos indi-



víduos que compunham essas instituições.

Essa dinâmica encontra ressonância na análise de Michel Foucault. Em sua obra seminal *Vigiar e Punir*³, o autor examina a transição das formas de punição e disciplina do corpo, um processo que se localiza historicamente na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, período em que também se insere o surgimento do Estado Moderno.

Em relação à figura do soldado, Foucault descreve:

Eis como ainda no início do século XVII se descrevia a figura ideal do soldado. O soldado é, antes de tudo, alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho: seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia: e se é verdade que deve aprender aos poucos o ofício das armas – essencialmente lutando – as manobras como a marcha, as atitudes como o porte da cabeça se originam, em boa parte de uma retórica corporal da honra.⁴

Na percepção do autor, já no início do século XVII, a estética corporal é definida pelas atividades referentes ao ofício das armas, seja a própria luta ou o rito da marcha.

O rito da marcha, composto por movimentos com características próprias e que diferem de uma caminhada comum, é resultado de um processo de adestramento que impacta o corpo do indivíduo que ingressa nas fileiras de uma corporação militar.

Foucault descreve o adestramento por meio de perspectivas conceituais, que levam à compreensão de que o corpo deve ser algo útil e dócil, um elemento para o alcance de interesses econômicos, por meio do controle que o torna produtivo e menos resistente.

Na primeira delas, expõe a arte das distribuições, na qual os espaços das instituições totais são moldados para o controle e para a vigilância, conforme descrição da arquitetura de quartéis:



O conjunto será fechado e cercado por uma muralha de dez pés de altura que rodeará os ditos pavilhões, a trinta pés de distância de todos os lados – e isto para manter as tropas em ordem e em disciplina e que o oficial esteja em condições de responder por elas.⁵

Os espaços – quartéis, escolas militares e acampamentos – são moldados para a vigilância, individualização da conduta e consequente aperfeiçoamento, que busca o alinhamento às características daquela instituição.

Além da arquitetura do espaço, o controle das atividades e do tempo é outra perspectiva de modelagem. No ambiente, tudo é rigidamente mensurado, as atividades são fragmentadas, distribuídas para o alcance de um ritmo que atenda aos objetivos da formação, emprego ou manobra.

Durante o processo de formação, o aluno é constantemente instado a realizar suas atividades em horários predeterminados: desde o despertar e a higiene matinal, a preparação do fardamento, a participação em instru-

ções (incluindo a Ordem Unida), as refeições até o encerramento das atividades.

A organização das gêneses, terceira perspectiva foucaultiana dos recursos disciplinares, estrutura o aprendizado em etapas progressivas, cumulativas e seriadas, visando ao aperfeiçoamento contínuo das aptidões corporais. Nela, o processo de modelagem do indivíduo ocorre de forma incremental e sequencial, condicionando a transição entre as fases à completa assimilação da etapa anterior.

Foucault descreve a organização das gêneses por meio do entendimento da necessidade de progressão:

A colocação em série das atividades sucessivas permite todo um investimento da duração pelo poder: possibilidade de um controle detalhado e de uma intervenção pontual (de diferenciação, de correção, de castigo, de eliminação) a cada momento do tempo; possibilidade de caracterizar, portanto de utilizar os indiví-



duos de acordo com o nível que percorrem [...].⁶

A prática da Ordem Unida ilustra essa gênese: o militar só avança para movimentos mais complexos (como a marcha em coluna ou a execução de comandos em movimento) após dominar as posturas básicas, os passos e os giros elementares, garantindo a interiorização da disciplina em cada gesto.

Por fim, a formação do indivíduo leva à composição de forças nas instituições militares. Assim, a soma das individualidades contribui para a construção coletiva, por meio de atividades conjuntas, seja na marcha, no emprego de frações (pelotões, companhias e batalhões) ou na simples exibição em paradas militares.

Apesar da centralidade do conceito da obra de Foucault, a ampliação da discussão passa pela abordagem de outros autores que descreveram o corpo como objeto de modelagem.

No ensaio *As técnicas do corpo*, Marcel Mauss⁷ descreve a modelagem dos indivíduos por técnicas que se amparam em tradições impositivas de determinada sociedade.

As maneiras com as quais se alimentam, andam, marcham, enfim, vivem, são resultado da utilização dessa técnica sobre o corpo. Portanto, por serem características culturais, podem se manifestar de maneira diversa, mas sempre associada à necessidade de adequação às características de certa coletividade.

Entre as exemplificações, Mauss cita um regimento de infantaria do Exército Britânico, originado na região de Worcester, que lutou ao lado dos franceses na Batalha de Aisne, durante a Primeira Guerra Mundial:

Todos sabeis que a infantaria britânica marcha a um passo diferente do nosso: diferença de frequência, com uma outra duração. Não falo, por enquanto, do balanceio inglês, nem da ação do joelho etc. Ora, o Regimento de Worces-



ter, tendo feito proezas consideráveis durante a batalha do Aisne, ao lado da infantaria francesa, pediu a autorização real para ter toques de clarins e baterias francesas, uma banda de corneteiros e de tambores franceses. O resultado foi pouco encorajador. [...] Tudo era discordante em sua marcha. Quando tentava marchar direito, era a música que não marcava o passo. Com isso, o Regimento de Worcester foi obrigado a suprimir os clarins franceses.⁸

Nessa perspectiva, o exemplo das técnicas aprendidas e modeladas pela tropa britânica demonstra a especificidade dos costumes originada na característica cultural do regimento. Essa especificidade, além de caracterizadora, demonstrou a dificuldade de assimilação plena aos costumes franceses.

O conceito central de docilização é ampliado de uma interpretação puramente econômica e de utilidade para uma perspectiva cultural, na qual o corpo como objeto atende a uma necessidade de manifestação coletiva.

A ampliação da interpretação dos conceitos de Foucault e Mauss é significativamente aprofundada pela teoria do processo civilizatório, desenvolvida por Norbert Elias⁹. Em sua obra, Elias discute a imposição de regras e costumes como um processo contínuo e necessário para a construção da civilidade e da ordem social. Esse processo, também amparado em aspectos culturais, culmina na internalização dessas normas e na formação da autocoerção individual, importantes para a manutenção da coletividade.

A conceituação de Norbert Elias está diretamente relacionada à autocoerção que emerge da modelagem corporal dos indivíduos nas instituições militares. Nesse ambiente, as técnicas e a disciplina visam incutir um profundo autocontrole nos membros.

Essa internalização do controle individual instrumentaliza o corpo militar para o exercício da coerção externa sobre os demais componentes da sociedade,



seja na manutenção da ordem ou na aplicação da força, refletindo a monopolização da violência pelo Estado.

Além da conceituação da docilização dos corpos, que descreve uma utilidade econômica na submissão, ampliou-se a perspectiva por meio de uma abordagem da manifestação cultural, defendida por Mauss, além da descrição civilizatória e coercitiva, presente na obra de Elias e que se conecta às instituições garantidoras da ordem.

Na sequência, serão apresentados o histórico, o conceito, os objetivos e as práticas individuais e coletivas da Ordem Unida que ilustram a modelagem corporal.

A ORDEM UNIDA COMO FERRAMENTA DE MODELAGEM E DOCILIZAÇÃO

As instituições militares desenvolvem disciplinas específicas que atendem às particularidades de sua formação e aprendizado.

Nesse contexto, a Ordem Unida é introduzida nos cursos de formação como um mecanismo de imersão em um novo universo.

Nessa prática, as manifestações corporais são minuciosamente moldadas por uma estética rigorosa, projetada para diferenciar os indivíduos de seu meio original e forjar uma identidade coesa com a organização militar.

Nesta seção, ilustra-se essa estética por meio do Manual de Ordem Unida do Exército Brasileiro, especificamente a terceira e a quarta edições, publicadas respectivamente nos anos 2000 e 2019, como fontes principais.

Serão abordados os aspectos históricos, conceituais e práticos (individuais e coletivos), sob as perspectivas conceituais da organização das gêneses e da composição das forças.

A terceira edição do Manual de Ordem Unida descreve as primeiras manifestações de Ordem Unida da seguinte maneira:



Desde o início dos tempos, quando o homem se preparava para combater, ainda com armas rústicas e formações incipientes, já estava presente a Ordem Unida, padronizando procedimentos, movimentos e formas de combate, disciplinando homens, seja nas falanges, seja nas legiões.¹⁰

A exposição inicial, apesar de pouco específica em relação à localização histórica, é seguida por uma descrição da utilização da Ordem Unida por Frederico II, Rei da Prússia, que determinava diariamente aos súditos a prática de movimentos a pé firme e em marcha, como reforço dos aspectos de disciplina e espírito de corpo¹¹.

No Exército Brasileiro, o Manual identifica a herança do Exército Português, nas primeiras manifestações estéticas de movimentos da nossa Força Terrestre¹².

A herança do Exército Português é descrita por Oliveira e Sobrinho:

Nos idos de 1831 até o final do século XIX, às instruções da época seguiram-se os ensinamentos das Instruções Moreira César, Tenente-Coronel do Exército Brasileiro que publicou na última década do século XIX a obra intitulada Instruções para a Infantaria do Exército Brasileiro, que regulavam, detalhadamente, as manobras de ordem unida, tomando por base a instrução em uso no Exército Português que, embora seguidas pelo Exército Nacional, mostravam-se inadequadas, pouco eficientes, com métodos antecipadamente insuficientes para a natureza dos serviços exigidos ao corpo policial.¹³

Na sequência, a influência alemã, após Missão Militar de instrução naquele país, por meio do treinamento de oficiais brasileiros, antes da Primeira Guerra Mundial. Por fim, a estética herdada da Missão Militar Francesa, nos inícios dos anos 20, no nosso país¹⁴.

O período descrito como de inserção das práticas do Exército Português, uma estética euro-



peia, no Exército Brasileiro, coincide com o período histórico no qual Michel Foucault descreve os ritos de submissão dos corpos nas instituições disciplinares, entre elas as militares.

O Manual de Ordem Unida da Polícia Militar de Minas Gerais insere outra perspectiva sobre a estética de formação nas instituições militares brasileiras, por meio da seguinte descrição:

Na PMMG, o treinamento militar tem como fato marcante a contratação do capitão Roberto Drexler, do Exército Suíço, pelo Estado de Minas Gerais, por dois anos de 24 de dezembro de 1912 a 1914, para ministrar todo tipo de treinamento necessário à Força Pública. Recebeu, para tanto, a patente de Coronel da PMMG, com todos os direitos e vantagens do posto e alicerçou, na Corporação, as bases da ordem unida que vigoram até os dias presentes.¹⁵

A Instrução Suíça foi o modelo de adesão dessa instituição militar brasileira à estética europeia de docilização dos corpos,

que perdurou por quase um quarto de século, após uma radical e eficiente reformulação dos métodos anteriores, uma nova instrução que unia técnica, modernidade e eficiência¹⁶.

Na década de 1930, a Força Pública Mineira, denominação da Polícia Militar de Minas Gerais, aderiu ao modelo francês. Na definição de Oliveira e Sobrinho¹⁷, com a criação do Departamento de Instrução, em 1934, houve a chegada de uma missão professora do Exército Brasileiro para dirigir os ensinamentos técnicos profissionais da Corporação.

O panorama histórico demonstra consonância com aspectos da ordem, seja como ferramenta de coesão social, nos moldes prussianos, ou na necessidade de garantia da ordem presente em instituições totais como Exércitos Nacionais ou forças de segurança interna.

O conceito de Ordem Unida define essa disciplina como uma disposição individual, consciente e altamente motivada do indiví-



duo ingresso nas instituições militares e que visa a obtenção de determinados padrões coletivos de uniformidade¹⁸.

A quarta versão do Manual descreve que os participantes da formação (instrutores, instruídos, comandantes e executantes) devem considerar a Ordem Unida como um esforço de demonstração da disciplina militar, que se caracteriza como uma situação de ordem e obediência voluntária entre os militares, em vista da necessidade de eficiência no emprego da guerra¹⁹.

Os objetivos da Ordem Unida são elementos que se ligam à perspectiva foucaultiana. Por meio da prática, os homens são envolvidos em sentimentos de coesão e obediência, que possibilita a eles tanto se deslocarem em perfeita disposição individual quanto de maneira coletiva, em situação de combate ou preservação da ordem, e se apresentarem em público (paradas militares) como reforço da missão institucional.

O alcance desses objetivos passa por instruções individuais

e coletivas. Nelas, molda-se primeiramente o indivíduo e, após o alcance das fases necessárias, ele é inserido com os demais em práticas coletivas que permitirão que o grupo se comporte como uma massa harmoniosa nos deslocamentos, nas exibições públicas e no emprego operacional real.

A instrução individual, conforme o Manual de Ordem Unida do Exército Brasileiro, quarta edição, é descrita como aquela “na qual se ministra ao militar a prática dos movimentos individuais, preparando-o para tomar parte nos exercícios de instrução coletiva.”²⁰

Essa é descrita no mesmo Manual, como aquela “na qual é instruída a fração, a subunidade e a unidade, segundo planejamento específico.”²¹

Esse processo de modelagem gradual e sequencial do corpo e do comportamento militar na instrução individual reflete como, para Foucault, a disciplina organiza uma gênese, onde o adestramento do corpo lhe per-



mite não só repetir os atos, mas adquiri-los progressivamente, tornando-se cada vez mais hábil, rápido e dócil²².

A estética é inculcada de maneira detalhada nos primeiros passos da disciplina, no ensino dos movimentos básicos da instrução individual sem arma, por meio da divisão dos movimentos em seções (posições, posições sem cobertura, posições com o pingalim, passos, marchas e voltas).

Na sequência, ilustra-se essa percepção com a descrição da sequência que deve ser adotada para a posição de sentido:

Para tomar a posição de “Sentido”, o homem unirá os calcanhais com energia e vivacidade, de modo a se ouvir esse contato; ao mesmo tempo, trará as mãos diretamente para os lados do corpo, batendo-as com energia ao colá-las às coxas. Durante a execução deste movimento, o homem afastará os 2-2 2-3 C 22-5 braços cerca de 20 cm do corpo, antes de colar as mãos às coxas. O calcanhar esquerdo deverá ser ligeiramente

levantado para que o pé não arraste no solo. O homem tomará a posição de “Sentido” ao comando de “SENTIDO!”²³

A primeira das posições, a de sentido, é básica em relação às demais, a partir da qual os outros movimentos corporais são executados. É preciso tornar o corpo inepto uma massa apta a executar a estética militar.

Apto a executar a posição de sentido, o militar é moldado a executar outros movimentos (descansar, à vontade, relaxar a posição, em forma, forma de fora...) sempre numa sequência gradativa de aprendizado.

O corpo, inicialmente modelado aos movimentos básicos individuais, precisa evoluir para movimentos mais complexos, com a adição de instrumentos de manejo, os armamentos.

Conforme o Manual, “quando forem atingidos os objetivos da instrução de Ordem Unida sem arma, será iniciada a instrução com arma (essas instruções podem ser alternadas)”²⁴.



Nos movimentos com arma de fogo, o homem deve ser modelado a conduzi-lo e movimentá-lo como extensão do próprio corpo, indissociável e sequencial. Este processo de treinamento visa à total incorporação do armamento ao esquema corporal do militar, transformando o conjunto corpo-arma em uma unidade funcional e automática.

A soma desses indivíduos aptos a executarem movimentos individuais com eficiência e técnica resulta na composição de uma forma, uma massa apta a executar movimentos coletivos.

A transição para esse estado, segundo o Manual, “só deverá ser iniciada após o homem ter conseguido desembaraço na execução individual dos movimentos.”²⁵

Os homens participarão de formações (em coluna e em linha), formatura, deslocamentos e guardas fúnebres, cada uma delas com as especificidades que permitem um estado de força coletiva, no qual a docilização

individual atinge objetivos institucionais comuns.

Embora o treinamento minucioso da Ordem Unida inegavelmente alcance a docilização física e a sincronização coletiva, ambas essenciais para a eficácia militar, é crucial expandir nossa compreensão para além dessa dimensão puramente corporal.

Do ponto de vista da Sociologia Militar, conforme explorado por pensadores como Samuel P. Huntington, a formação de uma instituição armada profissional abrange camadas muito mais complexas do que a mera modelagem de corpos.

O PROFISSIONALISMO MILITAR PARA ALÉM DA MODELAGEM ESTÉTICA

A docilização dos corpos, vista como uma necessidade econômica, é implementada pelos ritos da Ordem Unida, disciplina aplicada aos novos membros das instituições militares. Esses ritos são eficazes para a



ambientação do ingresso que passa a representar a estética institucional por meio de expressões corporais próprias.

A ampliação dessa abordagem é necessária para uma compreensão mais profunda da função de instituições garantidoras da ordem na sociedade. Com isso, busca-se a percepção além de uma ferramenta de alcance puramente econômico.

O profissionalismo militar abrange outros aspectos além da simples submissão, composto por atividades multifacetadas dentro da garantia da ordem. Samuel P. Huntington²⁶, na obra clássica *O soldado e o estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares*²⁷, aborda aspectos que possibilitam a ampliação da discussão.

Esses aspectos são referência para a interpretação das relações com o mundo político e civil, que influencia as decisões e o consequente emprego dos militares na sociedade.

Para Samuel P. Huntington, a profissionalização militar se dife-

rencia e se estabelece por meio de três pilares interdependentes (expertise, corporação e responsabilidade), que se contrapõem ao conceito de submissão referenciado nas práticas de Ordem Unida discutidas, sob a abordagem econômica de Vigiar e Punir.

A especialização - conceito na obra de Huntington definido como expertise - é uma necessidade da profissão militar e exige conhecimento próprio para a garantia da ordem. Com isso, a limitação da atuação a aspectos corporais de obediência, é desafiada pela necessidade de tomada de decisão do militar.

Segundo Huntington, a profissionalização militar, especialmente no que tange à sua expertise, demanda não apenas treinamento físico, mas uma mente capacitada para formular e aplicar táticas e estratégias em cenários complexos, portanto, composto por outras disciplinas que possibilitam o alcance da capacidade de emprego.

Em relação à Ordem Unida, essa percepção ganha reforço



pelo direcionamento das práticas não somente para aspectos de obediência, mas também para a tomada de decisões por oficiais e graduados - militares que exercem função de comando – como um dos objetivos do ensino dessa disciplina.

A corporação, segundo pilar descrito pelo autor, está ligada ao senso de comunidade e identidade presente na profissão militar. Por meio dela, os militares criam laços de união, um estilo de vida próprio que os conscientiza da missão.

No Manual de Ordem Unida do Exército Brasileiro, o espírito de corpo é alcançado “pela boa apresentação coletiva e pela uniformidade na prática de exercícios que exigem execução coletiva”²⁸.

Essa abordagem pode ser ampliada pela perspectiva de Huntington²⁹, com a observação do argumento de que a corporação vai além da estética, baseando-se em valores compartilhados, ética e um compromisso mútuo que formam a verdadeira

coesão e autodisciplina profissional.

Por fim, o terceiro pilar está ligado à responsabilidade, descrita como o compromisso fundamental dos militares com os interesses sociais aos quais servem. Nela, Huntington defende a ideia de que a expertise e a corporação devem ser utilizadas para a garantia da missão institucional deve ser voltada à neutralidade e não para o alcance interesses corporativistas e políticos.

Na relação com o conceito econômico da submissão, a responsabilidade contrapõe a abordagem por meio da necessidade de neutralidade do emprego da instituição militar, voltada primordialmente à garantia de aspectos da ordem desejada pela sociedade a qual serve.

O exercício da profissão militar demonstra a necessidade da aquisição de habilidades pelo domínio de técnicas corporais com estética própria. No entanto, mais que uma mera submissão corporal, elas se apresentam como necessárias à aquisição de



expertise, senso de comunidade, reforço da identidade e responsabilidade em relação ao cumprimento da missão institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O emprego de técnicas sobre o corpo é uma prática presente nas instituições militares. A profissão militar é composta de nuances que obrigam uma análise que ultrapasse a simplificação conceitual.

A perspectiva sociológica permite tanto uma análise econômica da submissão corporal que atende a uma sociedade voltada à produção, presente na obra de Michel Foucault, quanto uma abordagem do aspecto profissional que ultrapassa essa utilidade, decorrente da complexidade e das percepções multifacetadas das instituições garantidoras da ordem, em especial as militares.

Este artigo buscou demonstrar que a inserção da Ordem Unida como disciplina de apren-

dizado dos ingressos nas instituições militares pode ser entendida além da percepção de mera ferramenta de submissão.

A ampliação desse entendimento passa pela compreensão de que o profissionalismo militar exige a ampliação da abordagem meramente econômica, pois o exercício desse labor possui características ampliadas, que foram aprofundadas pela abordagem de Huntington.

Segundo o autor, a expertise não se restringe à obediência física, mas envolve o domínio de conhecimentos estratégicos e táticos para a profissão. O senso de comunidade e identidade vai além da apresentação coletiva, forjando laços de união e valores éticos que conscientizam o indivíduo da missão.

Por fim, a responsabilidade ressalta o compromisso da instituição com a sociedade e a neutralidade política, distanciando-a de um papel de ferramenta meramente econômica.

Assim, o presente estudo demonstra que a estética da Or-



dem Unida, embora funcione como mecanismo de docilização, também serve como alicerce para o desenvolvimento de uma identidade profissional militar, baseada em expertise, senso de corporação e responsabilidade institucional.

Dessa forma, a formação militar não se reduz à submissão, mas configura-se como um processo de construção de um agente estatal capacitado tecnicamente e eticamente comprometido com a ordem social.

Apesar das limitações do estudo, que se restringiu a uma análise genérica dos movimentos de Ordem Unida, sem distinção entre níveis de atuação (oficiais e praças), essa percepção pode contribuir para estudos futuros que levem em conta práticas específicas de formação de cada um desses grupos.

Outra abordagem está relacionada à análise de outras disciplinas de aprendizado que demonstrem o incentivo à autonomia na tomada de decisões.

Em relação à ampliação da discussão entre mera submissão econômica dos corpos e o contraponto da profissionalização militar, seriam valiosas futuras contribuições de autores como Morris Janowitz e Charles Moskos.

Janowitz³⁰, com seu conceito de militar gerencial, e Moskos³¹, com seu modelo Instituição/Ocupação, oferecem perspectivas complementares sobre a evolução e as tensões inerentes à profissão militar contemporânea.

Essas análises, somadas à proposta desse artigo, podem contribuir para a ampliação da compreensão das atribuições das instituições garantidoras da ordem, em um cenário em constante evolução, confirmando que a estética é apenas um dos aspectos da formação militar.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Comando de Operações Terrestres. Portaria nº 224, de 17 de dezembro de 2019. *Manual*



de Campanha EB70-MC-0308 – Ordem Unida. Brasília, 2019, 265 p.

BRASIL. Comando do Exército. Portaria nº 79, de 13 de julho de 2000. *Manual de Campanha C-22-5 – Ordem Unida*. Brasília: Centro Gráfico, 2000. 125 p.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Tradução de Ruy Coelho. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

HOBSBAWN, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

JANOWITZ, M. (1960). *The Professional Soldier: a social and political portrait*. Washington: Free Press, 1960.

MARCO FILHO, Luiz de. *História Militar da PMMG*. 6. ed. Belo Horizonte: Gradual, 1999. 106 p.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 399-422.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. *Manual de Ordem Unida*. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 2011.

MOSKOS, C. C. *From Institution to Occupation: trends in military organization*. armed forces & society, 4(1), 1977.

OLIVEIRA SOBRINHO, José Alves. *A formação profissional do PM: avaliação do modelo*. 1992. 82 f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 1992.



NOTAS

¹ HOBBSAWN, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

² GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

³ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhe. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

⁴ Ibid., p. 133.

⁵ Ibid., p. 139.

⁶ Ibid., p. 157.

⁷ MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

⁸ Ibid., p. 403.

⁹ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Tradução de Ruy Coelho. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

¹⁰ BRASIL. Comando do Exército. Portaria nº 79, de 13 de julho de 2000. *Manual de Campanha C-22-5 – Ordem Unida*. Brasília: Centro Gráfico, 2000, p. 1-1.

¹¹ Ibid.

¹² Ibid.

¹³ OLIVEIRA SOBRINHO, José Alves. *A formação profissional do PM: avaliação do modelo*. 1992. 82 f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de

Oficiais) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 1992, p. 23-24.

¹⁴ BRASIL, 2000, op.cit.

¹⁵ MINAS GERAIS. Polícia Militar. *Manual de Ordem Unida*. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 2011, p. 37.

¹⁶ MARCO FILHO, Luiz de. *História Militar da PMMG*. 6. ed. Belo Horizonte: Gradual, 1999.

¹⁷ OLIVEIRA SOBRINHO, op.cit.

¹⁸ BRASIL. Comando de Operações Terrestres. Portaria nº 224, de 17 de dezembro de 2019. *Manual de Campanha EB70-MC-0308 – Ordem Unida*. Brasília, 2019.

¹⁹ Ibid.

²⁰ Ibid., p. 1-3.

²¹ Ibid.

²² FOUCAULT, op.cit.

²³ BRASIL, 2019, op.cit., p. 2-2 e 2-3.

²⁴ Ibid., p. 3-1.

²⁵ Ibid., p. 1-17.

²⁶ HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

²⁷ A obra foi escrita em 1957, após a Segunda Guerra Mundial e a Guerra da Coreia, período no qual surgiram contestações e reflexos sobre o papel dos militares na sociedade e na política.



²⁸ BRASIL, 2019, p. 1-3.

²⁹ HUNTINGTON, op.cit.

³⁰ JANOWITZ, M. (1960). *The Professional Soldier: a social and political portrait*. Washington: Free Press, 1960.

³¹ MOSKOS, C. C. *From Institution to Occupation: trends in military organization*. *armed forces & society*, 4(1), 1977.

Ensaio interpretativo sobre uma guerra assimétrica

Armando Alexandre dos Santos ^a

Resumo: O ensaio examina a Guerra do Vietnã à luz do conceito de assimetria nos conflitos armados, articulando dimensões geográficas, estratégicas e psicológicas. Após distinguir guerras simétricas e assimétricas, situa o conflito vietnamita na tradição da guerrilha desenvolvida na Primeira Guerra da Indochina, ressaltando o papel da geografia do Sudeste Asiático — florestas densas, relevo montanhoso e fronteiras porosas — como fator favorável às forças *vietcongues*. Inserida no contexto da Guerra Fria, a guerra é interpretada como conflito limitado, no qual a superioridade tecnológica e o poder de fogo norte-americanos não se converteram em vitória estratégica. Sustenta-se que a derrota dos Estados Unidos ocorreu sobretudo no campo político e psicológico, em razão da erosão da vontade de combate e da eficácia da propaganda adversária, evidenciando a centralidade da dimensão moral nas guerras assimétricas contemporâneas.

Palavras-chave: Guerra do Vietnã; guerra assimétrica; Guerra Fria.

O presente texto é apenas um ensaio, que nem de longe pretende esgotar um tema amplo e controverso, passível de aprofundamentos e análises desde muito variados pontos de vista. Como todo ensaio, tem algo de pessoal e subjetivo, passível de correções e aperfeiçoamentos. E também tem

algo de aventura, característica apontada pelo grande ensaísta e mestre dos paradoxos Gilbert Chesterton (1874-1936), que afirmou ser o ensaio “a única forma literária que confessa, no seu próprio nome, que o ato temerário conhecido como

^a Professor e historiador, doutor em Filosofia e Letras. Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



escrever é realmente um salto no escuro.”¹

Já há algum tempo desejava escrever sobre a Guerra do Vietnã, conflito de grande importância na Guerra Fria que marcou profundamente toda uma geração. Procurei algumas referências na internet, mais precisamente no Google, o *pater asinarum* da atualidade, mas confesso que desisti de utilizá-las, em parte por sua extrema superficialidade, em parte pelo inegável facciosismo com que se referem à Guerra do Vietnã. Preferi utilizar uma única fonte, não isenta de defeitos, mas pelo menos mais confiável e sólida, que é a *História das Guerras*, organizada por Demétrio Magnoli². Nessa obra, em cuja confecção colaboraram numerosos estudiosos, o capítulo referente à “Guerras da Indochina” (p. 391-423) é de autoria do próprio Magnoli. Além dessa fonte bibliográfica, preferi apoiar-me na minha própria memória, já que acompanhei pessoalmente, com muito interesse, a maior parte da Guerra do Vietnã, quando adolescente e

jovem. No tocante à Primeira Guerra da Indochina, quase toda ela se passou antes de eu nascer, mas, mesmo assim, o tema me é grandemente familiar, porque acompanhei, durante anos a fio, três revistas universitárias francesas de História (*Miroir de l’Histoire, Historia e Historama*), e nessas revistas o tema das guerras coloniais na Indochina e na Argélia era recorrente.

Neste ensaio, pretendo focalizar uma característica fundamental da Guerra do Vietnã: seu caráter assimétrico.

ASSIMETRIA E ASSIMETRIA EM CONFLITOS ARMADOS

Há guerras simétricas e há guerras assimétricas. A diferença é conceitualmente bem clara para os estudiosos da História Militar.

A Primeira Guerra Mundial foi tipicamente um conflito armado simétrico, ou seja, entre nações bem definidas, mais ou menos dispendo da mesma força, usando mais ou menos as



mesmas armas e o mesmo modo de combater. Foi mera medição de forças (e sobretudo de vontades) em situação de quase paridade de recursos humanos e bélicos. Essa quase paridade dos dois conjuntos de nações envolvidas explica de ter o conflito durado quatro longos e intermináveis anos, desde 28 de julho de 1914 até 11 de novembro de 1918.

Já a “Guerra Brasílica” ou “Guerra da Luz Divina”, travada no Nordeste brasileiro entre 1630 e 1654 contra os holandeses calvinistas que nos invadiram e tentaram colonizar, foi tipicamente uma guerra assimétrica: de um lado, um exército europeu moderníssimo (para a época), bem armado e dispendo de todos os recursos técnicos, solidamente estabelecido em Olinda e no Recife, com bases bem assentadas em diversos pontos do litoral nordestino às quais tinha fácil acesso um eficiente serviço de apoio e remuniamento por mar, a partir da Holanda; de outro, os luso-brasileiros mal armados, mas conhecedores do terreno, dominando

todo o interior, travando uma efficacíssima técnica de guerrilhas e sobretudo, dispostos a defender de todos os modos sua terra e sua fé contra os invasores. Mesmo nas três grandes batalhas campais do conflito, em que se fugiu um tanto do modelo guerrilheiro e se aproximou mais do que poderia ser entendido como um combate clássico, entre exércitos regulares, a assimetria estava muito marcada no armamento e na própria organização dos confrontantes.

Outra guerra tipicamente assimétrica foi a Primeira Guerra da Indochina, travada contra a dominação colonial francesa, entre o fim da Segunda Guerra Mundial e 1954. Nela é que se desenvolveu e praticou de modo claro o sistema de guerrilhas, pelo qual um adversário mais fraco se serve da mobilidade, das condições geográficas e climáticas, do elemento surpresa e da propaganda psicológica para desgastar e desmobilizar um inimigo muito mais poderoso e organizado. Esse sistema seria, no mesmo local,



aplicado com ainda maior desenvolvimento na Guerra do Vietnã, travada de 1960 a 1975 entre os dois Vietnãs, o do Norte e o do Sul, ajudado este (até 1973) pelos Estados Unidos, e aquele sustentado pelas potências comunistas.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO SUDESTE ASIÁTICO

Do ponto de vista geográfico, a região conflagrada constitui o lugar ideal para um conflito assimétrico.

O Sudeste Asiático é composto fundamentalmente pelo Vietnã (entre 1954 e 1975 dividido em dois, o Vietnã do Norte, comunista, e o Vietnã do Sul, pró-Ocidente), pelo Laos, pelo Camboja e pela Tailândia (antigo Reino do Sião). O foco principal da luta foi o Vietnã, que tem a forma sinuosa de um longo e retorcido S. Bem ao norte, não distante da fronteira chinesa, situa-se Hanói, cidade importante, que foi durante muito tempo a capital do Vietnã do Norte. Quase no extremo sul,

confrontando com a província da Cochinchina, situa-se Saigon, cidade bastante importante e populosa, que foi capital do Vietnã do Sul e, agora, renomeada Ho-Chi-Min-Ville, é a capital da República do Vietnã, até hoje oficialmente comunista.

Ao longo de toda a orla marítima, desde o golfo de Tonquim, ao norte, até o extremo sul da Cochinchina, havia povoados e cidadeszinhas, localizando-se nessa orla a maior parte da população civil. Para o interior, seguia-se uma faixa não muito larga de planícies com arrozais, e logo a seguir se fechava a vegetação numa floresta luxuriante que ia subindo cada vez mais, até chegar a uma cadeia de montanhas elevadas, que dividia o Vietnã dos vizinhos Laos e Camboja. Do outro lado, ia a topografia descendo, em direção ao importante vale do rio Mekong, que dividia o Laos da Tailândia, depois cortava o Camboja ao meio e, por fim, penetrava em território vietnamita, ao sul de Saigon, já em plena Cochinchina. A região das montanhas cobertas



de florestas constituía o terreno ideal para uma guerra assimétrica, como é, por excelência, a de guerrilhas.

Já a Guerra da Indochina, contra os franceses, foi assimétrica, como metaforicamente o reconheceu o generalíssimo vietnamita Nguyen Van-Giap:

Será a guerra entre um tigre e um elefante. Se acaso o tigre parar, o elefante o transpassará com suas poderosas presas: só que o tigre não vai parar; ele se esconde na selva durante o dia para só sair à noite; ele se lançará sobre o elefante e lhe arrancará o dorso por grandes nacos, depois desaparecerá e, lentamente, o elefante morrerá de exaustão e de hemorragia.³

A Guerra da Indochina terminou em 1954, com a retirada dos franceses e a divisão do Vietnã em dois países, como acima aludido. Após alguns anos de relativo apaziguamento, por volta de 1960 se reacenderia o conflito, com o Norte acolhendo vietnamitas do Sul, partidários do regime

comunista – os chamados *vietcongues*, armando-os, treinando-os e lançando-os em sucessivas ofensivas contra o regime do Sul. Teve início, então, propriamente a chamada Guerra do Vietnã, que só pode ser bem entendida se considerada no contexto mais amplo da Guerra Fria.

O CONTEXTO DA GUERRA FRIA

Guerra Fria é como se designa o longo período de confrontação estratégica e política entre os Estados Unidos e a União Soviética, desde o final da Segunda Guerra Mundial até o desabamento do império soviético, ocorrido em 1991. Nesse período, as duas superpotências não se enfrentaram militarmente de modo direto, mas fizeram-no indiretamente, em numerosos conflitos localizados na imensa “terra de ninguém” disponível em quase todo o globo terrestre. Corrida armamentista, corrida espacial, guerra de propaganda, terceiro-mundismo, “descolonização”,



guerra psicológica revolucionária etc. foram aspectos ou episódios dessa guerra.

Em fins da década de 1970, o bloco comunista estava levando nítida vantagem e parecia destinado a isolar os Estados Unidos e dominar o mundo inteiro, mas a situação inverteu-se com a eleição de Ronald Reagan (1981-1989), apoiado por Margaret Thatcher, a “Dama de Ferro” que esteve à testa do governo inglês de 1979 a 1990. Esses dois notáveis estadistas, com pulso firme, conseguiram inverter um quadro que parecia irremediavelmente comprometido, de modo que foi a União Soviética que desabou espetacularmente, revelando ao mundo a triste realidade de miséria e ditadura que durante décadas procurara velar.

ASSIMETRIA DO CONFLITO

Na Guerra do Vietnã, os Estados Unidos sofreram vergonhosa derrota no campo político, diplomático e propagandístico, mais

do que no campo militar propriamente dito.

Numa primeira fase dessa guerra, correspondente aos seus três primeiros anos, a política da defesa do Vietnã do Sul contra os ataques dos *vietcongues* apoiados pelo Vietnã do Norte foi muito clara. O regime, comandado pelo presidente Ngo Dinh Diem (1901-1963), adotava uma política de oposição total. Armava a população civil, até mesmo nas remotas aldeias perdidas entre as montanhas. Quando chegavam os guerrilheiros vietcongs, geralmente durante a noite, eram recebidos à bala e rechaçados.

Em 1963, Ngo Dihn Diem foi assassinado em circunstâncias até hoje não inteiramente esclarecidas e houve, no Vietnã do Sul, uma mudança estratégica decisiva. Assumiu um grupo político novo, que preferiu desarmar a população civil, confiando em que o Exército sul-vietnamita, auxiliado pelos norte-americanos, seria suficiente para enfrentar a guerrilha. Nos Estados Unidos, também cresceu o apoio militar, na



esperança de uma vitória fácil, e foi cada vez mais crescendo o contingente de tropas mandado para a região.

Dessa forma acentuou-se a assimetria do conflito, com o que somente lucraram os *vietcongues*.

Nas regiões montanhosas, que constituíam a maior parte do território do Vietnã do Sul, a população se agrupava em pequenas aldeias isoladas que ficavam, praticamente, à mercê dos guerrilheiros. Quando estes chegavam, à noite, se não eram bem recebidos chacinavam impiedosamente a população desarmada. Esta se via, pois, constringida a dar apoio logístico aos *vietcongues*, e a se afastar cada vez mais da fidelidade ao regime do sul, para não correr risco de violentas retaliações por parte dos comunistas.

Isso fez com que, gradualmente, o país fosse, em tese, Vietnã do Sul, mas na prática fossem os nortistas quem realmente dominava. Mais um elemento de assimetria do conflito.

Acrescente-se, ainda que a geografia local oferecia outros

elementos favoráveis à guerrilha: chuvas torrenciais quase o ano todo, produzindo imensos lamaçais que dificultavam o transporte de veículos pesados, e ocasionando também febres palustres e malária, moléstias contra as quais a população local já havia desenvolvido anticorpos, mas que atingiam de modo inclemente os europeus e os norte-americanos pouco habituados à região.

Geograficamente, ainda, o fato de serem tão permeáveis as fronteiras do Vietnã do Sul com o Laos e o Camboja, facilitava muito a guerra de guerrilhas, pois os vietcongs, treinados no Vietnã do Norte, desciam pela famosa Trilha de Ho-Chi-Min, através do Laos e do Camboja, e penetravam impunemente em qualquer ponto do Vietnã do Sul. Mas os sul-vietnamitas e os seus aliados norte-americanos eram forçados a tomar extremo cuidado no seu relacionamento diplomático com Laos e Camboja, evitando ultrapassar certos limites a partir dos quais China e URSS se sentissem ameaçadas e decidissem



interferir, internacionalizando o conflito e conduzindo-o eventualmente a uma nova Guerra Mundial.

Na realidade, como bem observa Magnoli “os Estados Unidos jamais ultrapassaram a fronteira da guerra limitada”⁴. Apesar de terem colocado no Sudeste Asiático mais de meio milhão de homens, jamais tomaram inteiramente atitude de quem quer efetivamente vencer a guerra. Ficaram todo o tempo prisioneiros de uma estranha inibição. O próprio Robert McNamara, que durante muitos anos foi o responsável pela condução da política externa norte-americana, reconheceria, em 1996, que o governo americano, contrariamente à opinião dos chefes de seu estado-maior, nunca quis tomar atitudes mais enérgicas que ameaçassem chegar a uma confrontação com a China ou a URSS⁵.

“No quadro da guerra limitada, as forças americanas venciam batalha após batalha, tomando áreas ocupadas pelo inimigo, apenas para vê-las

recuperadas pelos guerrilheiros após a partida das tropas dos Estados Unidos.”⁶

Tudo isso marca bem a extrema assimetria da Guerra do Vietnã. De um lado, os Estados Unidos eram olímpicamente vitoriosos. Tinham a hegemonia aérea absoluta, reconquistavam sistematicamente todos os terrenos tomados pelas sucessivas ofensivas *vietcongues*, matavam muito mais inimigos do que perdiam seus homens... mas perderam a guerra! Os Estados Unidos despejaram 8 milhões de toneladas de bombas sobre os seus adversários, quantia correspondente a quatro vezes o que foi usado ao longo de toda a Segunda Guerra Mundial⁷, mas essa incrível exibição de força, precisamente por causa da assimetria da guerra, em larga medida devida às condições geográficas, de pouco adiantou!

BALANÇO FINAL DE UMA GUERRA ASSIMÉTRICA

A Guerra do Vietnã não foi perdida militarmente pelos



Estados Unidos. Do ponto de vista da estratégia militar, ela foi apenas mal conduzida, mas poderia ter sido corrigida sem dificuldade. Ela foi perdida politicamente, no campo da propaganda, da chamada guerra psicológica.

A imprensa ocidental – inclusive, e sobretudo, a norte-americana – foi a que mais se opôs à guerra, que era apresentada como impopular, como antipática. Chegou-se ao extremo de veteranos de guerra norte-americanos, condecorados por seu valor em campos de batalha, aderirem a manifestações contra a guerra diante do Pentágono, jogando ao chão, com desprezo, as condecorações recebidas. Como manifestação de triunfo de uma guerra psicológica e de propaganda, não conheço nada igual.

Os *vietcongues* venceram, não porque eram fortes e superiores no campo de batalha, mas unicamente porque, de acordo com os ensinamentos do genial filósofo e teórico militar chinês Sun Tzu (544 - 496 a.C.), conseguiram

que os norte-americanos perdessem a vontade de lutar e vencer.

Desde 1969, os Estados Unidos deram início a uma nova política, chamada de “vietnamização da guerra”. Entenda-se: crescente desinteresse pela guerra, que afinal de contas era um negócio a ser resolvido entre si pelos vietnami-tas do Norte e os do Sul. Os teóricos da “vietnamização” não diziam isso com essa clareza, evidentemente, mas pregavam que os Estados Unidos deviam armar e fortalecer seus aliados sul-vietnamitas para que estes vencessem a guerra por si mesmos e sem precisar da presença de tropas norte-americanas. Essa política foi sendo desenvolvida nos anos seguintes, até que em 1973, os norte-americanos decidiram retirar todas as suas tropas do país. Na verdade, bateram vergonhosamente em retirada.

A luta ainda prosseguiu por mais dois anos, entre sulistas e nortistas. Mas, em 1975 o Vietnã do Sul caiu, e teve início a dominação comunista em todo o país. De acordo com a famosa teoria



geopolítica do dominó, caíram também, em sequência, Laos e Camboja. Nesse último país, a chacina e o genocídio praticados pelos fanáticos do *Khmer-Rouge* foram além de todo o imaginável. Entre 1975 e 1979, mais de 2 milhões de pessoas foram barbaramente assassinadas; bastava alguém usar óculos para ser fuzilado ou abatido a golpes de enxada, por ser “intelectual” e “inimigo do povo trabalhador”!

O conflito do Vietnã foi muito importante no desenvolvimento da doutrina militar norte-americana, como registra Magnoli:

O estilo americano de guerra, delineado na Guerra da Secessão, alcançou seu apogeu na Segunda Guerra Mundial. Esse estilo se baseava na mobilização geral das forças de uma poderosa economia industrial, numa rude estratégia de atrito, na superioridade oferecida por um poder de fogo arrasador, na tática de ofensivas diretas e decisivas. A Guerra da Coreia revelou, pela primeira vez, as limitações dessa tradição militar e a Guerra do

Vietnã assinalou seu esgotamento.⁸

Paro por aqui. Julgo ter mostrado suficientemente a influência da geografia sobre os resultados da guerra assimétrica do Vietnã. Foi enorme, mas não foi decisiva. O fator decisivo, a meu ver, foi o lado psicológico e propagandístico. Nesse campo é que o Ocidente se encontrava despreparado, desmobilizado, acovardado. E por isso mesmo foi derrotado.

Concluo, mais uma vez, citando Magnoli:

Contrariamente ao mito popular, os Estados Unidos não foram derrotados nas florestas do Vietnã, mas no campo de batalha da opinião pública americana. Historiadores que, corajosamente, encaram as indagações contrafactuais sustentam com argumentos poderosos a tese de que a decisão política da retirada americana representou a renúncia à perspectiva realista de vitória militar.⁹



Mais uma vez se confirmou assim a sabedoria dos ensinamentos de Sun-Tzu.

BIBLIOGRAFIA

CHESTERTON, G. K. *O Tempero da Vida e Outros Ensaio*s. Rio de Janeiro: Graphia, 2010, p. 11.

¹ CHESTERTON, G. K. *O Tempero da Vida e Outros Ensaio*s. Rio de Janeiro: Graphia, 2010, p. 11.

² MAGNOLI, Demétrio. *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2006.

³ FERRO, Marc. *História das colonizações*. São Paulo: Companhia das Letras,

MAGNOLI, Demétrio. *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2006.

FERRO, Marc. *História das colonizações*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NOTAS

1996, p. 315-316, apud MAGNOLI, op.cit., p. 395.

⁴ MAGNOLI, op.cit., p. 416.

⁵ Ibid., p. 416-417.

⁶ Ibid., p. 417.

⁷ Ibid., p. 419.

⁸ Ibid., p. 418.

⁹ Ibid., p. 392.

Flavio Renato Vegecio y su Aporte sobre el Arte Militar

Carlos María Fraquelli ^a

Resumen: El presente artículo examina la obra *Epitoma Rei Militaris* de Flavio Renato Vegecio, escrita entre fines del siglo IV e inicios del V d.C., como una fuente fundamental para comprender el arte militar romano en la Antigüedad Tardía. A través de un enfoque analítico, se contextualiza la figura del autor, sus motivaciones y su método de recopilación de doctrinas, ordenanzas y tradiciones marciales del Imperio Romano. El compendio es abordado como un antecedente directo de los manuales de campaña modernos, con especial énfasis en su estructura en cuatro libros, que tratan desde el reclutamiento e instrucción hasta la táctica, logística, fortificaciones y guerra naval. Se destaca la influencia de Vegecio en la tradición militar occidental, desde la Edad Media hasta el Renacimiento, y su valor pedagógico actual para profesionales militares. Finalmente, se valora su legado como puente entre el pensamiento militar de la Antigüedad y el mundo moderno.

Palabras clave: Vegecio, Arte militar romana, *Epitoma Rei Militaris*, Disciplina, Historia de la guerra.

INTRODUCCIÓN

Flavio Renato Vegecio (en latín, *Flavius Vegetius Renatus*), conocido simplemente como Vegecio (o *Vegetius*) escribió, entrado el siglo IV d. C., época final del Imperio Romano, un tratado militar

cuyo título en latín es “*Epitoma Rei Militaris*”.

Su obra es básicamente una recopilación o compendio de distintos aspectos relativos a la forma de hacer la guerra de los ejércitos romanos en los tiempos finales del imperio. Los temas

^a Coronel de Infantería do Exército Argentino, mestre em História da Guerra.



contenidos en el compendio de Vegetio, estructurado en cuatro libros (cada uno de ellos encabezados con un prefacio), abarcan aspectos que van desde detalles del reclutamiento y entrenamiento del combatiente individual básico, pasando por aspectos relativos a cuestiones de táctica, estrategia y logística, llegando a hacer referencia a cuestiones más complejas como las fortificaciones, las composiciones de las legiones romanas, los instrumentos y las máquinas para realizar asedios y la forma de llevar adelante la guerra naval.

El trabajo de Vegetio es considerado por algunos estudiosos como la única obra que sobrevivió completa respecto a los temas militares de la antigua Roma, con características equiparables a las instrucciones que proporcionan los manuales de campaña y las prescripciones reglamentarias. Es aquí, en donde radica la originalidad de este compendio, que influenció a muchos pensadores militares y conductores de la Edad Media y del Renacimiento, y

que, según algunos investigadores, fue la obra más leída no sólo en el medioevo, sino como parte de la literatura militar occidental hasta que, en el año 1832, fue publicada “*Vom Krieg*” (De la Guerra) por la viuda del general prusiano Carl Von Clausewitz.

En la obra “*Roots of Strategy, The 5 Greatest Military Classics of All Times*” (“*Raíces de la Estrategia, Los 5 Más Grandes Clásicos Militares de Todos los Tiempos*”), aparece la obra de Vegetio, acompañada por “*El Arte de la Guerra*” de Sun Tzu, por “*Mes Rêveries*” (1732) de Mauricio de Sajonia, por “*Las Instrucciones Militares del Rey de Prusia a sus Generales*” (1747) de Federico II el Grande y por las “*Máximas Militares*” de Napoleón Bonaparte, como los trabajos militares escritos antes del siglo XIX más influyentes, siendo la obra de Sun Tzu la más antigua y el primero de los tratados sobre el tema (escrita alrededor del año 500 a. C.) y siguiéndole a ésta la de Vegetio.

En este trabajo se buscará realizar una contextualización y



un posterior análisis de la obra de Flavio Renato Vegecio, determinando cuáles son los conocimientos militares más importantes de este compendio referidos a temas de la instrucción, del pensamiento militar y del arte de la guerra, y cómo esta obra puede llegar a servir de fuente de transmisión de conocimientos y costumbres militares sobre la guerra antigua de los últimos años del Imperio Romano.

DESARROLLO

a) ¿Quién fue Flavio Renato Vegecio?

No es fácil rescatar los pocos datos biográficos que existen acerca de Vegecio, dado que la poca información disponible sobre este autor y analizada por la mayoría de los historiadores se desprende de sus dos escritos conocidos: el ya mencionado “*Epitoma Rei Militaris*” y “*Digesta Artis Mulomedicinae*” (conocido simplemente como “*Mulomedicina*”), un tratado sobre medicina

veterinaria orientado hacia mulas, equinos en general y bovinos.

Se aprecia que Vegecio, tuvo como nombre de nacimiento el de “*Publio Vegecio Renato*”, como así lo testimonian los manuscritos más antiguos que se encontraron de sus dos obras. El gentilicio “*Flavio*”, no haría referencia a nombre propio alguno, sino que era un tratamiento especial que se les hacía a los altos funcionarios del imperio, y que Vegecio habría obtenido producto de su ascenso en la carrera de la administración imperial, reflejando su prestigio y servicios para con el emperador. El nombre “*Renato*” (que significa “renacido”) demuestra la profesión de la fe cristiana por parte de Vegecio, como queda plasmado en sus escritos, ya que es una de las denominaciones que en la época llevaban aquellos que seguían la religión de Cristo como renacidos en la fe o en la espiritualidad.

Del “*Epitoma Rei Militaris*”, se puede deducir que Vegecio no proviene de la casta militar ni tuvo grandes experiencias



prácticas como combatiente o soldado. La finalidad de su obra es recopilar todos esos conocimientos militares que hicieron grande a la antigua Roma, para ser empleados por el emperador y sus comandantes.

Basándose en su otra obra, "*Digesta Artis Mulomedicinae*", muchos académicos sostienen que Vegecio era un experto en ganado equino, siendo un gran criador de caballos que recorrió los más recónditos confines del imperio, como él mismo refiere. Dado que por aquella época los principales establecimientos de producción equina y remonta estaban situados en Galia y en la Península Ibérica, se suele relacionar la procedencia de Vegecio con esos lugares, incluyéndolo como integrante propietario de la aristocracia senatorial dedicada a la cría de este tipo de ganado.

El dominio del latín, lengua en la que Vegecio escribe las dos obras mencionadas, la aplicación de la retórica y el buen uso de la gramática (con su prosa fluida y concisa), demuestran su sólida

formación romana. A esto se agrega el conocimiento acabado que demuestra de los clásicos latinos y de la tradición literaria romana, aspectos que evidencian la formación occidental de Vegecio, a la vez que lo sitúan dentro de las más altas clases sociales.

Respecto a su posición social, los manuscritos también confirman que Vegecio pertenecía a la orden senatorial, ya que se lo menciona como *illustris vir* y con el título de *comes* (conde). Ese tratamiento de *illustris*, era aplicado a los cargos particulares de la administración civil y a los empleos militares (como jefe de caballería, de infantería y de la guardia imperial) del Imperio Romano. Al referir su ya mencionada falta de experiencia militar, y ser al mismo tiempo tratado con semejante rango, Vegecio habría sido un alto funcionario de la administración civil o de las finanzas del imperio.



b) La época de Vegecio y de sus obras

La cronología de la vida del propio Vegecio también se deduce del análisis de sus obras, dado que no existen otro tipo de fuentes que permitan situar históricamente en tiempo la figura de Vegecio. No se conoce la fecha ni de su nacimiento ni de su muerte, como tampoco algún otro dato biográfico contundente fuera de lo expresado en sus escritos.

En lo que respecta a la fecha de la redacción del “*Epitoma Rei Militaris*”, el consenso entre los historiadores sitúa a la obra entre dos fechas límites: entre los años 383 d. C. y 450 d. C. La elección de dichas fechas se basa en que Vegecio menciona en su obra al emperador Flavio Graciano Augusto (conocido como Graciano el Joven) dándole ya tratamiento póstumo, y dicho emperador murió el 25 de agosto del año 383 d. C.; mientras que el año 450 d. C., es la fecha en que fue realizada una copia de un manuscrito de la obra

por un copista de nombre Flavio Eutropio en Constantinopla.

Los años mencionados, son así los límites de fechas aceptados académicamente para situar históricamente en tiempo a Vegecio y su obra.

c) El título y la finalidad de la obra de Vegecio

La forma más antigua en la que se menciona a la obra de Vegecio es “*De Rei Militaris*” (en castellano: “Sobre Asuntos Militares” o “Sobre el Tema de la Guerra”), apareciendo así en las traducciones medievales de los manuscritos en latín. Pero, según el respetado profesor emérito de la Universidad de Cambridge, Michael Reeve, quien se dedicó durante siete años a recopilar y estudiar todos los manuscritos de la obra de Vegecio, sostiene que las versiones más autorizadas lo llaman “*Epitoma Rei Militaris*” (o también, “*Epitoma Institutorum Rei Militaris*”).

La palabra latina “*Epitoma*” es empleada para referirse al resumen de una obra ya elaborada.



Pero la obra de Vegetio, es más un compendio que un mero resumen, ya que como manifiesta el mismo autor, se dedica a compilar aquellas informaciones que considera pertinentes al consultar distintas fuentes. La obra de Vegetio se diferencia de otros resúmenes y compendios (escritos por distintos autores romanos sobre diversa temática), porque este autor utiliza la información recopilada para realizar un trabajo de elaboración personal, tocando los temas militares desde su propia perspectiva.

Es así, que en el prefacio del primer libro de su obra, Vegetio deja ver que escribió este compendio con una doble finalidad: por un lado, reunir en un sólo trabajo todas aquellas informaciones aptas y oportunas dispersas en otras obras que tratan temas militares; por el otro, luego de reunidos estos datos, tratarlos en forma sistemática, explicando abiertamente y de manera comprensible algunas cuestiones referidas a temas militares que pueden aparecer como confusos y de

esta manera, hacerlos de utilidad para la felicidad del Imperio Romano.

d) Las fuentes utilizadas por Vegetio

Vegetio hace mención varias veces a lo largo de su obra a las fuentes que utilizó. Ya en el prefacio del primer libro explica que su trabajo es una recopilación de las instrucciones y observaciones de antiguos historiadores de asuntos militares o de quienes escribieron sobre ellos.

Respecto a los historiadores y sus obras historiográficas, Vegetio los señala como fuente documental e informativa de particular significancia para describir los antiguos usos y costumbres militares, siendo también éstas las fuentes de los ejemplos históricos que va detallando a lo largo de su obra.

Vegetio también utiliza como fuente, la obra de expertos sobre temas militares. El autor indica con claridad (capítulo 8 libro 1) que sus fuentes de este tipo son: Catón el Censor (234 al 149 a. C.)



quien escribió sobre la disciplina militar; Aulo Cornelio Celso (circa 25 a. C. al 50 d. C.) y Sexto Julio Frontino (circa 30 al 103 d. C.), recopiladores en sus respectivas obras sobre información del arte militar; Publio Tarutieno Paterno (siglo II d. C.), mencionado como distinguido estudioso del derecho militar. Además, agrega las reglamentaciones impuestas en materia militar por los emperadores Augusto (que reinó desde el 27 a. C. al 14 d. C.), Trajano (emperador desde el año 98 al 117 d. C.) y Adriano (quien gobernó desde el año 117 hasta 139 d. C.). De esta manera, se vale tanto de la literatura que expone sobre cuestiones técnicas de la guerra, como de aquella referida a las regulaciones, los reglamentos y las leyes militares.

La historiografía también proporciona a Vegetio documentación de gran utilidad sobre comandantes destacados de la historia de Roma, a quienes coloca como ejemplos para ilustrar los conceptos militares que va tratando en su compendio. Así, por

ejemplo, cuando hace referencia al entrenamiento en el paso, la carrera y el salto (capítulo 9 del libro 1) relata que Pompeyo el Grande (106 a. C. al 48 a. C.) disputaba su superioridad en el salto con los más activos, en la carrera con el más raudo y en los ejercicios de fuerza con los más robustos; o cuando explica cómo manejar tropas indisciplinadas y novatas (capítulo 10 libro 3) refiere a Cayo Mario (circa 157 a. C. al 86 a. C.), quien logró reunir a las tropas dispersas, disciplinarlas y derrotar a una gran cantidad de enemigos en una batalla campal en la Galia; o cuando trata el tema de defensa contra carros con gadañas y elefantes, menciona que los elefantes fueron llevados contra los romanos en Lucania por Pirro (318 al 272 a. C.) y que después fueron adoptados por Aníbal Barca (247 al 183 a. C.). Otros destacados jefes militares que aparecen mencionados son: Gneo Pompeyo el Grande (106 a. C. al 48 a. C.), Quinto Cecilio Metelo Escipión (c. 99 a. C. al 46 a. C.), Publio Cornelio Escipión (c. 255 al 211 a.



C.), y Quinto Sertorio (122 a. C. al 72 a. C.).

Vegecio combina las fuentes documentales con las obras de carácter militar.

e) La dedicatoria al emperador de Roma

Teniendo en cuenta lo convenido por la gran mayoría de los académicos, que la obra de Vegecio fue escrita entre los años 383 d. C. y 450 d. C, se puede llegar a una aproximación de quien fue el emperador a quien Vegecio dedicó su libro inicial y le pidió que su obra fuera ampliada a los cuatro libros que forman la obra ya terminada. Se debe tener en cuenta que este es el punto más controversial sobre Vegecio y su obra, en el que los académicos no han logrado ponerse de acuerdo.

Entre los años limite en que se admite que fue escrita la obra, los emperadores romanos fueron: Valentiniano II (375 al 392 d. C.), Teodosio I el Grande (379 al 395 d. C.), Honorio (393 al 423 d. C.), Arcadio (383 al 408 d. C.),

Teodosio II (408 al 450 d. C.) y Valentiniano III (414 al 455 d. C.).

Existen dos posturas entre los historiadores sobre quien fue el emperador a quien Vegecio dedicó la obra: una que indica que fue el emperador Valentiniano III (quien reinó desde el 23 de octubre del 425 al 16 de marzo de 455) y otra que sostiene que fue el emperador Teodosio I el Grande (quien finalizó su reinado el 17 de enero de 395).

Ambas posturas cuentan con sus sostenedores y detractores, pero, aunque no se pueda determinar el nombre propio del emperador, lo cierto es que Vegecio, como afirma en el prólogo de sus tres primeros libros, ofrece y dedica su trabajo a la majestad que gobierna el imperio en el momento de su publicación y que ordenó la ampliación de su trabajo inicial, llevándolo a los cuatro libros finales.

f) Los cuatro libros y su contenido

Vegecio estructura su obra en cuatro libros, con una previa introducción general explicando



qué temas serán tratados en cada uno de ellos. Cada libro comienza con un prólogo y desarrolla en cada capítulo (de uno o pocos párrafos cada uno de ellos) los diferentes temas.

(1) El primer libro

Este libro se refiere a dos temas prioritarios: el reclutamiento o leva y la instrucción del combatiente individual romano.

Antes de indicar cómo debe ser el recluta, Vegetio refiere que el continuo entrenamiento militar y la exacta observancia de la disciplina (un tema recurrente en su obra) fueron los aspectos que llevaron a la Roma de antaño a su grandeza.

Respecto a la selección de los reclutas, los aspectos más destacados expuestos en la obra son: la preferencia de alistar campesinos por estar mejor capacitados para empuñar las armas y estar menos familiarizados con los placeres de la vida, la pubertad como momento adecuado para incorporar jóvenes a las filas y la altura ideal que debe tener un combatiente,

llegando a la conclusión de que dicha cualidad no era tan importante como la fortaleza. También, sostiene que los herreros, los carpinteros, los carniceros y los cazadores, resultan el personal más apto para ser reclutado y hace hincapié en que los largos períodos de paz produjeron una negligente selección de las levas.

Respecto a la instrucción militar, Vegetio sostiene que lo primero que se debe enseñar al recluta es el paso (unas veinte millas en cinco horas), el paso rápido (unas veinticuatro millas en el mismo tiempo), la carrera (para poder cargar al enemigo con vigor), el salto (para superar fosos u obstáculos), la natación (ya que no siempre será posible atravesar los ríos por puentes) y la práctica constante de la equitación.

Este primer libro, también indica la importancia de realizar ejercicios en guarnición con escudos y palos del doble de peso de los empleados en combate, y enseña cómo usar la espada, el ejercicio de la esgrima, el uso de las



armas arrojadas (jabalina), el empleo del arco (a pie y montado), el uso de la honda, el lanzamiento de piedras y los ejercicios con dardos pesados. Indica que los soldados deben acostumbrarse a realizar desplazamientos con un peso no menor a sesenta libras (unos 20 kilogramos), que es el peso de sus armas.

A los campamentos atrincherados y a las fortificaciones, Vegetio dedica varios capítulos, explicando su utilidad para el descanso, la elección del mejor lugar para emplazarlos y cómo reforzarlos con zanjas y empalizadas.

Por último, cierra el capítulo indicando la importancia de que la infantería y la caballería realicen tres marchas al mes de diez millas de distancia (unos 15 kilómetros) por terrenos con dificultad y montañosos, y vuelve a referir la importancia de la disciplina como único camino hacia la victoria y como requisito en la selección y enteramiento de las nuevas levas.

(2) El segundo libro

El tema general de este libro es la antigua legión. Contiene las costumbres de la antigua milicia, que siendo observadas permiten formar a la infantería del ejército. Aquí, Vegetio mezcla información de legiones romanas de distintos períodos para realizar su exposición.

Indica que la institución militar se compone de tres partes: la caballería, la infantería y la marina; y refiere la diferencia entre las legiones y los auxiliares, que eran cuerpos a sueldo, provenientes de distintas partes del imperio.

A continuación, explica la división de la legión en cohortes y el nombre de sus principales integrantes (soldados y oficiales), y describe las obligaciones de las distintas autoridades militares (prefecto de la legión, prefecto del campamento, prefecto de los obreros y tribuno militar).

Como tema final de este libro, Vegetio se dedica a explicar cómo forma la legión (orden de batalla) y su funcionamiento en la batalla,



que comienza con el enfrentamiento de un muro de armaduras y finaliza con la persecución a cargo de tropas ligeras y de la caballería.

Dentro del funcionamiento de la legión, Vegetio también refiere cuestiones administrativas (guardias, pagos, licencias) y señala la importancia de que los reclutas sepan leer y escribir.

Para terminar este libro, el autor vuelve a mencionar la importancia de ejercitarse continuamente (indica que la palabra “ejército” deriva de “ejercicios”), de forma que los combatientes acostumbrados al trabajo en la paz no encuentren dificultades en la guerra. En un último apartado expone sobre las máquinas de guerra (ganchos de hierro, guadañas, canoas, puentes, arietes, torres móviles, etc.) e indica su necesidad para el asedio a las fortificaciones o el vadeo de obstáculos.

(3) El tercer libro

Este libro trata todos aquellos temas relativos a las técnicas necesarias para el combate

terrestre. En su prólogo, aparece la máxima de Vegetio que más trascendió a lo largo del tiempo: “si quieres la paz, prepárate para la guerra”. Se encuentra escrita en latín como: “*Igitur qui desiderat pacem, praeparet bellum*” (cuya traducción más correcta sería: “aquellos que desean la paz, que se preparen para la guerra”).

Entre los temas tratados, Vegetio se dedica a varios aspectos puntuales de logística (de personal y material) y de apoyo de combate: medios para mantener la salud, las precauciones para la provisión de forraje y abastecimientos, la forma de prevenir motines, las señales militares y las disposiciones para las marchas.

Luego se explican todas las consideraciones previas a la batalla, las disposiciones a tener en cuenta por el comandante y las tácticas de confrontación (como, por ejemplo, la elección del modo de ataque y del campo de batalla, y la disposición de caballería, de los carros, de los elefantes, de las reservas y la ubicación del jefe y su segundo en el dispositivo).



Vegecio también menciona la forma de realizar una retirada ordenada (rehusar de la batalla, si ésta no conviene) y explica cómo recuperarse de una derrota.

El autor cierra este tercer libro con un capítulo dedicado a las reglas generales de la guerra, en donde expone una serie de máximas, comparables con los principios de la guerra o de la conducción, presentes en las doctrinas de todos los ejércitos.

(4) El cuarto libro

Aquí Vegecio desarrolla dos grandes temas: primero, las fortificaciones y las máquinas de guerra con las que se asedian y se defienden las ciudades; y segundo, todas las cuestiones relativas a la guerra naval.

Entre los primeros artículos sobre la guerra de sitio, Vegecio desarrolla temas referidos a la fortificación, explicando cómo hacer murallas, fosas, zanjas y protecciones. Trata también el tema logístico para este tipo de guerra: el aprovisionamiento de munición, agua y enseres para las

armas y la forma de prevenir la falta de sal, todos aspectos importantes para poder defender las plazas que son sitiadas o asediadas.

A continuación, se describen las diferentes máquinas de guerra y armas utilizadas en los asedios (torres de asedio, minas, balistas, ballestas, guadañas, hondas, escaleras, etc.) y algunas particularidades de su empleo. Se enumeran también, consideraciones sobre cómo realizar los asedios, sobre los sistemas más oportunos para neutralizar dichas máquinas y sobre los procedimientos empleados por los asediados para repeler los ataques.

Respecto a la guerra naval, Vegecio comienza exponiendo los fundamentos de las flotas romanas, los principios de la guerra naval y cómo se construyen los barcos. Luego, hace consideraciones sobre la importancia del conocimiento de los vientos para la navegación, de cuáles son los meses más seguros para hacerse a la mar, de las proximidades de las tormentas y de las formas de



predecir el buen y mal tiempo. Finaliza los temas relacionados a la guerra en el mar, haciendo referencia a los preceptos para realizar un combate naval en forma correcta y enumerando las armas empleadas en la guerra en el mar.

CONSIDERACIONES FINALES

La investigación realizada en los párrafos precedentes, permite concluir que el compendio escrito por Flavio Renato Vegecio podría constituir un verdadero manual de campaña o reglamento militar (si bien no hay constancia histórica de que haya sido escrito con esa finalidad), digno de ser consultado por comandantes y oficiales romanos para enseñar y adiestrar las tropas en múltiples aspectos sobre el arte de la guerra.

Algunos autores sostienen que la obra de Vegecio está orientada a describir cómo funcionaba el ejército romano de épocas anteriores a la antigüedad tardía, mostrando cierta preocupación por el deterioro y la

barbarización de esta institución y realizando un llamado a volver a cumplir las viejas tradiciones legionarias y su estricta disciplina, aspecto que llevó a Roma a ser grande.

La obra de Vegecio, si bien vio la luz en la época casi final de Imperio Romano (período de la antigüedad tardía), describe un tipo de legión romana y un arte de la guerra que pasó por distintas etapas evolutivas. La mención de distintos autores y célebres comandantes militares de diferentes épocas históricas, permite visualizar una mezcla de armamentos, formaciones y técnicas militares que tuvieron cambios y adaptaciones a lo largo de los años. Este aspecto esencial, referido al período histórico en que operaron las formaciones legionarias mencionadas por Vegecio, es la cuestión que los historiadores tratan de dilucidar al preguntarse: ¿cuál es la legión que intenta describir Vegecio?

Pero lo cierto es que la obra de Vegecio, constituye para los historiadores y estudiosos de la



Historia de Guerra que se adentran en el período de la Edad Antigua, una fuente de máxima utilidad que posibilita entender en gran medida cómo era la guerra y la ciencia militar en épocas de los antiguos romanos.

El haber sobrevivido al paso del tiempo (incluso hasta nuestros días), su traducción a diferentes idiomas, y la utilización como fuente de consulta e inspiración por parte de un sinnúmero de comandantes, monarcas y autores como Nicolás Macchiavello, (quien en su obra “Dell'arte della Guerra”, publicada en 1532, se muestra totalmente influenciado por el “Epitoma Rei Militaris”), no hace más que confirmar el carácter de clásico de la filosofía de la guerra que adquiere la obra de Vegetio, comparada solamente a la ya mencionada obra del filósofo y guerrero chino Sun Tzu.

La obra de Vegetio toma un carácter formativo fundamental, ya que permite conocer los usos, las costumbres militares y las técnicas y tácticas aplicadas por los romanos. Muchos aspectos

mencionados en este escrito, como por ejemplo las marchas mensuales de la infantería y la caballería, el aprendizaje de la natación, las señales y las disposiciones para realizar marchas (por sólo enunciar unos pocos), son aspectos que han permanecido inalterables en la profesión de las armas hasta nuestros días y que pueden ser comparados con la instrucción que realiza cualquier ejército en la actualidad.

La lectura del “Epitoma Rei Militaris” (obra amena y de muy fácil comprensión) por parte de estudiantes militares de distintas graduaciones (cadetes en formación, jefes de compañía en su etapa de perfeccionamiento, oficiales de estado mayor), no sólo permitirá conocer una parte de la historia de las organizaciones, las armas y las técnicas de combate de los antiguos romanos, sino que posibilitará apreciar cómo muchos de los factores morales (como la disciplina y el entrenamiento duro), de la forma de hacer la guerra y del comportamiento de los combatientes, se



mantuvieron inmutables a lo largo del paso de los años, sin detrimento de los cada vez más rápidos cambios y evoluciones de las diferentes tecnologías.

Por último, caben ser señaladas dos cuestiones de legado que deja Vegetio con su obra: la primera, es que para los estudiosos de la Historia de la Guerra, el “*Epitoma Rei Militares*” (por el período en que fue escrito y por los temas tratados), constituye un nexo que une la Edad Antigua y la Edad Media, en lo que al estudio del arte de la guerra se refiere; y la segunda, es que esta obra constituye el primer antecedente occidental conocido de lo que pueden haber sido los manuales de campaña y reglamentos militares que los ejércitos actuales utilizan para consolidar, exponer y difundir los diferentes aspectos doctrinarios empleados para hacer la guerra.

BIBLIOGRAFIA

ALLMAND, Christopher (2011). “The De Re Militaris of Vegetius: The Reception, Transmission and Legacy of a Roman Text in the Middle Ages.”. Cambridge University Press. Cambridge.

CARELLI, Martín Andrés (2009). “Las máquinas de asedio de época bajo imperial a través de los discursos de Amiano Marcelino y Flavio Vegetio”. Universidad Nacional del Comahue. San Carlos de Bariloche.

CLARKE, John (traductor) (1767). “The Military Institutions of the Romans”. Translated from the Latin by John Clarke. Etext version by Mads Brevick.

FERNÁNDEZ ROJO, Begoña (2019). “La Legión Romana”. Nowtilus Ediciones.

GOUVEIA MONTEIRO, João e BRAGA, Eduardo José (2009). “Vegécio. Compêndio da Arte Militar”. Imprensa da Universidade de Coimbra.

MACHIAVELLI, Nicolás (1965). “The art of war: a revised edition of the Ellis Farnsworth translation”. Bobbs-Merril. Indianapolis.



MAÑÉSERÓ, María Cinta (2010). "Historia de la veterinaria greco-romana". Discurso leído el 8 de febrero de 2010. Real Academia de Ciencias Veterinarias. Madrid.

MAÑÉSERÓ, María Cinta y VIVES VALLÉS, Miguel Ángel (2011). "Vegecio: defensor de la medicina veterinaria y de los veterinarios en el siglo IV". Revista Información Veterinaria. Universidad de Extremadura.

MÉNDEZ ARGÜÍN, A. R. y CABALLOS RUFINO, A (2005). "Flavio Renato Vegecio. El arte de la guerra romana". Signifer Libros. Madrid.

MILNER, N. P (2001). "Vegetius: Epitome of Military Science". Translated with notes and introduction. Liverpool University Press.

PANIAGUA AGUILAR, David (2006). "Flavio Renato Vegecio. Compendio de técnica militar". Ediciones Cátedra. Madrid.

PHILLIPS, Thomas R. (1940). "Roots of Strategy. The 5 Greatest Military Classics of All Times". Stackpole Books. Harrisburg.

REEVE, Michael D. (2004). "Epitoma Rei Militaris". Clarendon Press. Oxford.

ROSENBAUM, Sabin. H. (2013). "Who was Vegetius?". Forkhorn Hall Publications.

SUN TZU (1999). "El Arte de la Guerra". Panamericana Editorial. Bogotá.

RESENHA

Barbudos, sujos e fatigados

CAMPIANI, César Maximiano. *Barbudos, sujos e fatigados*. São Paulo: Grua Livros, 2010.

Daniel Mata Roque ^a

A análise do livro *Barbudos, sujos e fatigados*, de Cesar Campiani Maximiano, nos remete a um texto denso e extenso.

A obra, publicada em 2010 e trazendo material de pesquisa e depoimentos de veteranos registrados desde o final da década de 1980, está inserida na grande “redescoberta da FEB”. Após o esquecimento a que esteve relegada no pós-guerra imediato e mesmo durante o período do Regime Militar, com pouca expressão ou representação fora dos próprios quartéis ou das

associações de ex-combatentes, a memória da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, virtualmente sintetizada como “febiana” (FEB, Força Expedicionária Brasileira), viu-se resgatada e fortalecida após a chamada redemocratização e a Constituição de 1988.

A partir do final dos anos 1980 o tema gradualmente passou a ser abordado em documentários, trabalhos acadêmicos, novas produções literárias, programas de televisão e cerimônias públicas, revivido com novos

^a Cineasta e historiador, doutor em ciências. Associado Titular Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, presidente da Associação Nacional dos Veteranos da FEB.



olhares e sob novas análises por intelectuais profissionais e amadores, por críticos e, principalmente, admiradores.

São significativos no período os lançamentos dos filmes *Rádio Auriverde* (Sylvio Back, 1990); *Senta a Pua!* (Erick Castro, 1999); *A cobra fumou* (Vinicius Reis, 2002); *O Lapa Azul* (Durval Lourenço Pereira, 2007); *O Brasil na Batalha do Atlântico* (Erick Castro, 2012); *A Estrada 47* (Vicente Ferraz, 2013); *Homes da Pátria* (Gastão Coimbra, 2015), e dos livros *A Nossa Segunda Guerra* (Ricardo Bonalume Neto, 1995); *A FEB por um soldado* (Joaquim Xavier da Silveira, 2001); *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial* (coordenação de Aricildes de Moraes Motta, 2001, em oito volumes); *A FEB pelo seu comandante* (João Baptista Mascarenhas de Moraes, 2005, terceira edição); *Barbudos, sujos e fatigados* (Cesar Campiani Maximiano, 2010); *1942: o Brasil e sua guerra quase desconhecida* (João Barone, 2013); *Vozes da Guerra* (Sirio

Sebastião Fröhlich, 2015), dentre muitos outros. É, portanto, momento de profícua reflexão e de elaborado resgate e estudo do tema, uma geração que sucede ao grande volume de livros de memórias publicados pelos veteranos ao longo dos anos, muitas vezes em edições caseiras de tiragens bastante limitadas, quase familiares.

O livro de Maximiano é, dentro do rol, de notável destaque. Ao revelar-se fruto de pesquisas de mais de duas décadas e trazer minucioso levantamento de fontes e depoimentos, bem como rica discussão historiográfica, mostra-se capaz de um nível mais profundo de discussão.

Não se trata de descrever as memórias de ex-combatentes, de acusar ou enaltecer os feitos em combate, de teorizar a história ou criticar fatos tidos como unânimes, mas de fazer tudo isso conjuntamente, entrelaçado de análise detalhada e criteriosa.

A obra reúne vasto material de fontes primárias, documentos e depoimentos, colocando em



discussão basicamente todas as obras produzidas até então, em um profícuo debate, sobre o Brasil na Segunda Guerra Mundial, estabelecendo ainda análises comparativas com nações aliadas e inimigas durante o confronto.

Não é muito provável que haja uma obra definitiva, em abrangência e profundidade, sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Ou sobre qualquer outro tema. Se houver, no entanto, sobre a FEB, esta será, ainda hoje, *Barbudos, sujos e fatigados*.

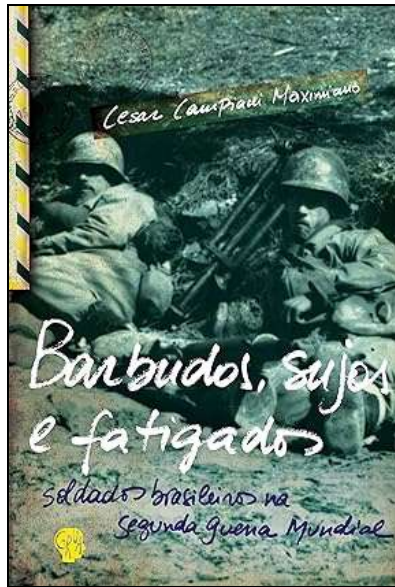
A obra, adaptada da tese de doutorado do autor, em sua estrutura acadêmica e formal, apresenta análise equilibrada e embasada, despida, para publicação, de alguns academicismos

vistos como “exagerados”. Relevante ainda observar que o autor, civil e historiador de formação, exibe profundo conhecimento militar, não apenas de fatos históricos, mas de estrutura administrativa, armamento, pensamento e doutrina. O livro é

verdadeira imersão em um contexto socio-político do passado.

É interessante notar que, já na introdução ao livro (p. 30), o autor deixa clara sua admiração pelos veteranos da FEB, resultado de intenso con-

vívio. Dentre esse grupo de veteranos é possível ainda notar, ao longo da leitura, maior destaque dado aos ex-combatentes paulistas do 6º Regimento de Infantaria da FEB, possivelmente pelo maior convívio na mesma cidade.





Nessa admiração não há, no entanto, nenhum prejuízo para sua análise crítica. Ao contrário. A isenção total é objetivo utópico, e é valioso que o autor apresente a realidade de seu lugar social e das inevitáveis interferências alheias ao processo analítico que sofreu na construção da pesquisa. O texto conserva, como necessário ao cientificismo acadêmico, o rigor da produção.

O grande número de depoimentos colhidos via história oral – principal fonte que ampara as discussões, ao lado das memórias publicadas –, lidando com testemunhas oculares e agentes históricos, confere peso e respaldo à obra, principalmente quando combinados dialeticamente. Ao final, uma listagem completa revela o substancial número de noventa e oito veteranos entrevistados.

O rigor metodológico revela-se em extenso trabalho com fontes primárias, documentais e literárias, com fortalecimento da estrutura acadêmica. Este rigor não impede, no entanto, alguns

casos isolados de adjetivações fortes e alguma linguagem áspera dentro do texto, como na crítica a uma “hedionda escultura pós-moderna” (p. 234) defronte ao Monte Castello, à “camarilha de sinecuristas do governo brasileiro instalados em Roma” (p. 234) ou a “uma visão desgastada e mambembe” que faz com que “atualmente milhares de infelizes alunos tenham sua inteligência torturada por mestres que pararam de ler na década de 1970” (p. 30).

O maior valor da obra aqui analisada, no entanto, está na discussão historiográfica crítica que traz à luz, condensando e desbastando praticamente toda a produção acadêmica ou memorialística sobre o tema, no Brasil e no exterior. Parece não haver material sobre a FEB que Campiani não tenha lido. E relido.

Propondo desmistificar, com dados e lógica, tópicos largamente difundidos até então, o autor traça, no primeiro capítulo, verdadeira radiografia da formação e composição da FEB (p. 58-61),



atacando lugares comuns outrora supostamente pacificados, como a dificuldade de adaptação da doutrina francesa à americana como maior dificuldade para os primeiros combates da FEB, o baixo nível educacional e o analfabetismo dos convocados, a “fuga” dos filhos das elites brasileiras do alistamento, bem como o suposto tipo físico raquítico dos combatentes. Para esse último ponto, apresenta excelentes tabelas com dados antropométricos, tamanho do fardamento e dos calçados mais utilizados na FEB. Diagnostica assim, particularmente nos correspondentes de guerra da época, um certo germe fundador da ideia equivocada, uma tentativa de reforçar o mito do “Brasil puro e autêntico” (p. 56), do caboclo despreparado que, com o jeitinho brasileiro, derrotaria o alemão arrogante.

Essa discussão historiográfica é marca bastante forte e prossegue por todo o texto, com a análise crítica da própria literatura febianá, reafirmando isenção e cientificismo. Vemos esses

questionamentos em instigante análise de fato muito explorado na bibliografia oficial e nas memórias sobre a FEB, qual seja, a incidência de “pé de trincheira” na tropa brasileira (p. 176-177), em que promove debate com a clássica obra de Manoel Thomaz Castello Branco, *O Brasil na II Guerra Mundial*.

Outra autora clássica, também ex-combatente, que é questionada academicamente por Campiani é Elza Cansanção Medeiros, quando esta sustenta que “o tedesco tinha medo de faca” (p. 174), dentre outros possíveis “causos” relatados em obras como *Nas barbas do tedesco* (1955) e *E foi assim que a cobra fumou* (1987).

Este é, portanto, o caminho traçado pela obra, aliando, como registrado, volumosos depoimentos frutos de história oral com ex-combatentes, endossando e contrapondo argumentações, para extrair uma análise criteriosa e fidedigna do evento histórico.



Vale ressaltar ainda, de outro lado, a exploração de temas pouco valorizados ou ainda não conhecidos desta história. Destaca-se a pesquisa sobre o exemplo da FEB, para o próprio Ocidente, como tropa racialmente não-segregada e o espanto que causou aos pracinhas as tropas segregadas americanas, com batalhões separados de soldados negros, comandados por oficiais brancos (p. 338-346). O autor propõe que a FEB possa ter dado efetiva contribuição para o movimento dos direitos civis nos EUA, com correspondentes de jornais voltados para os negros americanos noticiando a FEB como exemplo de união racial.

O autor, em possível esforço para uma leitura mais agradável e fluida quando da transformação da tese em livro, faz uso modesto de notas de referência, o que, em alguns poucos casos, pode frustrar o leitor-pesquisador. Exemplo é o trecho em que o autor afirma que “Registros médicos do V Exército Americano indicam que o núme-

ro de diagnósticos desse mal [pé de trincheira] na divisão brasileira esteve acima da média de todas as unidades combatentes na Itália” (p. 177). Não há, no entanto, nenhuma referência ou indicação sobre a fonte exata destes “registros médicos” – apesar da menção aos National Archives ao final e a outros relatórios específicos –, o que faz falta, principalmente sendo o assunto objeto de controvérsia entre variados autores.

O texto do livro é, sem dúvida, bem escrito e de leitura agradável, com domínio da língua portuguesa e sem o uso “difícil” do idioma. Atinge, assim, este precioso objetivo: clareza, fluidez narrativa. Em nada comprometeria tal qualidade uma maior incidência de notas de referência, particularmente se estas se encontrassem ao rodapé da página, ao invés de nas páginas finais do livro, o que forneceria maior dinamismo à consulta. Na dúvida, sou sempre pela nota de rodapé!



Barbudos, sujos e fatigados, de Cesar Campiani Maximiano, é uma grande contribuição à historiografia nacional e um livro indispensável para qualquer pesquisador da Força Expedicionária Brasileira.

**REVISTA DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E HISTÓRIA MILITAR
DO BRASIL**



ANO: 85 N° 118 1° SEM. 2026

ISSN: 0020-3890